



57

JOÃO ALFREDO LEITE MIRANDA

OS SALÁRIOS E A APROPRIAÇÃO DO VALOR GERADO
A NÍVEL DAS RELAÇÕES ENTRE LOCAIS EM DIFERENTES
FASES DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

São Paulo - 1984

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Eduardo Matarazzo Suplicy pela orientação recebida, bem como às decisivas colaborações de Aparecida Leite Miranda, Marly Maria Ferri e Silvia Maria da Silva Rego em todas as fases da elaboração deste trabalho.

São Paulo, março de 1984
João Alfredo Leite Miranda

0

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
Data	N.º de Chamada
17/5	33(-77)
N.º Volume	Registrado por
1696/85	M

Div.
e.f.

0024. 59560

SP-00011786-6

JOÃO ALFREDO LEITE MIRANDA

OS SALÁRIOS E A APROPRIAÇÃO DO VALOR GERADO A NÍVEL DAS RELAÇÕES
ENTRE LOCAIS EM DIFERENTES FASES DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Dissertação apresentada como exi
gência para obtenção do grau de
Mestre em Administração de Empre
sas à Comissão Julgadora da Funda
ção Getúlio Vargas, sob a orienta
ção do Prof. Eduardo M. Suplicy.



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



1696/85



1198501696

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

São Paulo - 1984

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
I - O MÉTODO.....	10
1. O fenômeno e a essência.....	11
II - ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A TEORIA DO VALOR.....	16
1. A produção e a reprodução das condições gerais da acumulação.....	17
1.1. A geração da mais-valia no processo produti- vo.....	19
1.2. A realização da mais-valia gerada.....	20
2. A tendência à queda nas taxas de lucro e as crises de realização.....	22
III - A INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL OU INTERNACIONAL COMO RESPOS- TA À CRISE.....	30
1. Locais de submissão formal do trabalho ao capital..	35
IV - OS SALÁRIOS E A APROPRIAÇÃO INTERNACIONAL OU INTER-RE- GIONAL.....	41
1. Os chamados "mercados externos".....	45
2. Os mercados exteriores de trabalho.....	74
3. Os salários e os lucros.....	107
4. A produção em escala mundial e o controle dos mer- cados.....	126
V - CONCLUSÃO.....	145
VI - BIBLIOGRAFIA.....	154

INTRODUÇÃO

De meados dos anos setenta até estes dias de 1983, o mundo capitalista permanece mergulhado numa crise sem precedentes, a despeito da aplicação de um sem número de medidas tradicionais de política econômica. Este fato concreto tem levado os teóricos do subdesenvolvimento a repensarem suas posições frente ao fato irrefutável da total ineficácia daqueles instrumentos na superação da crise.

Teria o término do "milagre" brasileiro posto fim à esperança de alguns em ver o país transformado em grande potência capitalista? Ou na verdade sempre estiveram enganados aqueles que, acreditando naquela possibilidade, se isolaram em seus sonhos e não puderam perceber a parte, o papel que coube ao país e a tantos outros no capitalismo mundial?

A crise ao menos tem a vantagem de fazer aparecer os diversos interesses que permaneceram encobertos na euforia dos bons tempos.

Para quem um dia acreditou que todo o "desenvolvimento" havido atendia aos interesses nacionais, a crise é didática e esclarecedora. Não existem interesses nacionais, pois o capital transcende este conceito de Nação e seu próprio interesse deve prevalecer.

Na reflexão sobre estas e outras questões correlatas que surgiu a idéia e o tema desta monografia, a saber - o papel de um país ou local menos desenvolvido no contexto da acumulação capitalista a nível global.

*

É possível para um sistema cuja essência se assenta na competição repartir seus benefícios e resultados quando seu objetivo

maior é o da acumulação e portanto exatamente o oposto de uma repartição? Nesta perspectiva, desenvolvimento (que deve significar bem-estar crescente ao maior número de pessoas) é conflitante com o sistema capitalista.

Há quem acredite que as coisas não são tão simples assim, e que a racionalidade do sistema passa também por sua legitimação, no sentido de que a própria competição entre os capitais obriga-os a serem eficientes e produtivos, e de uma forma indireta beneficiarem o mercado.

Esta a nosso ver é uma tese difícil de ser comprovada, apesar de o Sistema ter produzido um grande número de novos produtos e serviços que hoje são de consumo corrente de amplos segmentos da população de muitos países. No entanto, ao que parece, ao mesmo tempo tem havido uma crescente defasagem entre os países ricos e pobres e entre as camadas ricas e pobres dentro destes países. A par deste fato constata-se (clube de Roma etc..) que os padrões de consumo destas classes privilegiadas não poderiam ser estendidos a todos os demais segmentos da população mundial pela inexistência de recursos não renováveis em quantidade suficiente (no atual estágio do desenvolvimento tecnológico).

Tudo isso faz supor que desenvolvimento e subdesenvolvimento estabelecem alguma relação entre si, e que alguns locais estariam predestinados a permanecerem subdesenvolvidos, ou pelo menos em um grau de desenvolvimento sempre menor que outros.

Este parece ser o destino a periferia do Sistema Capitalista enquanto esta acalantar sonhos de desenvolver-se nos moldes capitalistas.

Neste particular cabe uma crítica aos estruturalistas da CEPAL que acreditaram que a simples industrialização de um país pode

ria tirá-lo do subdesenvolvimento. No entanto, a história tem mostrado que a industrialização é uma das condições necessárias ao desenvolvimento, mas quando controlada pelos interesses da maioria da população do local, pois em caso contrário pode surtir efeito indesejável, isto é, pode condicionar a produção a interesse e lógicas estranhos.

Este é o caso dos países que "optaram" por uma indústria cujos produtos eram originalmente importados e consumidos pela classe dominante da época. Este tipo de indústria cria enclaves cuja produtividade e controle do mercado permite uma super-acumulação e impede a difusão de seus produtos pela maioria da população, cuja renda não é suficientemente grande para incorporar aqueles produtos ao consumo.

Nesta perspectiva situa-se esta monografia cuja preocupação é a de criticar a visão autônoma de país e sugerir a de que as economias são parte de um sistema maior e como tal obedecem à sua lôgica de acumulação, possuindo cada qual seu papel definido a partir dos interesses do Sistema como um todo que transcendem os espaços "nacionalistas".

A acumulação de capital é antes de tudo um processo mundial.

*

A presente dissertação tem como estrutura central de análise a teoria do valor trabalho e obedece a uma sequência que parte da explicitação do método, por entendermos de fundamental importância uma indicação de postura frente ao objeto de estudo.

O segundo capítulo traça as bases sobre as quais se assenta toda a argumentação posterior, isto é, procura mostrar o funcionamento de uma produção capitalista desde a geração da mais-valia até

sua apropriação pelo capitalista por ocasião da realização da merccadoria. Ainda neste capítulo segundo, há uma crítica à visão mecanicista quanto à questão da tendência à queda nas taxas de lucro e suas consequências. Tentamos mostrar que a crise, fenômeno próprio do capitalismo, pode ser atenuada ou mesmo postergada (por algum tempo) pela incorporação, ao capital desenvolvido, de regiões mais atrasadas no que respeita a produtividade, salários e composição capital/trabalho.

No capítulo terceiro partimos para a definição destas regiões menos desenvolvidas, em analogia aos locais pré-capitalistas a que Rosa Luxemburg denominou "mercados externos".

A partir deste ponto estamos no quarto e último capítulo onde vamos mostrar todo o relacionamento destes locais menos desenvolvidos com os de capitalismo avançado, indicando a importância dos primeiros para a manutenção do Sistema como um todo. Ressaltamos ainda as evidentes contradições que acompanham o processo de busca, pelo capital mais produtivo, daqueles locais em fases anteriores de desenvolvimento capitalista.

Recorremos no texto a diversos autores, todos em alguma medida, adeptos da teoria do valor-trabalho, sem, no entanto, pretender com este procedimento mostrar coincidência de pensamento entre eles, pelo contrário, procurando mostrar, na medida do interesse, suas diferenças.

Temos consciência de que as contribuições destes autores em pontos específicos nos guiaram e contribuíram de forma decisiva para esta monografia.

A Rosa Luxemburg creditamos a idéia da necessidade de regiões em estágios anteriores de desenvolvimento capitalista para a acumulação ampliada.

A Kalecky a questão da divisão da renda gerada entre salários e lucros ponderada pelo "grau de monopólio" das empresas. A este respeito ousamos calcular para a economia brasileira, de uma forma experimental, aquele indicador, que apesar da precariedade dos cálculos puderam ser úteis ao apresentar uma estreita correlação com a teoria de Kalecky.

A importância de Mandel consistiu, entre outras coisas, em responder a uma questão que, embora fundamental, não teria encontrado em Kalecky uma solução satisfatória, qual seja - a questão da busca dos superlucros como fator fundamental de influência na decisão dos capitalistas quanto aos seus investimentos.

Isto posto, cabe ainda salientar que o objeto desta dissertação se traduz no estudo dos salários (como contrapartida da produção de algum valor), e sua influência na acumulação capitalista. Entenda-se aqui por salário a expressão cristalizada de específica organização produtiva que incorpora em sua essência as relações econômicas, políticas e sociais que compõem aquela organização. A magnitude dos salários indica o grau de submissão do trabalho ao capital de um lado, e as possibilidades de acumulação de outro.

A partir destes conceitos procuramos mostrar o movimento dos capitais (na busca de superlucros) estabelecendo uma relação dinâmica com as regiões que, dadas as suas condições históricas, situam-se em fases anteriores de exploração capitalista e, por esta razão, oferecem condições de submissão maiores.

Em síntese, trata-se de uma tentativa de explicar o papel das economias periféricas (*) ao Sistema Capitalista, entendidas no

(*) Há que ser considerado como periferia ao Sistema a parte (que é sempre maior) dos países subdesenvolvidos, ou não, cujas populações vivem (ou sobrevivem) em condições muito inferiores às elites destes países.

geral como locais submetidos a formas anteriores de capitalismo (ou mesmo pré-capitalistas) e no particular como os países subdesenvolvidos de hoje. Tudo isso para mostrar que desenvolvimento econômico é um conceito relativo que necessariamente deve levar em consideração as necessidades históricas das maiorias.

O crescimento desigual (que parece ser engendrado pelos interesses dominantes), o alargamento das diferenças entre as classes no mundo subdesenvolvido colocam um ponto final nas pretensões de alguns teóricos que defendem uma industrialização a qualquer custo, e assim dissociada dos interesses da maioria.

O que produzir e para quem produzir é antes de tudo uma decisão política democrática.

CAPÍTULO I

O MÉTODO

Uma vez definidas as linhas gerais da monografia torna-se necessária uma explicitação de como, em que perspectiva deverão ser tratados os diversos temas abordados. Isto porque o método científico pode servir, ou mesmo reproduzir um dado estado de coisas onde certos aspectos que não interessam à ordem vigente são "esquecidos" ou desqualificados, condicionando o que se quer descobrir áquilo que se espera provar.

Deve-se ter consciência que esta não é tarefa fácil, inclusive no que concerne a simples obtenção de dados que tenham sido elaborados adequadamente ao tratamento que se pretende das as questões, razão pela qual, não se espera fazer, baseado exclusivamente neles nenhuma afirmação de caráter definitivo.

A questão do conhecimento científico e mesmo da linguagem utilizada é influenciada pelo fato de se estar inserido numa dada realidade "numa determinada sociedade e num determinado tempo: e que a produção da ciência reproduz a sociedade em que ela se insere, seus objetivos, seus agentes são condicionados pelo projeto que alicerça o desenvolvimento dessa mesma sociedade, inclusive pelas instâncias econômica, política, administrativa e ideológica. Além do mais, a produção do conhecimento científico implica pressupostos teóricos e ideológicos que não são obrigatoriamente explicitados, muitas vezes são absorvidos, reaparecendo sob a forma de uma racionalidade ou razão científica, que se pretende absoluta e imutável" (1).

Muito se tem produzido de "ciência" cujo objetivo (não explícito) se limita a manter ou mesmo legitimar determinados privilégios ou posições. Desta forma, a questão da busca da verdade, passa antes pela explicitação do método, seu alcance, e neste sentido incorpora o pressuposto de uma tomada de posição, de um ponto de vista que incorpore e a mesmo tempo esteja inserido na evolução histórica da sociedade com todas as suas nuances.

Isto posto, no que se refere a busca da verdade dos fatos, se pretende um caminho próprio (dentro da perspectiva explicitada), procurando se afastar dos dogmas e "verdades eternas", para do fenômeno perceptível, da aparência dos fatos buscar a essência deles.

1. O fenômeno e a essência

O homem na sua prática diária de vida, tem em relação às coisas e aos outros homens a percepção singular dada pela própria natureza deste relacionamento prático. No trato diário, o homem não tenta perceber a realidade que o cerca como um cientista investiga seu objeto de análise, ele apenas e "praticamente" convive com as formas de representação, com a "aparência" das coisas que percebe (as formas fenomênicas).

"O fenômeno não é, portanto, outra coisa senão aquilo que diferentemente da essência oculta - se manifesta primeiro e com maior frequência". (2)

Como o mundo dos fenômenos tem sua coerência, pode ser descrito e interpretado, como de fato o é. A produção "científica" cuja base se assenta nas aparências dos fatos pressupõe que, fenô

(1) Celuta Moreira Cesar Machado - Linguagem Científica e Ciência - Ministério da Agricultura - pág. 6 - Instituto de Economia Agrícola.

(2) Karel Kosik - A Dialética do Concreto - pág. 13.

meno e essência sejam a mesma coisa, e que, portanto, não haja diferença entre eles. A isso Marx denominou fetichismo - formas reificadas de percepção de determinada realidade.

Fenômeno e essência são partes constitutivas de um mesmo todo real, onde apenas o fenômeno transparece, indica a essência e ao mesmo tempo esconde.

Ao mundo constituído pelas formas aparentes fenomênicas, Karel Kosik denomina o mundo da pseudoconcreticidade. "A ele pertencem:

- O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais;

- O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da "praxis" fetichizada dos homens (a qual não coincide com a praxis crítica revolucionária da humanidade);

- O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da "praxis" fetichizada, formas ideológicas de seu movimento;

- O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não imediatamente reconhecíveis como resultado da atividade social dos homens". (1)

Toda análise de determinada realidade deve partir do pressuposto de que existe sempre uma estrutura interna, uma essência, e que o conhecimento deve realizar-se pela separação do que é secundário (fenômeno) do que é primordial (essência).

"Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas, se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade (...) por que o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da praxis cotidiana (...). O pensamento comum é a forma ideológica do agir huma-

(1) Karel Kosik - A Dialética do Concreto. pág. 11.

no de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na "praxis" fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a "consistência" e a "validade" do mundo real: é o "mundo da aparência" (Marx). (1)

Essa "consistência" e "validade" legitima as construções científicas" separadas da história cujos "mecanismos" funcionam segundo modelos matemáticos intemporais. Esperar que tais construções percebam e abranjam a realidade dinâmica é no mínimo ignorância para ser depois reacionarismo.

Neste sentido, a destruição da pseudoconcreticidade é tarefa de todo aquele que se dispõe a buscar uma justeza de método científico.

O conhecimento humano é, por assim dizer, histórico, e tentar desvinculá-lo dessa perspectiva é perder-lhe o movimento característico, que o modifica (e é por ele modificado) a cada fase, conferindo-lhe uma especificidade histórica.

David Ricardo, após ter feito consideráveis avanços sobre seus antecessores, no que diz respeito à compreensão da economia política, pode avançar somente até os limites impostos por sua ideologia (visão de mundo). "Sismondi mostra sua superioridade sobre Ricardo (...) frente às limitações deste, que não lhe permitiam conceber, fora da economia burguesa, outra forma social. Sismondi observa o amplo horizonte histórico com uma concepção dialética: nos seus olhos, 'exclama ele,' habituaram-se de tal modo a essa nova organização da sociedade, a essa concorrência geral que degenera em antagonismo entre a classe rica e a trabalhadora, que não podemos imaginar nenhum outro gênero de existência". (2)

(1) Karel Kosik - A Dialética do Concreto - pág. 15.

(2) Rosa Luxemburg - A Acumulação de Capital - pág. 173.

A crítica que Sismondi fez a Ricardo, partiu de uma realidade histórica emergente, a saber, o crescente antagonismo engendrado pelo desenvolvimento do capitalismo pela consolidação da divisão da sociedade em classes com interesses diversos.

Aos próprios marxistas, que perseguiram as proposições de Marx como dogmas, podem ser feitas severas críticas, na medida em que suas concepções levaram a erros grosseiros de interpretação dos fatos. Rosa Luxemburg, em sua polêmica com marxistas dogmáticos russos, resume assim seu ponto de vista com relação à essa questão: "Até que ponto pode induzir a erro a ânsia de sutilezas teóricas. Mas isso é característico, teórica e praticamente, em todos esses seguidores do marxismo (mais tarde, repetidamente, o confirmaremos), que perdem todo o sentido da realidade, por se terem aprofundado em um "esquema" abstrato, e tropeçam com fatos importantes da vida real, enquanto andam às cegas pelas névoas da teoria". (1)

Isto posto, o princípio que norteará este trabalho, será o de que a investigação da realidade social pressupõe de cada fenômeno só poderá ser compreendido como um momento da totalidade concreta que se desenvolve e se cria historicamente.

"(...) o fato de que de tudo se pode elaborar uma teoria, e que tudo pode ser submetido a um explícito exame analítico, demonstra um certo "privilégio" de que goza a esfera teórica em confronto às demais. Além da arte, existe também uma teoria da arte, além do esporte, existe também uma teoria do esporte, além da "praxis", existe também uma teoria da "praxis". (...) estará a verdade da arte na teoria da arte e a verdade da praxis na teoria da "praxis"?

(1) Rosa Luxemburg - A Acumulação do Capital - pág. 474.

Nestes pressupostos se fundam todas as caricaturas da teoria e da concepção formalístico-burocrática da teoria". (1)

Em contraposição:

"O conhecimento da realidade histórica é um processo de apriação teórica - isto é, de crítica, interpretação e avaliação de fatos - processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento 'objetivo' dos fatos. (...) o mêtodo científico é mais ou menos eficiente segundo a maior ou menor riqueza da realidade - contida objetivamente neste ou naquele fato - que ele é capaz de descobrir, explicar e motivar. É notória a indiferença que certos métodos e tendências demonstraram para com determinados fatos, em decorrência da incapacidade de ver, naqueles fatos, algo de importante, isto é, o seu próprio conteúdo e significado objetivo". (2)

Após esta breve, mas necessária, tomada de posição, serão explicitadas, no capítulo a seguir, algumas das categorias da teoria do valor, através das quais será conduzida esta monografia.

(1) Karel Kosik - A Dialética do Concreto - pág. 26.

(2) Idem, idem - pág. 45.

CAPÍTULO II

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A TEORIA DO VALOR

Evidentemente não é possível apresentar aqui um resumo geral da teoria marxista do valor, dada sua extensão e complexidade. Para nossos objetivos, no entanto, é suficiente tornar explícitas algumas de suas categorias que deverão compor a estrutura teórica desta monografia.

O capitalismo como organização social da produção de mercadorias, divide a sociedade, de um lado em proprietários de capital, e de outro em "proprietários" de trabalho. Assim dividida, esta organização social também reparte seus frutos, o resultado de sua produção, em salários para os trabalhadores e mais-valia para os capitalistas.

Do ponto de vista do trabalhador, a sua função é a de produzir sua própria subsistência, na medida em que produz o seu salá-rio. Já do ponto de vista do proprietário do capital, a função da produção fica restrita à criação de mais-valia, vale dizer, à reprodução do capital.

Nessa relação que se estabelece, ao trabalhador, despojado que fora dos meios de produção, não resta senão a necessidade de vender seu trabalho ao capitalista (proprietário dos meios de produção).

Nesta perspectiva, o funcionamento da economia se desenvolve, e é claro, não de uma maneira calma ou mecânica, como poderia parecer à primeira vista, mas trazendo nas relações que cria, per

manentes, renovadas e recriadas contradições, que caracterizam ca da nova fase por que passa esse modo de produção.

As linhas mestras básicas do funcionamento do sistema capitalista contidas na obra de Marx, e aprofundadas por outros autores, podem perfeitamente explicar, desde que consideradas as especificidades da época histórica vivida, a forma de produção e apropriação da riqueza gerada e suas contradições.

É neste referencial teórico que se coloca esta monografia, sem, no entanto, deixar de lançar mão de todas as contribuições posteriores a Marx, que de alguma maneira puderam contribuir para o entendimento das questões.

Basicamente, e sem descer a detalhes desnecessários ao objetivo aqui proposto, serão utilizados no desenvolvimento teórico os conceitos da teoria valor trabalho, com as contribuições realizadas por Kalecky, Rosa Luxemburg, Mandel e outros.

O capitalismo por desenvolver-se produzindo classes com interesses antagônicos, dada a condição que cada uma delas objetivamente se encontra, tem que constantemente estar produzindo as relações que não só permitam, mas também legitimem, a continuidade do processo de produção da mais-valia.

1. A produção e a reprodução das condições gerais à acumulação

A mercadoria, forma cristalizada da relação de produção estabelecida sob o sistema capitalista, traz em si o reflexo das condições vigentes e específicas de cada economia no estágio de desenvolvimento em que se encontra.

Assim, a mercadoria ao corporificar a relação capitalista estabelecida na produção, deve realizar-se, isto é, deve encontrar mercado para que o circuito produção-realização-nova produção não seja interrompido.

Ao realizar-se, a mercadoria provê seu proprietário do novo capital, o dinheiro que pode mais uma vez tomar a forma produtiva e se transfigurar em capital, que contratará nova força de trabalho (como capital variável - que se autovaloriza no processo) e os demais meios de produção (como capital constante - que transfere parte de seu valor, a cada novo ciclo, às mercadorias produzidas), e as sim sucessivamente de forma ampliada. Logicamente a argumentação acima se refere aos estados "normais" das economias capitalistas, - a acumulação ampliada.

"Os diversos elementos do processo de trabalho desempenham papéis diferentes na formação do valor dos produtos.

(...) o trabalhador acrescenta ao material, ao objeto de trabalho novo valor por meio do acréscimo de determinada quantidade de trabalho. Além disso, os valores e os meios de produção consumidos reaparecem como partes componentes do valor do produto". (1)

O capitalista ao vender sua mercadoria percebe por ela a parte do capital constante das máquinas, matéria-primas, etc, o capital variável, referente ao custo dos salários e a mais-valia que representa a parte não paga do trabalho, a parcela do capital variável que se valorizou no processo.

É da relação coercitiva que se estabelece sob o capitalismo, a saber, a submissão do trabalhador "livre" ao possuidor dos meios de produção, que permite ao segundo comprar a força de trabalho pagando por ela uma quantidade menor de que o valor produzido na sua utilização.

Sendo assim, o capitalismo para ampliar-se deve garantir que esta submissão continue sempre a existir, se perpetue, mesmo sob

(1) Karl Marx - O Capital - Livro I, vol. I - pág. 224.

outras formas, pois a par da dominação econômica se faz necessária a dominação política e social carregada de alguma legitimação ideológica. Enfim, o capitalismo deve cuidar para que haja um tal estado de coisas que permita e reproduza continuamente a submissão do trabalho ao capital nas suas diversas formas históricas.

"O capital é uma relação social. É a posição social estrutural que se perpetua e se desenvolve por si mesma, expropriando os meios de produção dos produtores; apropriando-se da força de trabalho destes como uma condição que lhes permite produzir e reproduzir a si mesmos; organizando o processo de produção; apropriando-se do novo valor criado no processo de produção; e transformando este valor em capital no processo de intercâmbio de mercadorias. Consequentemente, essa relação social transforma todos os bens e serviços possíveis em mercadorias e, portanto, reforça essa organização social da produção, do consumo e do intercâmbio através da intervenção do Estado e dos mecanismos ideológicos que permitem moldar a consciência das pessoas". (1)

Aos capitalistas não importa a natureza dos bens a produzir, pois o fim específico deste sistema é a produção de mercadorias, sejam quais forem; o essencial é que se realizem e produzam mais capital.

1.1. A geração da mais-valia no processo produtivo

Quando o capitalista compra ao trabalhador a sua força de trabalho, paga por ela um valor que é diferente do valor que ela pode produzir.

(1) Manuel Castells - A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo - pág. 72.

A geração da mais-valia como produto, é obtida quando o capitalista, com o trabalho comprado, paga ao trabalhador apenas o valor dos bens indispensáveis à sua subsistência, e este colocado a produzir, efetivamente gera um valor maior, um valor que além de repor o salário ao capitalista deixa uma parte sobrando - a mais-valia.

Toda e qualquer mercadoria, quando vendida, aliena ao seu novo dono um valor de uso. O trabalho, como mercadoria, quando vendido ao proprietário do capital, aliena a este o seu valor-de-uso. O capitalista paga ao vendedor/trabalhador apenas o valor suficiente para repor ou garantir a existência física deste e sua reprodução. De seu lado, o capitalista, agora como proprietário do valor-de-uso da força de trabalho, coloca-a a produzir por uma jornada que além de cobrir o valor referente à subsistência do trabalhador, produz um valor excedente, a mais-valia, que no momento seguinte pode se transformar em novo capital produtivo, quando reinicia o processo comprando novamente trabalho. Está aí o segredo da acumulação capitalista - a característica própria de uma mercadoria especial - a força de trabalho, de autovalorizar-se.

No entanto, para que as novas mercadorias produzidas novamente se recomponham em capital, é necessário que elas encontrem mercado, pois a simples produção de mais-valia não garante a sua realização.

1.2. A realização da mais-valia gerada

Toda mercadoria cristaliza em si os valores do capital constante (C), do capital variável (V) e da mais-valia (m), partes constitutivas do valor de qualquer bem criado onde se acha instalada a produção capitalista.

No processo de produção, o capitalista, se apropria do sobre-trabalho, que se apresentará no fim de cada ciclo produtivo, incorporado a uma nova massa de mercadorias que difere em valor das que iniciaram o ciclo. Esta diferença decorre da mais-valia que se incorporou às novas mercadorias pela utilização do capital variável. Como já foi dito, para que essa mais-valia volte à figura de capital é condição necessária que as novas mercadorias produzidas sejam vendidas, realizando a mais-valia nelas contida.

"A mais-valia, qualquer que seja sua forma, não pode deslocar-se diretamente da produção à acumulação, mas terá que ser previamente realizada, trocada por dinheiro (...) pois a realização da mais-valia em pura forma de valor é uma das condições fundamentais da produção capitalista". (1) (vide página seguinte)

O processo de circulação de mercadorias, M-D-M (mercadoria/dinheiro/mercadoria), onde o dinheiro entra como intermediário necessário, pode separar no tempo os atos de comprar e vender, diferentemente das ocasiões onde as trocas eram diretas e a cada compra correspondia necessariamente uma venda e vice-versa. A separação compra e venda possibilitou que os vendedores não fossem obrigatoriamente e ao mesmo tempo compradores. Decorre daí, que a realização de parte das mercadorias fica sujeita à vontade de um vendedor/comprador, que tendo realizado sua venda, decide por qualquer motivo não realizar sua compra, acumulando dinheiro. Essa situação hipotética, que no entanto pode acontecer, leva a que parte das mercadorias produzidas não encontrem imediatamente mercado, e portanto, para os seus possuidores, não retornem como capital, vale dizer, que as condições de exploração da mais-valia (que têm lugar na esfera da produção) não são iguais às da realização desta mais-valia (que têm lugar e se completam na esfera da circulação de mercadorias).

A realização da mais-valia é questão crucial no capitalismo. Conquanto o sistema capitalista bem ou mal tem podido resolver seus problemas cabe colocar algumas questões como:

- . Quais seriam os entraves à realização da mais-valia?
- . O que faz com que parte das mercadorias produzidas permaneçam invendáveis?
- . Que consequências, para a produção/acumulação, tem o fato de que estas mercadorias não encontrem mercados?

Sobre estas e outras questões correlatas muito já foi escrito, desde J.B. Say (para quem o problema não existia) até a atualidade, passando, por exemplo, pelos marxistas russos que, cada um a seu modo, procurou dar sua interpretação.

O fato inegável é o de que o capitalismo não se desenvolve calmamente, como poderiam pretender alguns, mas de uma maneira desordenada, ou talvez, contraditória, entrecortado por crises periódicas e conflitos naturais.

Não cremos serem estas questões simples, pelo contrário, para respondê-las é necessário, mesmo que de uma forma superficial, tocar na questão das crises do capitalismo e as formas que o sistema delas se defende, ressurgindo renovado a um novo impulso de acumulação de capital.

2. A tendência à queda nas taxas de lucro e as crises de realização

Para os adeptos da teoria marxista do valor, talvez seja a questão da tendencial à queda nas taxas de lucro um dos pontos que mais controvérsia tem suscitado.

Num ponto todos estão de acordo, o capitalismo representa uma fase que deve ceder seu lugar a outra forma de organização social

(1) Rosa Luxemburg - A Acumulação de Capital - pág. 109.

mais justa. A diferença está em como aconteceria o fim desse modo de produção, se pela tendência a caírem as taxas de lucro, ou antes, por uma sucessão de crises cada vez mais profundas?

Segundo Rosa Luxemburg "como é possível que, numa economia de incontáveis capitais individuais, sem plano elaborado, a produção total da sociedade possa cobrir suas necessidades totais? A isso responde-se com as oscilações permanentes da produção em relação à demanda, isto é, nas alternativas periódicas de prosperidade e crises". (1)

Poderia parecer que a autora estivesse considerando que as crises adviriam da falta de proporcionalidade da produção relativamente à demanda, o que não é verdade, haja vista a crítica que Rosa faz a Tugan Baranovski exatamente nesta questão das proporções nos setores produtivos.

"Qual é a argumentação em que se fundamenta a solução que Tugan Baranovski dá ao problema da acumulação e com a qual esclarece, também, uma série de outros problemas, como o das crises (...). 'Se a extensão da produção é, tragicamente, ilimitada, temos que admitir que a extensão do mercado também o é, porque, dada a distribuição proporcional da produção social, há apenas, como limite para a extensão do mercado, as forças produtoras de que dispõe a sociedade'. "

E continua: O chocante nisso tudo não é o resultado a que chega T. Baranovski, ou seja, de que o esquema corresponde, de fato, ao curso das coisas (...) mas ao fato dele não achar necessário questionar se o "esquema" está de acordo com a realidade". (2)

(1) Rosa Luxemburg - A Acumulação de Capital - pág. 77.

(2) Rosa Luxemburg - A Acumulação de Capital - pág. 266 e seg.

O mais interessante é que tanto Tugan como Rosa, partem do mesmo lugar, ou seja, concebem suas teorias a partir dos esquemas de reprodução de Marx.

Vejamos agora como Kalecki, que também fez uso dos referidos esquemas, coloca a questão, e critica Tugan e Rosa.

O autor introduz nos esquemas mais um setor - o setor de produção de bens de consumo para os capitalistas, e chega ao interessante resultado de que a acumulação depende unicamente do consumo e do investimento dos capitalistas e, portanto, a questão das crises, da realização das mercadorias estaria ligada de forma estreita ao desejo ou não dos capitalistas consumirem ou investirem, - importância maior dada ao investimento. (1)

"A teoria de Tugan Baranovski é, na verdade, muito simples: o autor sustenta que, com o uso de 'proporções adequadas' do produto nacional, não surge o problema da demanda efetiva. Esse argumento, ilustrado numericamente por meio dos esquemas de reprodução de Marx, de fato é equivalente à afirmação de que, a qualquer nível de consumo dos trabalhadores e dos capitalistas, o produto nacional pode ser vendido, desde que o investimento seja suficientemente grande (...). Assim, a idéia fundamental de Tugan se apóia no erro de que o que pode acontecer esteja realmente acontecendo". (2)

Quanto à Rosa:

Ao considerar a tomada de decisões por parte dos capitalistas, ela (Rosa) de algum modo supõe que essas decisões são tomadas pelas classe capitalista como um todo. E essa classe se frustra pelo conhecimento de que não há mercado final para o excedente de bens correspondentes à acumulação; portanto, por que investir?

(1) Mais adiante se voltará a esse assunto mais detalhadamente.

(2) Michal Kalecki - Crescimento e Ciclo das Economias Capitalista - pág.10 e seg.

Os capitalistas fazem muitas coisas como classe, mas certamente não investem como classe. Se esse fosse o caso, eles poderiam fazê-lo exatamente do modo prescrito por Tugan Baranovski. (1)

Na verdade, a crítica que Kalecki faz à Rosa, é em certos aspectos exagerada, como na questão de os capitalistas investirem como classe.

"Como é possível que, numa economia de incontáveis capitais, sem plano elaborado (*), a produção total da sociedade possa cobrir suas necessidades totais? A isso responde-se com as oscilações permanentes da produção em relação à demanda, isto é, nas alternativas periódicas de prosperidade e crise (...). Na Economia capitalista não existe organização planificada da produção. Por isso nada transcorre nela exatamente como a fórmula matemática (...). O ciclo da produção realiza-se em meio a constantes desvios das proporções".

E termina:

"Apesar de todos esses desvios, o esquema representa a média social necessária em torno da qual se efetuam aqueles movimentos, e a que sempre tendem depois de afastar-se dela. Essa média impede que os movimentos vacilantes (*) dos capitalistas individuais degenerem num caos e os reconduz a uma certa ordem, que assegura a existência da sociedade, não obstante seu caráter anár-quico". (2)

Realmente, do trecho acima, não se pode afirmar (como faz Kalecki) de que Rosa Luxemburg acreditasse que os capitalistas investissem como classe, e sim no caráter anárquico daquelas decisões. Se existe uma certa ordem (uma média social necessária nas

(*) Grifos nossos.

(1) Michal Kalecki - Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas - pág. 15.

(2) Rosa Luxemburg - A Acumulação de Capital - pág. 77 e seg.

palavras de Rosa), esta é dada, antes pelo próprio instinto de preservação do capitalista, que pode ser traduzido na busca do lucro, ou na fuga do prejuízo, de que pela suposição de que estes invistam como classe.

No que se refere à questão específica da tendencial à queda nas taxas de lucro, ao que parece, Marx não foi bem interpretado por alguns de seus mais ortodoxos seguidores.

Pretender o fim do capitalismo pela simples queda nas taxas de lucro de uma maneira mecanicista, é no mínimo pretender que Marx tivesse, neste assunto, abandonado o método dialético que o conduz em toda sua obra.

O que era para Marx a tendência a caírem as taxas de lucro? Era simplesmente a tradução como tendência do aumento relativo do capital constante (máquinas, equipamentos, matérias primas, etc.) em relação ao capital variável. "Em outras palavras, o mesmo número de trabalhadores, e mesma quantidade de força de trabalho, obtida por capital variável de valor determinado, em virtude de métodos de produção peculiares (...) mobiliza, emprega, consome produtivamente, no mesmo espaço de tempo, massa crescente meios de trabalho, de máquinas, de capital fixo de toda a espécie, de matérias primas e auxiliares, em suma, um capital constante com magnitude cada vez maior de valor". (1)

Portanto, o aumento da produtividade do trabalho (realidade na produção capitalista), pressupõe a movimentação de mais capital por operário, e sendo o lucro derivável exclusivamente da parte variável do capital, este aumento corresponde, como tendência, a uma queda nas taxas de lucro.

(1) Karl Marx - O Capital - Livro 3 - Vol.4 - pág. 242 e 243.

O aumento de que Marx denomina composição orgânica do capital (dada pelo quociente capital constante/capital variável) para a economia como um todo, é a expressão da tendencial à queda nas taxas de lucro, própria do aumento da produtividade do trabalho social. Mesmo que haja aumento na massa de mais-valia (pela incorporação de mais trabalho), vai persistir, como tendência, o declínio nas taxas de lucro, pois para o possível incremento absoluto na quantidade de trabalho, corresponderá um aumento mais que proporcional nas máquinas, equipamentos, matérias primas, etc, na medida em que se desenvolve a produtividade do trabalho.

"A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é, portanto, apenas expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do progresso da produtividade social do trabalho". (1)

Esta questão, quando vista de uma maneira mecânica, pode levar à impressão de que a existência dessa contradição interna levaria inexoravelmente o capitalismo ao seu fim, porque simplesmente não haveria mais formas de obtenção de taxas de lucro que fossem maiores que as obtidas no empreendimento anterior e assim sucessivamente.

Rosa Luxemburg critica este ponto de vista quando refuta a Otto Bauer - "ainda resta o consolo, um tanto obscuro, de um modesto 'sábio' do Dresdener Volkszeitung, o qual após haver aniquilado totalmente meu livro, declara que o capitalismo perecerá finalmente 'através da queda da taxa de lucro'. Não sei como o bom homem imaginará a coisa".

Se é que num determinado momento a classe capitalista, desesperada entre a escassez dos lucros, esgotar-se-á coletivamente

(*) Grifo do autor.

(1) Karl Marx - O Capital - Livro 3 - Vol. 4 - pág. 243.

ou declarar-se-á que, para tão míseros negócios, não vale a pena amolar-se e entregará as chaves ao proletariado. Seja o que for, o consolo desfaz-se apenas com uma afirmação de Marx: pela observação de que, 'para os grande capitais, a queda da taxa de lucro é compensada pela quantidade'. Por conseguinte, resta algum tempo para que sobrevenha, por esse caminho, a rendição do capitalismo; algo assim como o que resta até a extinção do Sol". (1)

Para resumir como se pretende incorporar esta questão ao trabalho, recorrer-se-á a Castells:

"Geralmente, relaciona-se a teoria marxista das crises econômicas às análises de Marx sobre a tendência à queda nas taxas de lucro. Efetivamente, como teremos ocasião de comprovar, essa teoria sintetiza a tendência histórica global. Entretanto, da forma como foi formulada, em sua versão mais simples, em termos economicistas e dentro de um marco de crença religiosa na inevitabilidade da derrubada geral e repentina do capitalismo, esta interpretação conduziu tanto a uma insustentável ladainha de proposições dogmáticas, como ao menosprezo geral do valor explicativo da teoria marxista das crises". (2)

Marx, conhecedor profundo do funcionamento da produção de capital e suas relações, colocou a questão da queda das taxas de lucro como tendência (inerente ao desenvolvimento do capitalismo) e representando uma ameaça pairando por sobre a produção capitalista.

À existência de força que levam à queda daquela taxa, deve-se contrapor outras tendências que retardem, revertam, ou mesmo anulem, temporariamente esta contradição natural do modo de produção capitalista.

(1) Rosa Luxemburg - A Acumulação de Capital - pág. 446.

(2) M. Castells - A Teoria das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo - pág. 20.

Esta é talvez a principal tarefa do capital, a de tentar criar a cada momento histórico específico a anulação das contradições próprias desse sistema.

No próximo capítulo estarão colocadas algumas formas com as quais o capital se defende das crises e, ainda, de como são diminuídas as possibilidades da criação de novas tendências contrárias às crises, na medida em estas também, num momento futuro, aprofundam a crise, e cada vez mais colocam em risco, de uma forma objetiva, a manutenção da paz social e política sob o capitalismo.

CAPÍTULO III

A INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL OU INTERNACIONAL

COMO RESPOSTA À CRISE

Na concepção de que as contratendências às crises do capitalismo são as respostas deste a elas, e que a criação destas tendências, contrárias à crise, mantêm correspondência natural e específica a cada fase do desenvolvimento do capitalismo, passamos a analisar de uma maneira mais geral, as contratendências em "O Capital", para após sublinhar algumas variantes, nascidas das primeiras, porém mais especificamente relacionadas com as novas formas históricas assumidas mais recentemente.

Num certo sentido toda crise é de realização, isto é, não se realiza num primeiro momento a mais-valia produzida e no momento seguinte já nem se produz mais-valia.

A interrupção do processo de produção, faz cessar o processo de valorização do capital e portanto a acumulação ampliada.

Para o sistema capitalista a crise é uma ameaça sempre presente (mesmo nas épocas de intensa acumulação), e a ela, como respostas, são engendradas as contratendências que vão assumir formas diversas a cada fase específica.

A expressão mais geral do modo de produção capitalista é a da tentativa da elevação da exploração do trabalho que se traduz, principalmente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e por sua intensificação - formas de aumento da exploração identificadas na fase de submissão formal do trabalho ao capital.

Tanto a intensificação do processo de trabalho quanto o aumento na jornada possui limites, que apesar de variarem um pouco nos diversos locais, estão limitados pela capacidade física do trabalhador. A intensificação (por exemplo: a aceleração da velocidade da linha de produção) está limitada pela possibilidade física do trabalhador acompanhar o processo produtivo de um lado, e pelo controle de qualidade por outro. Já a jornada de trabalho está limitada pelo tempo de descanso ou reposição mínima da força de trabalho (se bem que em determinados locais esse limite mínimo pode baixar a níveis desumanos).

Uma outra forma de aumento no grau de exploração do trabalho, implica no aumento da produtividade do trabalho pela adição de novas tecnologias, traduzidas por um aumento do capital constante em relação ao variável, isto é, um mesmo trabalhador pode operar e transformar uma quantidade maior (em valor) de máquinas e matérias primas. A este fato denomina-se aumento na composição orgânica do capital.

Esse aumento, que é uma das tendências mais gerais do capitalismo, quando se espalha por largos segmentos de uma economia, traz consigo a possibilidade de crises de realização, isto é, a enorme produtividade alcançada não encontra sua contrapartida necessária que é o mercado. Essa contradição está relacionada com a fase de submissão real do trabalho ao capital, onde o aumento da produtividade (exploração) está ligado a aumentos qualitativos (mais capital-intensivo) nos métodos de produção. Nesta fase se diz que os aumentos de produtividade se dão pela extração da mais-valia relativa.

Enquanto que o aumento da jornada de trabalho e/ou sua intensificação (sem adição de novos capitais) funcionam de forma a

contratender as crises, quando, é lógico, essa prática é comum em dada indústria ou economia, já o aumento do grau de exploração obtido pelo incremento de capital carrega em si a possibilidade de descompassos entre a estrutura produtiva e o consumo.

Resumidamente temos que a extração da mais-valia absoluta obtida pela intensificação do trabalho no processo de produção e/ou pelo aumento da jornada, serve de contratendência à possibilidade de crise de realização, que se acentua com a generalização da forma relativa de extração de mais-valia, obtida pela alteração nos métodos e composição capital/trabalho.

Outra contratendência importante, que de certa maneira decorre da anterior, é a da redução dos salários, que age no sentido contrário à crise, na medida em que deixa maior parte do valor produzido em mãos do capitalista, isto é, possibilita um aumento da parte não paga do trabalho pela diminuição da sua contrapartida - a parte paga. Esta forma de aumento de exploração funciona como se houvesse um aumento da jornada de trabalho com a manutenção do mesmo salário.

Outra forma de se evitar o aumento da composição orgânica e portanto, retardar a crise, é a possibilidade de um barateamento dos elementos do capital constante - um aumento na produtividade das indústrias produtoras de bens de capital e matérias primas. A produção de máquinas, equipamentos, matérias primas cada vez mais baratas (com menor valor) em relação ao quantum de trabalho vivo que estes mesmos equipamentos consumirão quando utilizados no processo produtivo.

Assim, em termos de valor relativo, as mercadorias produzidas poderão conter tanto mais trabalho vivo, em relação ao capital constante, quanto mais forem baratos estes últimos.

A superpopulação relativa, resultado do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, constitui-se de outra contratendência importante às crises de realização.

"A superpopulação relativa se torna num país tanto mais palpável, quanto mais nele se desenvolve o modo capitalista de produção. Ela permite que em muitos ramos de produção perdure mais ou menos incompleta (*) a subordinação do trabalho ao capital, e por mais tempo do que seria à primeira vista de esperar da situação geral de desenvolvimento". (1)

O capital cria as condições para sua perpetuação, criando uma abundância de trabalhadores "livres" ou mesmo desempregados (pela anterior utilização de novas técnicas poupadoras de mão-de-obra), perpetuando o emprego, em alguns ramos, de mais trabalho do que seria de se esperar considerando-se o estado de progresso da técnica.

É talvez o principal objetivo dessa monografia mostrar a importância da convivência a nível mundial de diferenciais tecnológicos, de composição técnica de capital, como um eficiente meio de perpetuação no processo de desenvolvimento do capitalismo.

"Ademais, surgem novas indústrias, sobretudo no setor de consumo de luxo, as quais se baseiam justamente nessa superpopulação relativa, muitas vezes liberada pela predominância, noutros ramos, do capital constante (...) - o capital variável representa proporção considerável de todo o capital e o salário é inferior à média (*) de modo que a taxa e a massa de mais-valia são extraordinariamente altas em tais indústrias". (2)

(*) Grifo nosso.

(1) Karl Marx - O Capital - Livro 3 - Vol. 4 - pág. 271.

(2) Idem, idem - pág. 272.

A nosso ver, esse trecho de "O Capital", é de importância de definitiva para o entendimento da dominação crescente de novas áreas pelo sistema capitalista, como forma de contratender as crises, pe la obtenção de lucros maiores, criados no confronto ou melhor, na integração de locais submetidos a diferentes composições de capital/trabalho.

Passaremos a denominar "comércio exterior", às trocas de valores que se estabelecerem entre locais que estejam submetidos a formas diversas de exploração capitalista, isto é, cujas composições entre capital constante e variável sejam diversas e em decorrência a produtividade do trabalho também.

Desta forma, entendemos (tal como Marx) o sistema capitalista como um todo, e as trocas de valores, corporificados nas mercadorias, podendo ter lugar em um mesmo país que será considerado comércio exterior, se esta troca estabelecer-se entre ramos ou setores submetidos de formas diferentes ao capital.

Rosa Luxemburg, em "A Acumulação de Capital", caminhou neste sentido, mas apenas considerou os, para ela, chamados "mercados externos", aqueles locais que estavam submetidos a formas pre-capitalistas de exploração.

Para nós, o simples diferencial de composição orgânica ou mesmo técnica pode criar as condições especiais de acumulação, se a troca que se estabelecer privilegiar, por questões de domínio de mercado, um dos lados.

O relacionamento que se estabelece entre estes locais, que se pode dizer, em diferentes fases, produz de uma maneira geral a maioria das contratendências às crises já mencionadas.

"Capitais empregados em comércio exterior podem conseguir taxa mais alta de lucro, antes de mais nada, porque enfrentam concorrência de mercadorias produzidas por outros países com menores facilidades de produção, de modo que o país mais adiantado vende suas mercadorias acima do valor, embora mais baratas que as dos países competidores". (1) (vide página seguinte)

Marx sintetiza no trecho acima o modo de apropriação que se estabelece na relação entre formas mais ou menos avançadas - países com menores facilidades de produção.

É claro que sendo o trabalho em si também uma mercadoria (que se valoriza no processo produtivo), o próprio mercado de trabalho dos diferentes locais está submetido à essa lógica.

Tentar-se-á mostrar adiante como se dá o relacionamento destes locais em diferentes fases, definindo como ponto de partida o que se entende por "fase de submissão formal do trabalho ao capital".

1. Locais de submissão formal do trabalho ao capital

"O processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital - da fabricação de mais-valia. O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu próprio processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor, para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração do trabalho alheio.

É isso a que denomino 'subsunção formal do trabalho ao capital'. É a forma 'geral' de todo o processo capitalista de produção, mas é ao mesmo tempo uma forma 'particular', a par do 'modo de produção especificamente capitalista', desenvolvido, já que a última inclui a primeira, mas a primeira não inclui necessariamente (*) a segunda". (2) (vide página seguinte)

A fase de submissão formal caracteriza-se, entre outras coisas, pela extração da forma absoluta de mais-valia, que é obtida pelo aumento da jornada de trabalho, ou pela intensificação do processo de produção.

A diferença fundamental que existe entre as fases de submissão formal e real é a do aprofundamento das relações de produção especificamente capitalistas na segunda das fases, uma mudança que não só revoluciona as relações de produção, mas a própria natureza dessas relações.

A forma de organização da produção depende da maneira pela qual está subsumido o trabalho ao capital, e se modifica com as transformações produzidas pelo desenvolvimento histórico do capitalismo (modo de produção), vale dizer, diferenciais tecnológicos, pressupõem diferenciais de organização do trabalho que por sua vez, determinam diferentes graus de submissão, salários e lucros.

Marx procurou mostrar como se dá a passagem da fase de submissão formal para a real, situando as diferenças entre elas, derivadas da natureza das relações econômicas estabelecidas em cada uma delas. Não descarta, inclusive, a convivência entre elas, como fica comprovado no trecho anterior.

No entanto, ao que parece, Marx pressupunha o fim do capitalismo como um fato não muito distante (o que pode ser percebido na leitura do "Manifesto Comunista"), ou talvez tivesse um objetivo político mais imediato, o que o fez subestimar a capacidade do capital criar e recriar as condições de sua sobrevivência por um período maior.

(*) Grifo nosso.

(1) Karl Marx - O Capital - Livro 3 - Vol. 4 - pág. 273.

(2) Karl Marx - O Capital - Livro 1 - Capítulo VI - Inédito, pág. 51.

Isto levou-o a considerar a fase de submissão formal uma fase de transição, e não uma fase que pudesse ser recriada pelos diferenciais de formas de submissão do trabalho ao capital, como se pretenderá demonstrar neste trabalho.

Não é o objetivo aqui criticar pontos da teoria marxista mas, utilizá-la naquilo que é universal, - seu método, que representa um valiozíssimo instrumento de análise do capitalismo.

É preciso ter sempre em consideração que Marx era um revolucionário, e que escreveu dentro de uma perspectiva política e de ação, e neste sentido é de se esperar que tivesse escrito coisas específicas para a situação em que vivia, e na perspectiva de seus objetivos.

O que se pretende neste trabalho é mostrar o processo de acumulação de capital como capaz de recriar o que Marx chamou de fase de submissão formal do trabalho ao capital, na medida em que incorpora sob sua influência locais submetidos a formas anteriores de exploração, mesmo que estas tenham sido, a seu tempo, reconhecidas tecnologicamente superiores. Quando se diz tecnologicamente superiores se quer dizer submetidas a formas econômicas, sociais e produtivas "qualitativamente" diferentes. Ficam estabelecidas relações dinâmicas entre as duas fases, isto porque, se comparados locais submetidos a formas anteriores de produção (menor utilização de capital constante) com outras mais avançadas, poder-se-á, por certo, perceber o grande distanciamento, tanto no campo estritamente técnico, quanto nas relações sociais produzidas. Tais diferenças justificariam a consideração (em termos de diferenciais) de fases de submissão formal e real em convívio, tal como colocou Marx.

Não se pretende dizer com isto que, na medida em que o capitalismo pudesse criar estes diferenciais, estaria afastada a possi-

bilidade da crise, ao contrário, pois o fato de cada vez mais se integrarem, ou diminuírem sua distância em relação ao capitalismo mais avançado, as áreas submetidas a formas anteriores, estariam criando, concomitantemente, as contradições econômicas e sociais para as crises, agora muito mais profundas e generalizadas.

A tendência à crise inerente ao capitalismo, em círculos cada vez mais amplos, estaria, então, ligada a maior integração das economias. Neste sentido, a integração de novas áreas à órbita capitalista, ou ainda, na diminuição dos diferenciais entre os diversos locais estaria também a possibilidade de crises maiores e generalizadas. A integração destas áreas ao resolver (temporariamente) as questões de taxas de lucro, criariam a possibilidade de crises sempre maiores. Em uma palavra, a internacionalização do capital, que leva consigo a possibilidade da crise, desenvolve também, ao mesmo tempo, trabalhadores a nível mundial com características cada vez mais "parecidas", vale dizer, operário de locais em fases diferentes estarão submetidos a condições diferentes de submissão ao capital. Assim, o trabalhador de determinado local que produza sob formas anteriores "aceitaria" as novas condições (mais capital intensivas) com muito mais facilidade que os trabalhadores de uma fase superior aceitassem um retorno a um modo produtivo anterior. Daí a necessidade, para o capital, de encontrar ou mesmo "recriar" áreas onde seja possível reutilizar seu capital constante já obsoleto e desvalorizado, como forma de se contornar a impossibilidade da extração da mais-valia absoluta (pelo aumento da jornada ou intensificação do processo) nestes locais de capitalismo mais avançado.

Pode-se, mais uma vez, recorrer a Marx para mostrar uma das formas de relacionamento entre as diferentes fases e a maneira que se dá a apropriação de valor excedente por uma delas: "No capítulo

III, havíamos exposto detalhadamente como, com a 'produção da mais-valia relativa' (para o capitalista individual, na medida em que toma a 'iniciativa' estimulado pela circunstância de que o valor = ao tempo de trabalho socialmente necessário que se objetivou no produto; estimulado pelo fato de que, por conseguinte, cria-se "mais-valia" para ele quando o valor 'individual' de seu produto está abaixo de seu valor social, e que, portanto, o mesmo pode ser vendido 'acima' de seu valor individual), modifica-se toda a figura real do modo de produção, e surge (inclusive do ponto de vista tecnológico) um 'modo de produção especificamente capitalista', sobre cuja base e com a qual se desenvolvem ao mesmo tempo as relações de produção-correspondentes ao processo de produção capitalista - entre os diversos agentes da produção, e em particular entre o capitalista e os assalariados". (1)

Se diz que a fase de submissão formal caracteriza-se pela produção da mais-valia absoluta, que só é possível ser aumentada pela intensificação do processo de trabalho ou pelo aumento da jornada e que a recriação desta fase decorre dos seguintes fatos:

Se uma determinada composição capital/trabalho produz e mantém relações com locais cuja composição capital/trabalho encontra-se numa fase anterior (de menor produtividade), a primeira pode realizar suas mercadorias acima da média daqueles locais, e, portanto, realizar um superlucro (*). Com o passar do tempo deve haver, por parte dos setores mais atrasados, uma absorção das técnicas (ao mesmo tempo em que se está produzindo outras mais adiantadas nos locais mais desenvolvidos), e a vantagem inicial auferida via diferença de composição tende a diminuir ou mesmo acabar (por exem

(*) Este assunto terá tratamento mais cuidadoso adiante.

(1) Karl Marx - O Capital - Livro I - Capítulo VI - Inédito - pág. 55.

plo: quando algumas empresas multinacionais começam a produzir na aqueles locais as mesmas mercadorias e com a mesma tecnologia das produzidas nos locais mais desenvolvidos). É claro que o controle das novas tecnologias representam a possibilidade de lucros maiores num primeiro momento, e quando vão sendo ultrapassadas por outras, vão representar novamente uma fonte de lucros, quando já obsoletas são mais uma vez vendidas (realizadas) naqueles locais onde a produção social encontra-se ainda em um patamar menor.

Dessa forma, poder-se-ia dizer que se os diferenciais tendem a diminuir, e se de fato terminam para alguns ramos industriais, toda a tentativa, por parte de empresas, de aumentarem seu grau de exploração do trabalho só poderia ter êxito pelo aumento ou intensificação da jornada de trabalho, ou ainda pela mudança na composição capital/trabalho. Como o primeiro caminho não se viabiliza no próprio local onde se opera com determinada composição capital/trabalho, resta ao capitalista a utilização em locais mais atrasados tecnologicamente ou ainda, procurar constantemente criar monopólios tecnológicos como forma de recriarem, relativamente aos locais mais atrasados, a possibilidade de superlucros.

Como este caminho é sempre possível, e representa uma forte tendência do capitalismo, o processo acima descrito, onde por analogia a Marx, poder-se-ia chamar de recriação de uma fase de submissão formal do trabalho ao capital, será daqui para adiante denominado de fase de submissão formal recriada.

CAPÍTULO IV

OS SALÁRIOS E A APROPRIAÇÃO INTERNACIONAL OU INTER-REGIONAL

O salário, como qualquer outro preço, corresponde ao pagamento que se faz por uma mercadoria, neste caso uma especial, que tem a qualidade de autovalorizar-se quando utilizada no processo produtivo. Neste sentido, cada mercadoria é, além de sua aparência ou forma externa (quando a produção se traduz em algo material), uma relação de produção, vale dizer, corporifica uma determinada configuração social de produção específica, com formas próprias de submissão do trabalho ao capital, produtividade, técnica e todas as demais características daí derivadas. Desta forma o trabalho como mercadoria é diferente e específico nos diversos locais, e estas diferenças são determinadas pelo grau de desenvolvimento atingido na produção, que se traduz também nos diferentes graus de organização dos trabalhadores envolvidos.

Todo trabalho produtivo (que produz mais-valia) pode ser reduzido a uma mesma qualidade de trabalho; a qualidade de produtor de novo capital, e sua natureza, traduzida por sua propriedade de valorizar-se, é única, apenas sua produtividade difere nos diversos locais, daí sua especificidade.

O objetivo, no presente texto, é o de mostrar que os diferentes salários dos diversos locais determinam ou são determinados por específicas formas de produção capitalista e a integração destes locais permite, até certo ponto e por algum tempo, a manutenção de níveis de acumulação de capital ampliados.

Marx dedicou uma parte do "Capital" (*) para demonstrar as dificuldades do trabalhador na conquista de sua jornada de trabalho, que pode parecer na atualidade algo natural. No entanto, do texto citado, transparece quão árdua foi a luta daqueles trabalhadores da época para deixarem, em alguns locais, como herança, uma jornada menor de trabalho. Assim para determinados locais onde o capitalismo avançou mais, e portanto, produziu trabalhadores mais organizados e esclarecidos, o aumento ou intensificação da jornada de trabalho nem mesmo pode ser cogitada pelos capitalistas (**), pois estes trabalhadores vêm desenvolvendo historicamente seus salários, sua jornada, seus costumes, enfim suas condições mínimas de sobrevivência, e não aceitariam com facilidade qualquer medida que retire a eles estas conquistas.

Condições de trabalho "aceitas" em locais de capitalismo mais atrasado, por certo seriam repelidas com veemência em outros mais desenvolvidos.

Os salários dos diversos países, ou mesmo locais, tem a magnitude das condições mínimas de vida e são diferentes, isto é, incorporam, dependendo do local, como bens indispensáveis à vida, uma gama maior ou menor de mercadorias. Locais diferentes, costumes diferentes, salários também diferentes.

Portanto, da análise desta mercadoria especial (o trabalho assalariado) e de suas diferenças nacionais ou mesmo locais, pretende-se mostrar algumas formas de apropriação da mais-valia gerada na "integração" desses diferentes locais, e ainda, as contradições decorrentes desta integração.

(*) Ver "O Capital" - Livro 1 - Vol. I - "A Jornada de Trabalho".

(**) Logicamente entendido como tendência, abstraindo-se os retrocessos cíclicos eventuais.

O fato de toda a mercadoria pressupor uma determinada relação de produção, dá a ela um caráter universal, isto é, sua produção em qualquer parte tem a finalidade (sob o capitalismo) de reproduzir as relações sociais que a engendraram.

Salário é pois, nesta perspectiva, uma relação social e econômica específica, que define, em cada local, a magnitude e a jornada de trabalho, e ainda define locais onde os antagonismos criados pelo capitalismo também produziram um trabalhador específico, cuja história cristalizou valores e aspirações próprias.

Na luta diária que se estabelece entre o capital, de um lado, e os trabalhadores no outro, os salários, aqui considerados neste sentido mais amplo, determinam as possibilidades de acumulação aos capitalistas.

Como já foi dito anteriormente, a dificuldade de encontrar-se estatísticas adequadas à base teórica aqui proposta trouxe a necessidade de se lançar mão de dados agregados que ao menos sejam indicativos de determinadas tendências que se busca encontrar. Não pretende-se com este procedimento adotar tais dados como base de alguma afirmação definitiva, apenas acreditar que a realidade dos fatos caminhe na mesma direção.

Se há consenso de que a produtividade do trabalho difere nos diversos locais e que a expressão deste fato traduz-se em um diferencial de salários e lucros, já se pode intuir formas de interação destes diferenciais e suas consequências na acumulação.

Nesta perspectiva são apresentadas, no quadro a seguir, as participações dos salários no Produto Interno Bruto de diversos países da OCDE (*) com diferentes graus de desenvolvimento econômico:

(*) Organisation de Coopération et de Développement Économiques.

Q.1

PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NO PIB em %

PAÍSES	1960	1962	1964	1966	1968	1970	1972	1974	1976	1978	MÉDIA
Estados Unidos	58,4	57,8	58,2	58,6	60,2	62,4	61,6	62,7	61,7	62,2	60,4
Suécia	53,5	56,2	57,2	58,8	59,8	60,3	62,2	61,7	67,4	69,2	60,6
Reino Unido	59,7	60,9	59,8	60,4	58,8	60,0	59,8	64,1	63,8	61,0	60,8
Suiça	51,8	52,8	53,7	54,0	54,5	54,7	56,2	58,9	60,4	60,9	55,8
Luxemburgo	44,4	47,4	49,6	51,5	49,9	48,9	55,1	54,4	63,6	65,5	53,0
Canadá	52,0	51,7	51,2	52,1	53,6	55,1	55,2	54,6	56,6	56,1	52,8
Países Baixos	47,6	50,5	52,6	55,2	54,6	56,8	56,9	59,0	58,6	58,4	55,0
Alemanha	47,5	49,8	50,2	51,6	50,6	53,1	54,2	56,7	55,7	55,4	52,5
Bélgica	45,4	46,0	47,4	49,1	48,7	49,1	52,4	54,3	57,0	57,7	50,7
Irlanda	45,7	48,4	49,4	50,9	50,3	54,6	51,2	56,6	55,8	-	51,4
Portugal	-	-	-	41,6	39,3	44,7	45,9	49,9	58,5	-	46,7
Finlândia	44,6	46,3	48,4	50,3	50,0	49,7	53,7	54,1	59,6	56,3	51,3
Espanha	45,5	45,3	47,4	46,5	47,3	48,4	51,1	52,0	54,2	54,3	49,2
França	44,1	45,7	46,8	46,7	48,0	48,9	49,3	52,1	54,3	54,4	49,0
Itália	42,5	44,0	47,7	46,2	46,5	48,3	51,6	52,9	55,5	55,6	49,1
Japão	41,3	42,6	42,5	43,5	41,9	42,0	45,8	50,2	53,9	52,7	45,6
Grécia	29,0	28,7	29,0	30,2	32,0	31,4	31,9	31,4	33,5	37,3	31,4
Turquia	-	-	-	-	27,1	29,0	28,6	26,1	28,4	-	27,8

FONTE: OCDE - Compts Nationaux - 1950/1978.

Como se depreende do quadro, para os países mais desenvolvidos, a participação da remuneração do trabalho no produto gerado CRESCER numa velocidade maior de que nos menos desenvolvidos.

Este fato por si poderia influenciar a decisão dos capitalistas na busca de novas áreas para seus investimentos, onde seus capitais mais modernos e produtivos propiciassem, com relação ao local escolhido, diferenciais de produtividade, vantagens de mercado (inclusive em relação ao seu próprio mercado original, uma vez que com a instalação da nova planta, seus custos globais cairão na média) e portanto lucros maiores.

Não se deseja afirmar que o ato de investir dos capitalistas tivesse uma correlação única com esse fato (salários menores), mas antes, a existência de salários menores somada às demais condições de mercado, numa palavra, somada às possibilidades da realização da produção adicional, preecheriam as condições para que o investimento se fizesse, isto porque, a ocorrência de salários menores sig

nifica também a existência de locais submetidos à formas anteriores de submissão do trabalho ao capital, e possibilidade (para os capitais mais produtivos) de superacumulação.

Na sequência tentar-se-á delimitar o que se considera por locais onde a produtividade do trabalho esteja em níveis inferiores, relativamente a outros, e de como se daria a integração deles.

1. O chamados "Mercados Externos"

A questão da realização da mais-valia produzida é ponto fundamental para o capitalismo, na medida em que determina suas possibilidades de desenvolvimento continuado.

Esta questão passa pela discussão de que se o capitalismo é capaz de criar suas mercadorias, seria capaz de criar também sua contrapartida necessária - o mercado?

Dos muitos que se dedicaram ao tema, vão interessar particularmente Rosa Luxemburg, Michal Kalecki e Ernest Mandel, que deram à discussão tratamento na mesma linha que se pretende na presente dissertação.

É sabido que os desenvolvimentos teóricos destes autores não são simétricos (e têm mesmo conflitos profundos) mas, reúnem pontos que podem conviver e que entendemos serem fundamentais. Sinteticamente, objetiva-se lançar mão de tais pontos onde as teorias são compatíveis, no sentido de levar, por caminhos próprios, a um desenvolvimento teórico alternativo.

De Kalecki, a questão de que a acumulação se dá pelo consumo e investimento dos capitalistas; de Rosa a existência de "mercados externos" (no presente caso recriados); e de E.Mandel a questão da busca dos superlucros e a crítica que faz a ambos de que são monocausais em suas teorias.

Temos, nas próprias palavras de Mandel, que "todas essas teorias (*) (...) sofrem da debilidade básica de pretender deduzir toda a dinâmica do modo de produção capitalista a partir de uma única variável do sistema. Todas as outras leis de desenvolvimento que Marx descobriu agiriam, mais ou menos automaticamente, apenas como funções dessa variável única". (1)

O que se pretende demonstrar é que a coordenação de algumas idéias desses autores podem representar validade teórica, e que uma possível monocausalidade desapareceria na totalidade dinâmica do capitalismo, se consideradas na sua dimensão adequada cada uma daquelas contribuições.

No conceito introduzido de "mercados externos recriados", que irá tomando forma acabada, pretende-se englobar as múltiplas faces e contradições próprias do capitalismo, nas suas interações articuladas, na perspectiva da teoria do valor.

Rosa entendia que o capitalismo não poderia sobreviver, isto é, a acumulação de capital teria limites internos, que só seriam ultrapassados enquanto houvesse a possibilidade para o capital encontrar saída para o excedente produtivo nos denominados "mercados externos".

Vejamos pois o que significava tais mercados para ela, para depois indicarmos sua importância para esta dissertação.

"Na realidade, nada nos impede de admitir que também é realizada fora dos meios capitalistas uma parte do capital constante e variável no produto do setor correspondente. De acordo com isso, é possível realizar tanto a ampliação da produção como a renovação

(*) De Kalecki, Rosa, etc.

(1) Ernest Mandel - O Capitalismo Tardio - pág. 25.

de parte dos elementos da produção consumidos com produtos de zonas não capitalistas. O que propunhamos deixar claro com os exemplos anteriores é o fato de que pelo menos (*), a mais-valia destinada à capitalização, e a parte do volume de produtos capitalistas que a ela corresponde, não podem ser realizados dentro dos meios capitalistas, e, necessariamente, buscar sua clientela fora desses meios, em camadas sociais que não produzam segundo a forma capitalista". (1)

Tais locais, segundo a autora, serviriam para realizar parte da produção das zonas capitalistas, atenuando ou mesmo postergando as crises de realização.

Esta saída, ainda que temporária estaria, para Rosa, nos tais mercados externos que teriam no imperialismo sua expressão maior.

"O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não capitalistas que não se encontram ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau das forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para sua expansão". (2)

Numa palavra, na mesma medida em que regiões pré-capitalistas fossem sendo incorporadas à órbita capitalista, estariam sendo também esgotadas as possibilidades de acumulação ampliada de capital.

(*) Grifo da autora.

(1) Rosa Luxemburg - A Acumulação de Capital - pág. 308 e seg.

(2) Idem, idem - pág. 392.

Como apoio teórico esta concepção de Rosa Luxemburg nos incou um caminho a seguir, porém, numa perspectiva diversa, isto é, os mercados não precisariam estar, necessariamente, em órbitas pré-capitalistas, bastando que houvessem diferenciais de produtividade, composição capital/trabalho, e conseqüentemente, graus diferenciados de controle de mercado, de forma a viabilizar para os capitais mais modernos os superlucros.

Rosa considerava mercado externo os locais que estivessem fora da forma de produção capitalista, isto é, relações estabelecidas dentro de um mesmo país entre regiões capitalistas e não capitalistas seriam consideradas pelas primeiras como transações de mercados externos, assim como, transações que se estabelecessem entre capitalistas, mesmo que em países diversos, seriam consideradas operações de mercado interno, vale dizer, mercado interno e externo ao modo de produção capitalista.

Já para Kalecki, a acumulação poderia acontecer internamente aos setores capitalistas (não desconhecendo, é claro, a importância dos mercados externos entendidos de uma forma diversa) pelos gastos realizados pelos empresários com investimento e consumo, no que concordava com Tugan-Baranovski, como se depreende do trecho a seguir:

"O fato de que a Inglaterra importa do estrangeiro mercadorias de valor superior ao da exportação (...) significa que ela estava servindo mais para realizar a produção de outros países do que realizando neles uma parte de sua produção; e mesmo assim a economia inglesa se encontrava em franco desenvolvimento. Esta era a prova empírica utilizada por Tugan: a demonstração teórica da desnecessidade dos mercados externos era dada pelos esquemas de reprodução (...). É interessante notar que ao tratar dessa questão, Tugan-

Baranovski, não só formulava antecipadamente, mas também refutava, o ponto central da teoria da acumulação de capital de Rosa Luxemburg (...)" (1)

Tanto Kalecki como Rosa partem do mesmo ponto - os esquemas de reprodução de Marx - chegando ela à constatação de que a reprodução ampliada não pode dar-se sem os "mercados externos" e Kalecki afirmando que esta acumulação é possível sem aqueles mercados, desde que os capitalistas não parem de aumentar seu consumo, e principalmente seus investimentos, restaria saber onde reside o grande conflito entre suas teorias.

Fundamentalmente a diferença entre Rosa e Kalecki reside na questão da realização da mais-valia gerada e portanto na acumulação ampliada.

Tanto para um quanto para outra somente os capitalistas são responsáveis pela acumulação, uma vez que o trabalhador consome todo seu salário em sua subsistência. Assim, ambos os autores concordam que os capitalistas ao acumularem demandam (enquanto personificação do capital) $C + V$ e ofertam $C + V + M$.

Parte de M (mais-valia) é consumida pelos próprios capitalistas enquanto indivíduos e o restante, para Rosa, deve procurar realização nos "mercados externos". Para ela não haveria razão natural para que os capitalistas acumulassem a parte não consumida da mais-valia, porque num próximo ciclo produtivo o problema da realização estaria de novo colocado e agravado pela parte anteriormente não realizada.

Necessariamente então, a parte não realizada nem consumida deveria buscar mercado fora da esfera capitalista de forma a que parte daquelas mercadorias ficasse fora do circuito capitalista, não

(1) Jorge Miglioli - A Acumulação de Capital - pág. 146.

produzindo sobras de capital não realizado, e assim sucessivamente, para retornar ao circuito como capital produtivo.

Já para Kalecky não existiria a necessidade de mercados externos, e apenas o consumo e, principalmente, o investimento dos capitalistas (desde que efetuados de uma maneira crescente) seriam capazes de absorver toda a oferta adicional de M (mais-valia) produzida na acumulação ampliada de capital.

No entanto, o capitalismo é um sistema contraditório e, como bem coloca Kalecki, não há racionalidade por parte dos capitalistas enquanto classe (*) e portanto a acumulação de capital está entrecortada por crises periódicas.

Tanto para Rosa Luxemburg quanto para este há a necessidade da realização de toda a mais-valia produzida e a controvérsia parecer se resumir numa palavra - "onde" isto se daria. Como já foi visto, para Rosa nos "mercados externos" e para Kalecki pelos gastos dos capitalistas, sem a necessidade de tais mercados.

Ao que parece a questão para Kalecky ficava resumida ao consumo e investimento, sendo que o consumo teria limites mais ou menos estreitos, e assim a questão principal que restava era: qual motivo leva os capitalistas a investirem?

Quais seriam as variáveis que determinam os investimentos?

Sabidamente estão não são questões simples e mesmo Kalecky não as considerou satisfatoriamente respondidas, tanto que escreveu: "A teoria contemporânea do crescimento das economias capitalistas tende mais a considerar esse problema em termos de um equi

(*) No entanto, a nosso ver, não procede a crítica que Kalecky faz a Rosa segundo a qual os capitalistas investem como classe. A esse respeito citamos anteriormente um trecho de "A Acumulação de Capital" que refuta essa tese.

líbrio móvel do que adotar um enfoque semelhante ao aplicado na teoria dos ciclos econômicos. Este último consiste em estabelecer duas relações: uma baseada no impacto que a demanda efetiva gerada por investimento causa sobre os lucros e a renda nacional, e a outra que mostra a determinação das decisões de investimento pelo - falando em geral - nível e taxa de variação de atividade econômica. A primeira relação não envolve, atualmente, questões particularmente intrincadas. A segunda, em meu entender, continua sendo a principal pièce de resistance (*) da economia". (1)

Rosa, no entanto, por considerar a busca de novos locais, ainda não incorporados à órbita capitalista, como peça fundamental da lógica de acumulação, ultrapassava a questão da decisão de investir, na medida em que a busca dos "mercados externos" já carregava como pressuposto tal decisão.

Não se pode inferir daí que a questão da acumulação ampliada estivesse resolvida por Rosa de uma maneira mecânica, - que a procura de novos mercados (pré-capitalistas) eliminasse as contradições e crises próprias do capitalismo. A busca dos "mercados externos" seria, antes, a resposta às crises, uma forma de superá-las temporariamente.

Numa das críticas que faz Rosa a Tugan-Baranovsk (à resolução deste no que se refere à questão da acumulação ampliada pela "proporcionalidade" necessária nos departamentos, nos esquemas de reprodução), fica mais clara a forma como ela vê o assunto, restando a forma mecanicista de Tugan.

"Não há aqui - no processo tal como demonstra o esquema - nenhuma necessidade de ampliar constantemente o mercado além do

(*) Grifo do autor.

(1) Michal Kalecky - Crescimento e Ciclo - pág. 105.

consumo dos capitalistas e operários, e a capacidade limitada do consumo da sociedade não é obstáculo para uma marcha normal e um incremento ilimitado da produção. O esquema admite, sem dúvida, a crise, mas exclusivamente, por falta de proporcionalidade da produção, isto é, por falta de controle social do processo de produção. Exclui, em compensação, a profunda discrepância existente entre a capacidade de produção e consumo da sociedade capitalista, discrepância essa gerada justamente pela acumulação de capital e que é solucionada periodicamente nas crises e que impulsiona o capital a ampliar constantemente o mercado". (1)

E continua:

"A concepção de Tugan, segundo a qual a produção capitalista pode criar por si mesmo um mercado ilimitado independente de consumo, leva diretamente à teoria de Say e Ricardo do equilíbrio natural entre produção e consumo, demanda e oferta (...). Sua (de Tugan) teoria de que as crises são causadas pela 'desproporcionalidade' (*) é, fundamentalmente, uma nova interpretação da antiga vulgaridade de Say". (...) Os marxistas 'legais' (*) russos venceram, indiscutivelmente, seus adversários 'populistas', mas foram muito longe. Os três - Struve, Bulgakov e Tugan-Baranovsk - no ardor da polêmica provaram mais do que era necessário. Tratava-se, apenas, de se o capitalismo em geral e, em particular, na Rússia era suscetível de desenvolvimento, e os mencionados marxistas expuseram tão profundamente essa capacidade que chegaram a provar, inclusive, a possibilidade de duração eterna do capitalismo. Pois, está claro que, quando se aceita a acumulação ilimitada do capital, prova-se também a viabilidade ilimitada do mesmo". (2)

(*) Grifo da autora.

(1) Rosa Luxemburg - A Acumulação de Capital - pág. 297.

(2) Idem, pág. 276 e seg.

Desta forma, ao que parece, não é procedente a seguinte crítica: "(...) embora Rosa Luxemburg possa, sem dúvida, ser incluída entre os mais destacados teóricos marxistas, sua versão da teoria da acumulação de capital, em vez de acentuar a contradição do processo capitalista de reprodução (a contradição entre a criação e a realização da mais-valia), constitui, paradoxalmente, uma tentativa (sic!) de eliminar essa contradição". (1)

Poder-se-ia dizer que ao capitalista resta a busca do lucro, e se possível o superlucro, e para conseguir este intento deve haver necessariamente o investimento. A decisão de investir dependerá, em última análise da percepção deste quanto ao retorno do investimento, traduzido no seu lucro esperado.

Assim, a existência de locais em fases anteriores da produção capitalista poderia induzir a novos investimentos (mais rentáveis) pela possibilidade de lucros maiores. Estariam pois colocadas (reunidas) nesta hipótese tanto a tese de Kalecky (da necessidade de gastos ampliados dos capitalistas) quanto a de Luxemburg (da existência dos "mercados externos" como fundamentais à acumulação).

Não é objetivo deste trabalho teorizar acerca de quais são as determinantes dos investimentos, e sim, de constatar que a "racionalidade" do capital manda que este submeta a si locais onde se possa obter o maior retorno possível. Estes locais são os mercados externos, que podem estar, como já foi dito, em um mesmo país, desde que as relações de produção estabelecidas pressuponham um diferencial de produtividade e composição capital/trabalho.

As relações que se estabelecem entre estes locais "mais" e "menos" desenvolvidos, permitem a apropriação pelo local "mais", de

(1) Jorge Miglioli - Acumulação de Capital e Demanda Efetiva - pág. 199.

parte da mais-valia gerada, que pode ser de forma indireta (pela troca desigual de valores) ou direta, quando o investimento do capital mais moderno se realiza diretamente no local "menos".

Complementarmente à existência de tais diferenciais, o investimento se dará se as perspectivas de realização das mercadorias produzidas forem consideráveis.

Neste sentido é criada a conexão entre a produção da tecnologia capitalista e a valorização do capital na produção e apropriação da mais-valia a nível das relações estabelecidas entre os diversos locais de diferentes níveis de produtividade e composição capital/trabalho.

A diminuição do ciclo do capital fixo, a aceleração das inovações tecnológicas (geradoras de rendas que se tornam a principal fonte dos superlucros monopolistas sob o capitalismo tardio - E. Mandel) e a troca desigual, entre as nações produtoras de mercadorias a diferentes níveis de produtividade média do trabalho, que domina o mercado mundial, e suas "novas" formas e soluções para a questão da realização.

"O movimento efetivo do capital manifestamente começa a partir de relações não capitalistas e prossegue dentro do quadro de referência de uma troca constante, exploradora, metabólica, com esse meio não capitalista. Essa não é, de maneira alguma, apenas uma das teses ou descobertas de Rosa Luxemburg: o próprio Marx o compreendeu e salientou, de modo explícito, em várias ocasiões". (1)

Fundamentalmente, autores como Rosa ou mesmo Mandel entendiam estas relações como sendo de um local capitalista para outro não

(*) Ernest Mandel - O Capitalismo Tardio - pág. 29.

capitalista. O que se pretende mostrar é que apenas diferenciais entre locais onde a produção capitalista avançou mais ou menos são capazes de produzir uma relação de submissão onde o local mais produtivo ou desenvolvido auferir vantagens possibilitadas pelos mecanismos já delineados.

Para o capitalismo, então, torna-se necessária a busca ou mesmo a criação de tais locais, seja submetendo regiões onde a produção em moldes capitalistas ainda não se instalou, seja pela criação no seio do próprio capitalismo de diferenciais de produtividade onde se tornasse possível a criação (de uma forma similar às relações estabelecidas entre locais capitalistas e não capitalistas) de formas de submissão análogas e, em consequência, de superlucros.

"Acontece exatamente o mesmo com a lei do valor e a distribuição da mais-valia por meio da taxa de lucro (...) ambas atingem sua completa realização aproximada apenas com o pressuposto de que a produção capitalista tenha sido completamente estabelecida por toda a parte, isto é, que a sociedade tenha sido reduzida às modernas classes dos proprietários rurais, capitalistas (industriais e comerciantes) e operários - tendo sido abolidos todos os graus intermediários. Essa condição não existe nem mesmo na Inglaterra e jamais existirá (*) não deixaremos que chegue a tal ponto". (1)

Assim, no processo de acumulação de capital convivem formas mais e menos desenvolvidas de capitalismo, diferentemente da forma mecanicista (como querem alguns) da supressão de uma fase por outra. As fases existem juntas e ao mesmo tempo, e antes de re-

(*) Fazemos nosso o grifo de Mandel.

(1) F.Engels - in "O Capitalismo Tardio" - E.Mandel - pág. 29 e seg.

presentarem obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, são de sua própria essência.

"Mas a penetração do modo de produção capitalista nessas esferas vê-se limitada por dois fatores cruciais. Em primeiro lugar, esse modo de produção deve ser competitivo, isto é, o preço de venda deve ser menor do que o preço de custo dos mesmos bens na esfera da produção simples de mercadorias ou da produção familiar - ou, pelo menos, suficientemente baixo para que os produtores tradicionais considerem que sua própria produção, mais barata, deixa de ser lucrativa em vista do tempo e trabalho poupados pela compra dos novos produtos. Em segundo lugar deve estar disponível algum capital excedente, cujo investimento nessas esferas produzirá uma taxa de lucro mais alta que seu investimento em domínios já existentes (não necessariamente mais alta, em termos absolutos), mas de qualquer maneira mais alta do que a taxa marginal, produzida por um investimento adicional de capital nas esferas que já são capitalistas". (1)

Esta é uma questão crucial ao capitalista, quando este deve fazer, na busca de maior lucro, um investimento que deva produzir taxas de lucro, quando não maiores em termos absolutos, que seu investimento anterior, pelo menos maior que um investimento adicional na esfera inicial. Vale dizer, ao capitalista resta buscar sempre esferas onde tenha vantagens acima da média, isto é, locais onde seja possível obter sempre taxas de lucro pelo menos maiores que a duplicação de uma planta anterior.

Tais possibilidades são encontradas quando um capital mais produtivo (de mais-valia) se desloca ou submete locais mais atrasa

(1) E.Mandel - O Capitalismo Tardio - pág. 31 e seg.

dos, ou quando os próprios capitais locais se modernizam (*), recriando nesta modernização, novamente os diferenciais de produtividade (com relação aos demais produtores) e portanto os lucros maiores.

Nasce dessa relação do capital mais produtivo com os menos produtivos a possibilidade de uma troca desigual, de um fluxo de valor no sentido do mais atrasado para o mais adiantado, o que impede, muitas vezes, uma acumulação mais intensa da esfera menos productiva.

Este é um caso típico de relações estabelecidas entre as metrópoles e suas colônias, num primeiro momento, e depois no comércio estabelecido entre exportadoras de manufaturas e de matérias primas, e assim sucessivamente, a cada novo ciclo a relação de dominação e troca desigual vai assumindo novas formas, sem, no entanto, deixar de existir. (**)

No decorrer da história do capitalismo, as formas de apropriação do valor gerado se multiplicam e se conformam a cada nova situação, e as economias dependentes se submetem em múltiplas relações ao imperialismo que dita as normas de produção e consumo, impondo seus padrões "modernos" sob a legitimação do ideal de progresso e desenvolvimento. Com isso, constroem as amarras que no futuro possibilitarão a continuidade do processo.

(*) Alteram sua composição técnica, se fazem mais produtivos pela incorporação de mais capital ou mesmo de métodos mais eficientes de exploração do trabalho.

(**) Assumem na atualidade tanto as formas anteriores já citadas, como outras mais sofisticadas onde a geração e venda de pacotes tecnológicos (muitas vezes já obsoletos nas esferas mais desenvolvidas) produzem submissão.

Sendo as grandes empresas internacionais as formas históricas atuais de representação do imperialismo e do capital mais moderno e produtivo, e como estas estão em sua grande maioria instaladas em todo o mundo, e por este fato convivendo com locais com diversos níveis de desenvolvimento, um estudo das inversões dessas empresas pode ser importante para o entendimento do sistema capitalista atual.

"A idéia inicial é a de que a taxa de investimento é determinada pelo ritmo de inovações (*) no que se refere a novas técnicas, novos produtos, novos modelos e novos mercados. Essas inovações têm caráter institucionalizado na economia capitalista moderna, por ter a grande empresa assumido o papel de agente inovador básico, em substituição ao 'empresário dinâmico' da teoria schumpeteriana. Na economia industrial dependente, o agente de transmissão do processo inovador é a filial da grande empresa multinacional. Ainda que gerando uma parcela pequena da renda total da comunidade, essas empresas podem condicionar o ritmo de crescimento global, pois as firmas locais, por não deterem o controle do processo de inovação, tendem a responder passivamente aos impulsos do mercado. (...)

A imagem que nos vem é a do modelo keynesiano simples. O ritmo global de atividade econômica é determinado pela taxa de investimento autônomo, apesar de esta taxa representar uma parcela pequena da renda quando comparada com a do consumo induzido. Assim também, a taxa de crescimento da economia dependente pode ser determinado pelo ritmo de expansão das filiais das empresas multinacionais, apesar de estas filiais gerarem uma parte pequena da renda, em comparação com aquela gerada pelas firmas locais". (1)

(*) Depois que a decisão de investir já é real.

(1) Edmar L. Bacha - Os Mitos de uma Década - pág. 46 e seg.

As empresas multinacionais representam, na maioria das vezes, a porção de capital mais produtiva e avançada tecnologicamente e, portanto, a criadora e recriadora de diferenciais tecnológicos("mercados externos") de produtividade e lucros.

Estas empresas produzem suas mercadorias sob um determinado processo até que este comece a ficar conhecido e copiado pela indústria competidora, fazendo com que a empresa vá perdendo, gradativamente, suas vantagens em relação ao resto da indústria. Na medida em que sua posição hegemônica vai sendo ameaçada a empresa ou grupo de empresas "de ponta" deve implementar inovações de produtos e técnicas de forma a readquirirem sua posição de comando no processo, e na medida do possível vender a tecnologia já ultrapassada ou substituída para outro local ou país onde tais produtos sejam desconhecidos enquanto processo produtivo.

Para as empresas que possuem filiais em países menos desenvolvidos (a maioria delas), a questão fica simplificada e o controle sobre a geração e utilização de novas técnicas poder ser muito melhor administrado, com a empresa controlando inclusive a velocidade que se deseja imprimir à obsolescência de produtos e processos. Isto depende, é claro, do grau de domínio sobre o mercado que possui a empresa.

Isso é o que ocorre em grande parte dos países subdesenvolvidos onde estão instaladas filiais de empresas multinacionais.

Naturalmente a instalação de um empresa em um local diferente do país sede vai depender da existência de algumas outras condições, além do conhecimento do processo produtivo, tais como:

- . existência e/ou proximidade de insumos;
- . disponibilidade de mão-de-obra qualificada para a tarefa;

- . possibilidade de algum controle de mercado que garanta de terminada margem de lucro esperada.

"Os setores industriais dos países em desenvolvimento estão controlados, de forma cada vez mais ampla, pelas subsidiárias das corporações estrangeiras cujas vendas locais, em muitos casos, crescem a um ritmo mais intenso do que as empresas nacionais no mesmo ramo ou em outros setores, crescendo, igualmente, a um ritmo mais intenso do que toda a atividade econômica do país. (Estimativas brutas indicam que o controle estrangeiro dos setores latino-americanos mais dinâmicos já atinge proporção situada entre 50 e 75%) (...). Da mesma forma, as vendas efetuadas entre subsidiárias em outros países ocupam, cada vez mais, uma posição fundamental no valor total das vendas levadas a cabo pelas corporações multinacionais. Entre 1955 e 1964 o montante total de vendas efetuadas por empresas multinacionais de capital norteamericano ampliou-se 170% no restante do mundo, contra apenas 50% no mercado interno (*). Verifica-se assim, facilmente, a importância econômica da renda gerada pelas atividades de subsidiárias de países exportadores de capital dentro dos mercados importadores de capitais". (1) - (vide pg. seguinte)

Reforçando o argumento acima, são apresentadas, a seguir, as taxas de crescimento do investimento direto dos Estados Unidos que representam exemplos legítimos desta fase do capitalismo:

Q.2 INVERSÃO DIRETA DOS ESTADOS UNIDOS - EM PORCENTAGEM
TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL (1960 - 1968)

P A Í S E S	MANUFATURAS	PETRÓLEO	MINAS	VÁRIOS	TOTAL
- Canadá	7,4	5,5	9,0	7,6	7,6
- América Latina	12,8	2,0	4,5	4,8	5,6
- Europa	13,9	12,9	2,7	17,5	14,2
- Outros	16,4	8,9	12,8	10,5	10,9
T O T A L	11,5	7,2	7,6	9,3	9,3

FONTE: Fajnzylber, F - Estratégia Industrial e Empresas Internacionais. I.P.E.A, Rio de Janeiro, 1971.

A razão que leva o capital à busca de novas oportunidades e, em última análise, a busca do superlucro, que passa, necessariamente, pelo controle maior do mercado, das fontes de suprimento, e da força de trabalho. Desta forma, a busca de locais onde possam controlar aqueles fatores, levam as empresas a investirem em regiões, por possuírem abundância de matérias primas, em outras por possuírem mão-de-obra farta e barata ou mesmo por possuírem um bom mercado para seus produtos, etc., ou finalmente por contarem com a combinação de qualquer destes fatores.

Historicamente pode-se perceber uma sucessão de fases onde, por exemplo, o aumento dos preços das matérias primas (uma característica distintiva de meados do século XIX) produziu um avanço do capital em direção a locais produtores daqueles bens. Tal fase representou uma por demais conhecida transferência de capitais para países menos desenvolvidos nas áreas produtoras de matérias-primas, tendência esta que perdura de forma mais ou menos intensa até nossos dias.

Especificamente, o capital busca nos diferentes locais, também por diferentes motivos, o controle: dos insumos necessários à produção, dos mercados e até mesmo do poder político - a hegemonia, conforme mostra o quadro número: 3

VIDE PÁGINA SEGUINTE

Como se pode notar, há a predominância, em termos dos investimentos globais, nos países mais populosos, que reúnem além de um amplo mercado potencial, um também amplo manancial de trabalho mais

(*) Dados de vários anos publicados pelo Survey of Current Business.

(1) Constantine V. Vaitsos - Distribuição de Rendas e Empresas Multinacionais - pág. 14 e seg.

Q. 3 INVERSÕES DIRETAS DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA
DISTRIBUIÇÃO POR PAÍSES E SETORES - 1968 - PORCENTAGEM

PAÍSES	DISTRIBUIÇÃO POR PAÍSES	DISTRIBUIÇÃO POR SETORES						
		Minas	Petró- leo	Manufa- turas	Serviços Públicos	Comér- cio	Outros	TOTAL
Brasil	27	5	6	69	2	13	5	100
México	27	8	3	68	2	12	7	100
Argentina	20	(1)	(1)	64	(1)	5	31	100
Venezuela	10	(1)	68	14	1	10	7	100
Colômbia	5	-	51	31	5	9	4	100
Perú	3	61	6	14	3	7	9	100
Chile	2	61	(1)	7	(1)	4	28	100
Panamá	2	2	19	6	6	37	30	100
Outros (Amé- rica do Sul)	1	3	42	13	11	8	18	100
Outros (Amé- rica Central)	3	4	25	15	18	6	33	100
TOTAL	100	13	27	33	6	11	10	100

FONTE: Fajnzylber, F: Estratégia Industrial e Empresas Internacionais, IPEA, Rio de Janeiro, 1971.

(1) Incluído em "Outros".

barato (*). Os quatro primeiros países do quadro anterior representam 84% do total dos investimentos diretos americanos na América Latina (um mercado de 222.881 mil pessoas) (**).

A considerável população destes países pode colaborar na explicação do direcionamento dos investimentos no setor de manufaturas, pela existência do mercado potencial aliado à abundância do fator trabalho.

Paralelamente, no que se refere ao controle das fontes de suprimento de matérias-primas, os investimentos também tem seu direcionamento explicado.

(*) Como teremos oportunidade de ver adiante.

(**) Em 1978.

Venezuela, Panamá e Colômbia, receberam fortes investimentos no setor petrolífero, e Chile e Perú no setor de recursos minerais. Assim é que o capital procura controlar, a nível mundial, as diversas esferas de acumulação, submetendo-as às suas próprias regras.

"A dominação do capital estrangeiro sobre os processos de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos resultou em um desenvolvimento econômico que, como afirmamos, tornou estes países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos imperialistas. Como se sabe, isso significou que eles deveriam concentrar-se na produção de matérias-primas vegetais e minerais. A caça de matérias-primas veio de mãos dadas, por assim dizer, com a exportação de capital imperialista, e foi, em grande medida, um determinante causal da mesma. Assim, o crescimento de um relativo excedente de capital nos países metropolitanos e a procura de mais elevadas taxas de lucro e matérias-primas mais baratas formam um complexo integrado". (1)

O avanço do capital em busca de novas esferas de acumulação se reveste, a cada momento histórico, de uma especificidade que por assim dizer, controla e reproduz as possibilidades de obtenção de lucros maiores.

À medida em que se vão alterando as relações sociais de produção, em cada um dos locais (pelo avanço do movimento operário, por exemplo), também se alterará o fluxo de investimentos, que deve dirigir-se às novas esferas de acumulação.

Poder-se-á deduzir, dos dados apresentados adiante, que as melhores taxas de lucratividade obtidas fora dos EUA, fizeram

(1) E.Mandel - op. cit. pág. 38.

com que as filiais das empresas multinacionais apresentassem taxas de crescimento maiores que suas matrizes.

Q. 4 CRESCIMENTO DAS INVERSÕES DOS EUA NO ESTRANGEIRO E
CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DO PAÍS NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA, 1950-68
TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAIS - PORCENTAGENS

INVERSÕES	1950-60	1960-68	1950-68
- Inversão no estrangeiro no setor de manufaturas	13,2	11,5	12,4
- Idem, para a América Latina	7,0	12,8	9,5
- Idem, para o Brasil	12,3	8,9	10,8
- Capacidade produção de manufaturas no E.U.A.(*)	4,9	4,7	4,8

FONTE: Survey Current Business, vários números cit. em Efectos de las empresas multinacionales sobre el empleo en el Brasil - M.L. Possas.

(*) Statistical Abstract of de United States, 1968.

À vista desta tendência do capitalismo, poder-se-ia pensar que o avanço do capital para outras áreas mais atrasadas indicasse uma universalização do processo capitalista de produção (com a com seguinte supressão dos diferenciais de tecnologia e desenvolvimento), mas, antes, trata-se de recriadas formas de apropriação do excedente gerado nos novos domínios, produzindo novas formas de submissão.

Acrescente-se, ainda, o fato incontestado da eficiência dos capitais estrangeiros aplicados nos mercados de regiões menos desenvolvidas, que maximizam a exploração nestes locais.

Segundo Theotônio dos Santos, a América Latina remeteu para os Estados Unidos, no período de 1946 a 1968, 15 bilhões de dôlares sob forma de dividendos, juros, etc., para um investimento líquido de 5,5 bilhões.

Especificamente, para o caso brasileiro, os reinvestimentos, portanto, novos capitais criados no país, representavam em 31.03.82(*), na indústria de transformação, 48,4% dos investimentos naquela indústria. Cabe ressaltar que do total dos investimentos diretos no país, a indústria de transformação responde por 74,0% (**) do total, o que comprova a predileção, no caso brasileiro, por este setor da atividade produtiva.

"(...) o crescimento das filiais das empresas multinacionais é, num certo sentido, 'autônomo' pois está alimentado pelo ritmo de inovações da empresa matriz. Utilizando a terminologia de R.Marris (in *The Corporate Economy*, Macmillan, Londres, 1971, pp. 270-317), no contexto da economia dependente as filiais das empresas multinacionais são transcendentais (***) (...). Essa colocação também se opõe a idéia de que as empresas internacionais são importantes por estarem nos setores dinâmicos. Em nossa interpretação, os setores são dinâmicos justamente por estarem lá as empresas internacionais. Em outras palavras, são as empresas e não os setores que são dinâmicos". (1)

Realmente, são os setores mais dinâmicos da economia brasileira que detêm a maior parcela dos investimentos e reinvestimentos:

(*) Posição dos investimentos e reinvestimentos no Brasil

Fonte: Banco Central

(**) Posição em 31.03.82.

(***) Grifo do autor.

(1) Edmar L. Bacha, op. cit. pág. 47.

Q. 5 INVESTIMENTOS E REINVESTIMENTOS EXTERNOS NO BRASIL
DISTRIBUIÇÃO POR RAMO DE ATIVIDADE - POSIÇÃO EM 31.03.82

RAMO DE ATIVIDADE	PORCENTAGEM
- Agricultura	0,6
- Pecuária	0,3
- Pesca	0,0
- Indústria Extrat.Mineral	2,7
- Indústria Transformação	74,0
- Servs.de Utilid.Pública	0,3
- Serviço	20,1
- Outras	2,0
T O T A L	100,0

FONTE: BACEN - FIRCE/DIVAP

- Inclue investimentos em Bolsa e incentivados.

- Moedas convertidas em US\$ às pari-
dades vigentes em 31.03.82.

Destes setores, a indústria de transformação se destaca por ter encontrado, no país, local próprio para a realização de seus investimentos, com um vasto mercado potencial (que vai se tornando realidade na medida em que avança o "milagre brasileiro" pela incorpo-
ração de largos segmentos da classe média que se consolida no período) para bens de consumo duráveis. Paralelamente se coloca a possibilidade da exploração da mão-de-obra (mais abundante e barata que nos países de origem das empresas multinacionais) e controle dos processos tecnológicos inovadores pelas empresas mais dinâmicas nacionais, e, principalmente, multinacionais.

A crescente integração da produção a nível mundial, permite às empresas que dominam o processo de inovação a decidir sobre a vida útil das mercadorias (e indiretamente influenciar os padrões de consumo) condicionando aos seus próprios interesses o que produzir e como produzir.

Não é objetivo do presente texto uma análise aprofundada das formas de transferência de valor na atividade das empresas nos diversos locais, mas, de uma maneira geral, considerar a ocorrência de tais fenômenos nas suas diversas formas (preços de transferência inter-empresas, controles tecnológicos, assistência técnica, etc., e outras práticas menos ortodoxas).

No âmbito da submissão, a nível mundial, do trabalho notou-se a predominância dos investimentos estrangeiros na indústria, que utiliza de forma mais intensa aquele fator. São indicados, a seguir, por ramo da indústria brasileira de transformação, os níveis daqueles investimentos:

Q.6 INVESTIMENTOS E REINVESTIMENTOS EXTERNOS DO BRASIL

DISTRIBUIÇÃO POR RAMO INDUSTRIAL

Posição em 31.03.82 - em US\$ mil

RAMOS INDUSTRIAIS	INVESTI MENTO (1)	REINVESTI MENTO (2)	TOTAL (3)	PARTICIPAÇÕES		
				$\frac{2}{3}$	$\frac{2}{1}$	$\frac{1+2}{3}$
Minerais não metálicos	177.903	172.131	350.034	0,49	0,97	0,02
Metalurgia	1.043.035	374.065	1.417.100	0,26	0,36	0,10
Mecânica	1.409.081	403.631	1.812.712	0,22	0,27	0,13
Mat.Elétrico Eletrônico	943.418	512.897	1.456.315	0,35	0,54	0,10
Material de Transporte	1.741.388	867.034	2.608.422	0,33	0,50	0,18
Madeira	319.059	26.581	345.640	0,07	0,08	0,02
Celulose, Papel e Papelão	284.415	159.361	443.776	0,36	0,56	0,03
Borracha	240.166	258.420	498.586	0,51	1,08	0,04
Química	1.831.608	828.705	2.660.313	0,31	0,45	0,19
Produtos Farmacêuticos	538.278	255.175	793.453	0,32	0,47	0,06
Têxtil	221.035	144.553	365.588	0,40	0,65	0,03
Vestuário e Calçados	90.454	20.339	110.793	0,18	0,22	0,01
Produtos Alimentares	328.340	501.265	829.605	0,60	1,53	0,06
Bebidas	96.007	25.365	121.372	0,21	0,26	0,01
Fumo	147.729	25.991	175.720	0,15	0,17	0,01
Editorial e Gráfica	20.437	21.814	42.251	0,52	1,07	0,00
Diversos	151.277	46.217	197.474	0,23	0,31	0,01
TOTAL	9.585.630	4.643.554	14.229.174	0,33	0,48	1,00

FONTE: Idem quadro anterior.

Transparece dos dados acima o desempenho de alguns setores industriais importantes como: borracha e indústrias alimentares,

cujos valores reinvestidos ultrapassam os valores investidos, o que vem comprovar a facilidade com que os investimentos originais se re produziram, e como os setores se mantiveram atrativos.

Ainda que os ramos onde as empresas estrangeiras predominam sobre as nacionais não representem a maior parcela do valor adicio nado na indústria brasileira, pode-se dizer, no entanto, que o cres cimento destes ramos tem sido sempre superior ao crescimento médio da indústria como um todo, o que indica o maior dinamismo das em presas multinacionais (em seus respectivos ramos) frente às demais e, por consequência sua atuação privilegiada no ramo.

Q. 7 ESTRUTURA (1968) E CRESCIMENTO (1950-68) DOS RAMOS INDUSTRIAIS
SEGUNDO O DOMÍNIO DO CAPITAL LOCAL OU ESTRANGEIRO

EM PORCENTAGEM		
RAMOS INDUSTRIAIS	Parte no Va- lor Adicio nado 1968 (*)	Modificação da Par ticipação no Valor Adicionado 1960-68 (**)
A - PREDOMÍNIO DO CAPITAL LOCAL		
- Produtos de couro	0,6	4,6
- Editorial e gráfica	3,0	7,1
- Vestuário e calçados	2,8	6,5
- Madeira e móveis	4,2	7,5
- Papel e papelão	2,7	12,9
- Minerais não metálicos	5,8	7,8
B - PREDOMÍNIO DE CAPITAL LOCAL COM IMPOR TANTE PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA		
- Produtos alimentares e bebidas	15,6	6,3
- Têxteis	10,1	5,0
- Metalúrgica	11,4	15,4
C - PREDOMÍNIO DE CAPITAL ESTRANGEIRO COM IMPORTANTE PARTICIPAÇÃO LOCAL		
- Produtos químicos	12,1	18,7
- Mecânica	6,0	27,3
- Material elétrico e eletrônico	6,3	37,1
D - PREDOMÍNIO DE CAPITAL ESTRANGEIRO		
- Fumo	1,4	8,8
- Borracha	2,0	9,5
- Produtos farmacêuticos	5,5	18,7 (***)
- Material de transporte	8,6	37,4

FONTE: (*) Segundo Fajnzyllder, F., op. cit. (IBGE-1969) - 3,5% dos ramos não incluídos.
(**) Baer, W., - Industrialization and Economic Development in Brazil - 1965 - Participação do valor adicionado industrial em 1968 como porcen- tagem do valor adicionado industrial em 1950 (os n°s. maiores que 10 in dicam aumento na participação).
(***) A taxa de crescimento está provavelmente superestimada por agre- gar valores referentes a produtos químicos.

Corroborando as afirmações de Edmar Bacha, nos sete setores onde há predomínio de empresas multinacionais houve ganhos de participação em cinco deles, sendo que os setores de material de transporte, eletro-eletrônico e mecânico, mais que dobraram suas participações no valor adicionado no período de 1950-68, reafirmando a tese de que os setores são dinâmicos porque as empresas neles instaladas são dinâmicas. Estas empresas inovam (por que detêm o controle das inovações) e puxam as demais empresas que vão se adaptando às novas técnicas produtivas.

Quando são apresentadas as estatísticas sobre o caso do Brasil (apesar de não serem totalmente confiáveis) estas indicam a natureza e o sentido das relações estabelecidas entre o capital mais produtivo (geralmente multinacional) e o menos produtivo.

Tudo que se afirmou até agora deriva das formas mais gerais do processo de acumulação capitalista podendo, no entanto, persistir em alguns locais formas diversas de relacionamento entre setores mais e menos dinâmicos. Tais formas não invalidam nem reverterem o sentido do processo, e dizem mais a respeito a situações especiais, e como tal devem ser consideradas.

O objetivo aqui é o de mostrar como se dá a forma mais geral de apropriação do excedente na interação de locais em diferentes fases de desenvolvimento capitalista.

A história da industrialização no Brasil é também a história da abertura de um promissor "mercado externo" (de vez que reuniu os principais atrativos aos capitais mais avançados) que permitiu uma rápida industrialização feita, ou dirigida, por um perfil de produção e consumo que nada tinha a ver com a realidade social do país. Todas as técnicas produtivas implantadas na "modernização" visavam

a produção para uma classe de consumidores privilegiados e que não eram representativos da realidade social do país.

Os novos padrões de consumo e produção impostos criam um círculo vicioso de dependência tecnológica aprofundada pela velocidade da produção de novas técnicas de controle dos capitais externos.

São destacadas a seguir as participações deste capital nos ramos da indústria manufatureira do Brasil:

Q: 8 BRASIL: PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NOS RAMOS DA
INDÚSTRIA MANUFATUREIRA - PORCENTAGEM DO CAPITAL EXTERNO

RAMOS INDUSTRIAIS	1	2	3
A - PREDOMÍNIO DE CAPITAL LOCAL			
- Produtos de couro	ND	ND	ND
- Editorial e gráfica	ND	0	2
- Vestuário e calçados	ND	ND	ND
- Madeira e móveis	ND	ND	ND
- Papel e papelão	29	5	24
- Minerais não metálicos	22	ND	25
B - PREDOMÍNIO DE CAPITAL LOCAL COM IMPORTANTE PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA			
- Prods. alimentares e bebidas	32	40	8
- Têxteis	44	44	29
- Metalúrgica	25	44	54
C - PREDOMÍNIO DE CAPITAL ESTRANGEIRO COM IMPORTANTE PARTICIPAÇÃO LOCAL			
- Produtos químicos	63	60	44
- Mecânica	74	56	71
- Mat. elétrico e eletrônico	78	68	62
D - PREDOMÍNIO DE CAPITAL ESTRANGEIRO			
- Fumo	ND	ND	ND
- Borracha	100	94	58
- Produtos farmacêuticos	100	87	ND
- Material de Transporte	84	92	90

FONTE: Mario L. Possas - Efectos de las Empresas Multinacionales sobre el Empleo em Brasil - pág. 31.

1 Newfarmer, R. Y. Mueller, W. - Multinational Corporations in Brasil and México, baseado nas 300 maiores empresas - VISÃO-1973.

2 Baseado nas 500 empresas mais importantes de "O Dirigente Industrial" e Banco Central.

3 Pignaton, A. - Capital Estrangeiro e Expansão Industrial no Brasil - 1973.

Em virtude do maior desempenho das empresas multinacionais, uma economia como a brasileira tende a desnacionalizar-se na medida em que continua a ser interessante ao capital externo investir no país. Como as multinacionais possuem um largo controle sobre o mercado, as inovações, os insumos, etc., estas podem planejar seus futuros investimentos e controlar melhor as muitas variáveis no curso da reprodução ampliada de seu capital.

Uma vez instaladas estas empresas, que nada mais são do que formas mais avançadas de produção capitalista, vão submetendo ao seu domínio parcelas cada vez maiores das economias receptoras. Exemplo disto são as absorções de empresas nacionais por empresas multinacionais indicadas no quadro a seguir:

Q. 9 PROPORÇÃO DE NOVAS FILIAIS MULTINACIONAIS DOS EUA
ESTABELECIDAS NO BRASIL POR ABSORÇÃO DE EMPRESAS LOCAIS

PERÍODOS	NOVAS FILIAIS P/ ABSORÇÃO (1)	NÚMERO TOTAL DE NOVAS FILIAIS(2)	(1) COMO PORCEN TAGEM DE (2)
Antes de 1945	0	28	0
1946 - 1950	1	11	9
1951 - 1955	5	22	22
1956 - 1960	12	36	33
1961 - 1965	6	16	38
1966 - 1970	24	46	52
1971 - 1973	11	18	61

FONTE: Newfarmer, R.Y Mueller, W. op. cit.

Não se pretende afirmar que apenas o capital estrangeiro possui esta natureza, todos os capitais mais modernos de produtividade comportam-se de maneira similar. O que ocorre, no entanto, é que na maioria dos casos os capitalistas se deslocam para locais onde possam obter vantagens, e os capitais que vieram ao Brasil não fugiram a esta lógica, e portanto, representavam, quando vieram, formas mais modernas de capitalismo. Muitos deles, como se depreende dos

dados apresentados, puderam manter-se e até mesmo ampliar de forma significativa sua participação na economia brasileira, e de forma similar em outras economias menos desenvolvidas.

Finalmente há que se levar em conta que a existência de "mercados externos" possibilitam, pelas formas já descritas, a produção e apropriação pelos capitais mais modernos de parte da mais-valia gerada, induzindo os capitalistas locais a novos investimentos para "modernizarem-se". Tal fato, além de propiciar novas ondas de acumulação (na medida em que é repetido o processo) possibilita aos capitais mais modernos a reciclagem de gerações tecnológicas anteriores já utilizadas e amortizadas. Isto reverte para o capital detentor das novas técnicas um barateamento dos elementos constitutivos de seu capital constante, que é revalorizado na média por sua utilização em outros locais por um período maior.

Poder-se-ia dizer que, de uma maneira geral, a busca pelo capital de lucros sempre maiores representa uma questão imediata, mediada por outras que às vezes podem parecer pouco estranhas ao objetivo - superlucros. Há, neste sentido, exemplos de manutenção de instalações fabris modernas, que não poderiam ser explicadas individualmente, cujo objetivo não é o lucro daquela unidade, mas sua existência está ligada, muitas vezes, ao controle e suprimento de matérias-primas, ou alguma outra questão estratégica. O que importa a uma empresa multinacional é a maximização de seus lucros a nível do conjunto de todas as suas unidades.

Há ainda casos em que a instalação de empresas tem como objetivo garantir uma reserva de mercado, ou ainda razões políticas como forma de manter a hegemonia em determinada área, etc. .

Uma prática comum da fase atual do capitalismo é a do investimento que se faz em locais de mão-de-obra barata, mesmo que as mercadorias aí produzidas não se destinem ao consumo local. Este é o caso típico das zonas-francas de países subdesenvolvidos que funcionam (sob incentivos dos governos locais) como um manancial de trabalho explorável para as empresas que lá se instalam, gozando de todas as facilidades fiscais e de crédito, para produzirem suas mercadorias e realizá-las nos mais diversos locais.

Para efeito de análise pode-se dividir os "mercados externos" em dois tipos:

- a) mercados externos de realização: onde capitais mais modernos vendem suas mercadorias ou tecnologias por preços maiores que seus valores e custos de produção, auferindo lucros extraordinários;
- b) mercados externos de produção: quando capitais mais modernos submetem a seu controle direto o trabalho mais barato local fazendo disto sua fonte de lucro extra.

Essas duas formas de apropriação de mais-valia, podem, como realmente ocorre, existir juntas. Há casos de empresas que produzem componentes de suas mercadorias em diversos locais, lançando mão de todas as facilidades específicas de cada um deles. Em síntese, as empresas devem, baseadas nas condições vigentes em cada local, maximizar seus ganhos (lucros) pelo controle e adequação às suas condições produtivas de cada uma das regiões onde se ache instalada.

As grandes empresas inovadoras geralmente mantêm centros de produção e pesquisa de novas técnicas e produtos em seus países de origem e controlam as inovações. Para os países que são meros expectadores neste processo seus papéis ficam restritos à utilização defasada da técnica, sem entendê-la, dominá-la e submetê-la aos seus próprios interesses.

"Eis um exemplo relativo às empresas norte-americanas: estima-se que essas empresas desembolsam no exterior, em termos de despesas com Pesquisa e Desenvolvimento (R&D) apenas 2,6% do montante total alocado para pesquisas industriais; em contrapartida, cerca de 97,4% são desembolsados dentro dos próprios Estados Unidos". (1)

O controle tecnológico é talvez a maior arma do capitalismo.

2. Os mercados exteriores de trabalho

O segredo da acumulação de capital está na diferença entre o valor da força de trabalho e o preço pago por ela.

Como este preço é sempre maior que o valor por ela criado há que se mascarar esta relação com algo que faça parecer que se trocam coisas equivalentes. Esta é a forma salário.

De onde vem a impressão que se trocam equivalentes?

"Sem o necessário espírito crítico, a economia política clássica tomou de empréstimo à vida quotidiana a categoria 'preço do trabalho', para formular depois a questão: como se determina este preço? Logo reconheceu que as mudanças na relação entre oferta e procura só servem para explicar as mudanças no preço do trabalho ou de qualquer outra mercadoria, isto é, a flutuação dos preços do mercado acima ou abaixo de certa magnitude. Se a oferta e a procura se equilibram, não se alterando as demais condições, cessa a oscilação dos preços. Mas, então a oferta e a procura não explicam mais nada. O preço do trabalho, quando a oferta e procura se equilibram, é seu preço natural determinado independentemente (*) da relação entre oferta e procura. A questão é justamente saber como esse preço é determinado." (2)

(*) Grifo nosso.

(1) Constantine V. Vaitsos - op. cit. pág. 123.

(2) Karl Marx - O Capital - Livro I - Vol. 2 - pág. 620.

Nota-se perfeitamente que os "equilíbrios" de determinação de preços e quantidade são tautológicos, isto é, a determinação de um preço é algo fora, externo à própria coisa.

"A economia política ficou girando em torno dos custos de produção do trabalho como tal, sem chegar a nenhum resultado e(...) o que ela, portanto, chama de valor do trabalho é na realidade valor da força de trabalho, a qual existe na pessoa do trabalhador e difere da sua função, o trabalho (...). Ocupada com a diferença entre os preços de mercado do trabalho e o chamado mercado de trabalho, com a relação entre este valor e a taxa de lucro (...) não se notou que o curso da análise, além de evoluir dos preços de mercado do trabalho para o suposto valor do trabalho, levava este valor a resolver-se em valor da força de trabalho". (1)

Aí está o segredo da troca - da suposta troca de equivalentes - quando se iguala o preço dado pelo mercado à força de trabalho, à sua função que é o valor deste trabalho. Então o que faz parecer que há uma troca de equivalentes é o fato de que se paga ao trabalhador como força de trabalho. No entanto, o pagamento é feito como se o trabalho dispendido efetivo fosse por um número de horas suficiente para a reprodução do trabalhador, sendo que, na verdade, sua utilização se estende por um tempo muito maior.

"Sendo o valor do trabalho apenas uma expressão irracional que se dá ao valor da força de trabalho, daí resulta necessariamente que o valor do trabalho tem de ser sempre menor que o valor que produz, pois o capitalista põe a força de trabalho a funcionar por tempo mais longo que o necessário à reprodução de seu próprio valor (...). E mais. O valor (...) em que se representa a parte paga

(1) Karl Marx - O Capital - Livro 1 - Vol.2 - pág. 621.

da jornada de trabalho, isto é, 6 horas de trabalho, aparece como o valor ou o preço da jornada inteira de trabalho de 12 horas, que contém 6 horas não pagas. A forma salário apaga, portanto, todo o vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago". (1)

Assim é que, a forma aparente de pagamento cristalizada no salário, esconde, mascara uma relação de troca - a base sobre a qual se apoia a exploração capitalista - a troca desigual.

Necessário se fez traçar estas considerações preliminares sobre como se dá a produção e apropriação do valor a nível dos salários para que se pudesse passar adiante, para os mercados de trabalho.

Para os objetivos desta dissertação as questões que envolvem trabalho pago e não pago, produtividade, intensidade, etc., são da maior importância na medida em que determinam os locais de superacumulação ou "mercados externos".

"O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente (*) necessários ao trabalhador médio. Embora a forma desses meios possa variar, é determinada sua quantidade num tempo dado de uma dada sociedade (...)" (2)

No parágrafo acima está contido o segredo dos "mercados externos" de trabalho, nas diferenças criadas e recriadas entre as distintas regiões do mundo, onde o valor da força de trabalho, refletido no valor dos meios de subsistência habitualmente necessários, são muito diferentes.

(*) Grifo nosso.

(1) Karl Marx - O Capital - Livro 1 - Vol.2 - pág. 622.

(2) Idem, idem - pág. 595.

A seguir, como forma de ilustrar a necessidade para o capital dos "mercados externos" como fonte de superlucros, são indicadas como as diferenças de remuneração da força de trabalho funcionam no sentido da acumulação de capital.

As variações na magnitude de valor produzidas pelo trabalho estão definidas por alterações na: 1) intensidade do trabalho; 2) duração da jornada de trabalho; e 3) produtividade do trabalho, isto é, a mesma quantidade de trabalho fornece no mesmo tempo uma quantidade maior ou menor de um mesmo produto.

Assim como as variações que aumentam a duração da jornada de trabalho e/ou sua intensidade são formas próprias de exploração de uma fase do capitalismo - a fase da submissão formal do trabalho ao capital, e a mais-valia resultante se traduz em mais-valia absoluta, isto é, sem a utilização de capital constante adicional, a possibilidade de aumento da mais-valia pelo aumento da jornada e/ou da intensidade do trabalho é ideal ao capitalista, individualmente, e ao capital social como um todo, na medida em que produz uma maior quantidade de novo capital sem que isso leve a aumentos na participação de quantidades adicionais de capital constante. Neste caso, em sendo esta a grande solução, porque esta se limita a apenas locais de capitalismo mais atrasado?

Como já foi visto, o próprio desenvolvimento do capitalismo faz desenvolver, ao mesmo tempo, um trabalhador organizado que com muito mais dificuldade aceita aumentos em sua jornada de trabalho. Isto porque o tamanho que as jornadas de trabalho possuem em cada local resulta de lutas anteriores, enfim direitos históricos daqueles trabalhadores.

Neste sentido, o "mercado externo de trabalho" será aqui definido como um local onde haja, para um capital mais moderno (pro-

utivo), a possibilidade de, em relação ao seu país de origem, auferir um superlucro, pela utilização de um trabalho que está submetido tanto a jornadas maiores como a condições mais intensivas de trabalho, que por certo seriam repelidas nos locais mais desenvolvidos.

Um bom exemplo deste fenômeno é o de que várias empresas multinacionais transferem para determinados países suas linhas de produção mais poluidoras ou mesmo mais consumidoras de energia, onde os métodos de produção são menos humanos e por isso não são aceitos em seus países de origem.

Nos locais ou países de capitais mais ou menos com o mesmo grau de desenvolvimento, a duração e intensidade do trabalho (internamente a eles) são constantes, restando ao capitalista, para aumentar a mais-valia, apenas o caminho do aumento da produtividade daquele trabalho pelo aumento na utilização de novas técnicas (mais capital constante).

"Nessas condições, o valor da força de trabalho e a mais-valia são determinadas por três leis:

Primeira: O dia de trabalho de duração dada produz sempre o mesmo valor, embora a produtividade do trabalho varie e com ela a quantidade dos produtos, e em consequência, o preço de cada mercadoria produzida (...). Daí se conclui que o acréscimo na produtividade do trabalho faz cair o valor da força de trabalho e subir a mais-valia, enquanto que o decréscimo eleva o valor da força de trabalho e faz cair a mais-valia (...).

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor de da quantidade de meios de subsistência. O que muda com a produtividade do trabalho é o valor desses meios de subsistência e não sua quantidade (...).

Segunda: O valor da força de trabalho e a mais-valia variam em di

reções opostas. A mais-valia varia no mesmo sentido da produtividade do trabalho, e o valor da força de trabalho em sentido oposto (...).

Terceira: Acréscimo ou decréscimo da mais-valia é sempre consequência e não causa do correspondente decréscimo ou acréscimo do valor da força de trabalho". (1)

Os aumentos na produtividade do trabalho nos locais de capitalismo mais avançado são sempre obtidos pela utilização mais intensiva de capital e desta forma, o aumento da taxa de mais-valia se traduz no aumento da composição capital fixo/capital variável. Mais que proporcionalmente à parte variável é aumentada a porção fixa do capital, reduzindo-se a base sobre a qual se obtém o lucro, a parcela do capital variável.

Quando uma nova tecnologia revoluciona a fabricação de determinado produto e esta técnica é de propriedade de uma empresa ou indústria, todos os demais locais produtores daqueles bens funcionam para aquela empresa ou indústria como base de preço, que por ser produzido de forma mais eficiente, tem seu custo de produção abaixo do custo e preço de mercado, podendo auferir, "vis-a-vis", aquele mercado, superbenefícios, até que as demais empresas, absorvam aquela nova maneira de produção, e os "mercados externos" produzidos por ela se esgotem.

Para uma empresa cujo diferencial tecnológico e de produtividade são próprios do capital mais desenvolvido, a produção direta desta em outro local de capitalismo mais atrasado (que represente um mercado externo de trabalho), pode ser muito atrativo na medida em que possa ultrapassar a limitação na jornada de trabalho e na intensidade que regulam as relações de trabalho vigentes em seu país sede.

(1) K.Marx - O Capital - Livro 1 - Vol. 2 - págs. 596 e segs.

A simples possibilidade de serem variadas as jornadas e a intensidade do trabalho podem produzir para a empresa massas suplementares de mais-valia sem o emprego de quantidade adicional de capital, ou até mesmo com a reciclagem de parcelas de capital já obsoletos nos locais mais desenvolvidos.

"Se a intensidade do trabalho elevar simultânea e igualmente em todos os ramos industriais, o novo grau mais elevado de intensidade tornar-se-á o grau normal da sociedade e não será mais computado como se fosse uma grandeza extensiva, mas, mesmo nessa hipótese, os graus médios de intensidade de trabalho das diversas nações continuariam sendo diferentes e transpareceriam, por conseguinte, na aplicação da lei do valor às distintas jornadas de trabalho nacionais. A jornada mais intensa de uma nação seria representada por uma expressão monetária superior à da jornada menos intensa de outra". (1) (vide página seguinte)

Para o capitalista, o investimento de seu capital em locais onde as condições sociais de produção permitam uma maior intensificação do trabalho, ou mesmo uma jornada maior, por certo terá remunerado aquele capital com lucros superiores aos que seriam obtidos se o mesmo capital fosse investido onde não houvesse aquelas facilidades". (*) (vide página seguinte)

Resta, pois, ao Sistema a busca ou a criação de locais com estas características, para dar continuidade à acumulação ampliada, pelos superlucros - razão dos novos investimentos.

Aqui, na nosso ver cabe a crítica à Rosa Luxemburg, na medida em que para ela a incorporação de uma região pré-capitalista significava o esgotamento de mais uma opção de capital, agravada pela escassez crescente desses locais na proporção em que o sistema capitalista os ia incorporando.

A possibilidade de o capital continuar recriando diferenciais de produtividade contorna, parcialmente, a absorção dos mercados externos pré-capitalistas aos quais se referia Rosa. No entanto, no que respeita a submissão do trabalho estrangeiro ao capital há que se concordar com ela.

"A economia camponesa fornecia também a massa operária, e o fazia gratuitamente (...). A vassalagem dos felás era a base dos milagres técnicos feitos pelos engenheiros europeus e máquinas europeias nas obras hidráulicas, meios de transporte, no cultivo da terra e na indústria no Egito. Nas obras do Nilo, em Kaliub como no canal de Suez, na construção de estradas de ferro e na de diques, nas plantações de algodão e nas fábricas de açúcar, trabalhavam incontáveis felás, que eram lançados de um trabalho para outro, segundo a conveniência, e explorados sem nenhum limite. Se as limitações técnicas dos trabalhadores forçados apareciam, constantemente, no tocante a seu emprego para fins capitalistas modernos, esse inconveniente compensava-se, abundantemente, pela condição ilimitada da exploração e pelas formas de vida e trabalho com que aqui contava o capital". (2)

Neste trecho de "A Acumulação de Capital" estão contidas todas as características de um mercado exterior de trabalho, onde ficam patentes as formas mais intensivas e extensivas da exploração do trabalho pelo capital.

(*) Em 1883 uma operária tecendo determinado tipo de fio recebia um salário semanal equivalente a 37 francos por 69 horas de trabalho na Grã-Bretanha, 19 francos por 72-84 horas de trabalho na França e 9-12 francos por um número similar de horas na Suíça. E.Mendel - Capitalismo Tardio, pág. 34.

(1) Karl Marx - O Capital - Livro 1 - Vol.2 - pág. 602.

(2) Rosa Luxemburg - op. cit., pág. 380 e 381.

"(...) os últimos cinco a dez anos assistiram a uma mudança nos fluxos de investimentos e operações, mudança esta relacionada às atividades promotoras de exportação. O interesse das empresas controladas do exterior e estabelecidas no terceiro mundo origina-se, neste caso, de sua estratégia voltada para a obtenção de recursos caracterizados pela mão-de-obra barata. As oportunidades postas ao alcance das multinacionais decorrem de diferenças entre países - entre diferenciais de produtividade da mão-de-obra (para investimentos comparáveis) e diferenciais de salários. Estes são mais amplos que aqueles". (1)

As empresas multinacionais geralmente pagam salários que são maiores que a média da indústria dos locais onde elas se instalam, conforme indicado no quadro a seguir:

Q. 10 REMUNERAÇÕES E SALÁRIOS ANUAIS MÉDIOS NAS INDÚSTRIAS MANUFATUREIRAS DE SEIS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, PARA AS FILIAIS DE EMPRESAS ESTADOUNIDENSES E PARA TODAS AS EMPRESAS, EM 1966

P A Í S	FILIAIS ESTADOUNIDENSES	TODAS AS EMPRESAS	PORCENTAGEM DA DIFERENÇA
Argentina	2.144	1.518 ¹	41,2
Brasil	1.553	930	67,0
Colômbia	1.413	714	97,9
Chile	2.390	1.148	108,2
México	2.056	1.292 ¹	59,1
Perú	2.254	1.257 ¹	79,3

FONTE: Calculado a partir das Nações Unidas: Annuaire Estatistique, 1971, op.cit.; United States Department of Commerce: US direct investment abroad, 1966, Final data, op. cit., e idem: US direct investment abroad, part II, op. cit.

(¹) Estimativa baseada em informações incompletas.

(1) C.Vaitsos - op. cit., pág. 198.

No entanto, se tais salários forem comparados aos de outros locais onde as diferenças de desenvolvimento são menores, as distâncias entre estes salários diminuem.

Depreende-se do quadro a seguir que os diferenciais de salários pagos pelas empresas multinacionais americanas se aproximam da média dos salários pagos por todas as empresas quanto mais desenvolvido é o país.

Q.11 REMUNERAÇÕES E SALÁRIOS ANUAIS MÉDIOS NAS INDÚSTRIAS MANUFATUREIRAS
DE ALGUNS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS, PARA TODAS AS EMPRESAS
E PARA AS FILIAIS DAS EMPRESAS ESTADOUNIDENSES, EM 1966
- em US\$ -

P A Í S	TODAS AS EMPRESAS	FILIAIS ESTADOUNIDENSES	PORCENTAGEM DA DIFERENÇA
Canadá	4.910	5.263	7,2
República Federal Alemã	2.580	3.192	23,7
Bélgica e Luxemburgo	2.253	2.869	27,3
Dinamarca	3.372	3.905	16,8
Espanha	1.241	2.298	85,2
França	2.484 ²	3.124	25,8
Irlanda	1.858	2.033	9,4
Itália ¹	2.070	3.627	75,2
Noruega	2.379	3.251	12,9
Países Baixos	2.511	2.886	14,9
Reino Unido	2.246	2.909	29,5
Suécia	3.940	4.646	17,9
Austrália	2.992	2.859	- 4,7
Japão	1.266	2.162	70,8
Nova Zelândia	3.015	3.168	5,1

FONTE: Calculado a partir das Nações Unidas: Annuaire statistique, 1971 (Nova York, 1972), e Unitec States Department of Commerce: US direct investmente abroad, part II, op. cit.

¹ Para todas as empresas, inclui os encargos sociais, auxílio desemprego e direitos correspondentes para as filiais estadounidenses e demais vantagens complementares.

² Estimado a partir de Office statistique des Communautés européennes: Le coût de la main-d'oeuvre dans les industries de la Communauté, 1966, série Statistiques sociales, num.4/1969 (Bruxelas, 1969).

Cabe salientar que no caso do Japão a grande diferença entre os salários pagos na indústria manufatureira como um todo

e os pagos nas filiais das empresas norte-americanas se deve a alguns fatores como:

- a) composição da indústria manufatureira japonesa;
- b) diversidade entre os salários dos setores constitutivos da economia do Japão;
- c) o fato de, em 1966, serem apenas algumas poucas e grandes empresas americanas que se encontravam instaladas no país.

As características acima descritas permitiram a recriação internamente à economia japonesa de novas esferas de acumulação ("mercados externos") possibilitadas pela exploração imposta por um setor de produção capital-intensivo sobre os demais.

"A economia do setor dual ainda sobrevive no Japão. Um setor de alto volume e capital intensivo paga à sua força de trabalho um nível de salários mais elevado e oferece, caracteristicamente, emprego vitalício. O outro setor é uma rede dispersa de pequenas fábricas e oficinas que pagam salários inferiores a uma força de trabalho flutuante. Essas pequenas fábricas podem fornecer componentes de precisão de alta qualidade e peças a custo competitivo e com investimentos relativamente modestos em instalações e equipamentos. O setor de trabalho intensivo é capaz de obter a precisão e o controle de qualidade típicos do equipamento automatizado de produção em grande escala utilizando um nível relativamente alto de habilidade artesanal. (É esse segmento de pequenas e médias firmas que podem transferir-se para países em desenvolvimento, onde os salários são baixos, e adaptar com maior eficiência suas técnicas de produção de baixa tecnologia e trabalho intensivo aos conhecimentos e capacidades locais). Essas indústrias fornecedoras proporcionam mais uma flexibilidade e versatilidade à economia industrial do Japão". (1) (vide página seguinte)

Há como capa legitimadora de todo este processo de exploração uma série de concessões das empresas (do setor mais adiantado do capital intensivo) como emprego vitalício, lazer subsidiado e outras vantagens, que conduzem à uma superexploração do trabalho obtida por "técnicas" de administração como os conhecidos círculos de controle de qualidade.

Estas "técnicas" levam o trabalhador a um engajamento total à empresa (que passa a representar para ele uma parte de sua vida - a mais importante). Com isso o trabalhador aumenta e intensifica sua jornada de trabalho, quando após o término do expediente diário leva os problemas da empresa para serem resolvidos nas reuniões nos bares e mesmo em casa.

Com isso a empresa consegue muitas horas de trabalho adicional não remunerado.

Não é nosso objetivo aqui um aprofundamento no estudo da economia japonesa, mas é sem dúvida verdadeiro que os capitalistas japoneses puderam (sem prejuízo de suas operações no exterior) criar as condições de superacumulação internamente.

Cabe reafirmar, mais uma vez, que do ponto de vista desta monografia as questões de economia interna e externa são diferentes das fronteiras geográficas.

É natural, entretanto, que dentro de um mesmo país geográfico haja uma tendência mais forte para a equiparação de salários e uma maior concorrência entre os capitais, mas são mantidos válidos os pressupostos da teoria do valor.

Necessariamente uma empresa quando se instala em um país menos desenvolvido e começa a produzir com tecnologia mais sofisticada

(1) Jack Baranson - O Desafio Japonês à Indústria Norte-Americana - pág. 36.

deve pagar salários maiores que a média, porém, são sempre menores que os pagos em seu país de origem ou em outras economias mais desenvolvidas onde também se encontram instaladas.

Como todo o controle sobre a produção das novas gerações tecnológicas permanecem no exterior, o país receptor se transforma em um produtor de trabalho mais barato.

"Utilizando o processo de fixação dos preços de transferência, a empresa estrangeira transfere para o exterior o excedente do produto do trabalho acima do valor do pagamento de salários. Resulta daí que o efeito líquido consiste na exportação de mão-de-obra e não do produto do trabalho." (1)

Como se pode deduzir do quadro adiante, as diferenças salariais parecem estar ligadas ao grau de desenvolvimento da região. Isto vem indicar que, sob certos aspectos, quanto maior o diferencial de desenvolvimento entre o país receptor do investimento e a empresa que lá se instala, maior a possibilidade de superlucros. Logicamente tem que ser levado em conta outros fatores como a distância e o tamanho dos mercados, a existência de insumos, mão-de-obra especializada (e também barata) etc.. No entanto, a existência deste mercado de trabalho barato deve servir de pano de fundo à decisão de investir por parte das empresas.

Q.12 REMUNERAÇÕES E SALÁRIOS ANUAIS MÉDIOS NAS INDÚSTRIAS MANUFATUREIRAS DE TRÊS PAÍSES DA ÁSIA, PARA AS FILIAIS DE EMPRESAS ESTADOUNIDENSES E PARA TODAS AS EMPRESAS, EM 1966 - em US\$

P A Í S	FILIAIS ESTADOUNIDENSES	TODAS AS EMPRESAS	PORCENTAGEM DA DIFERENÇA
Filipinas	1.095	699	56,7
India	913	384	137,8
Paquistão	911	355	156,6

FONTE: Calculado a partir das Nações Unidas: Annuaire statistique, 1971, op.cit., e United States Department of Commerce: US direct investment abroad, part II, op.cit.

(1) C.Vaitsos - op. cit. pág. 198 - conf. P.Streeten e S.Lall-UNCTAD - N.York, 1973.

Segue - se a este fato que o tipo de industrialização que se procedeu nos países receptores de tais investimentos foi reflexa e dirigida por decisões e padrões de consumo engendrados em locais que nada tinham a ver com o grau de desenvolvimento do país receptor.

Ocorre entre países o mesmo que entre indústrias mais e menos produtivas em um mesmo país, onde aquelas com capacidade de ditar seus preços se apropriam, via mercado, de parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores no setor menos produtivo.

"Paralelamente ao desenvolvimento do setor monopolista, baseado, em grande medida, no aumento da mais-valia relativa, desenvolve-se também outro setor (o de livre concorrência) baseado em uma taxa constante (ou crescente) de mais-valia absoluta. Entretanto, os aumentos de produtividade não são utilizados de maneira geral (*), pelo setor monopolizado para eliminar o setor de 'livre concorrência'. Pelo contrário, tende a preservá-lo, mas impondo-lhe uma taxa de lucro menor, e apropriando-se de uma parte cada vez maior da mais-valia produzida em tal setor, através das relações que mantém com ele. Assim, cada vez mais é centralizada uma maior quantidade de valor no setor monopolizado, altamente produtivo, e que, proporcionalmente (*), emprega cada vez menos trabalho". (1)

Eis outra das contradições próprias do capitalismo que a par da concetração e centralização do capital, deve, para sua própria sobrevivência, manter um setor de capitalismo em fase anterior, do qual se apropria de parte dos resultados.

(*) Grifo do autor.

(1) Manuel Castells - op. cit., pág. 82.

Como se sabe, o setor "concorrencial" paga salários menores submetendo seus trabalhadores à sua própria lógica (extração de mais-valia absoluta). Este setor, por sua vez, é expropriado, via relações de mercado, pelos preços de oligopólio praticado pelas grandes empresas do setor mais avançado.

O incremento na exploração do trabalho sem o correspondente aumento da composição capital/trabalho produz a mais forte contratendência à queda nas taxas de lucro, daí a importância no acrêscimo e na intensificação na jornada de trabalho.

"Trata-se de obter, com a mesma composição orgânica do capital, uma taxa maior de mais-valia mediante vários mecanismos complementares, que compreendem:

- a) o incremento da intensidade do trabalho;
- b) a não redução do tempo de trabalho, em comparação com o desenvolvimento das forças produtivas;
- c) as pressões sobre os salários e sobre o custo global de reprodução da força de trabalho, com os quais se pretende diminuir tal custo de modo absoluto ou relativo, em comparação com o crescimento histórico das necessidades hunas;
- d) a eficácia e qualificação da força de trabalho é aumentada sem uma paralela elevação dos salários, permitindo assim, ao capital apropriar-se de uma massa adicional de nova mais-valia, resultando do aumento da produtividade do trabalho (mais-valia relativa)". (1)

Todas estas formas de aumento na exploração são possíveis de maneira mais ou menos intensa dependendo do grau de organização atingido pela classe trabalhadora local. Logicamente nos lugares onde o capitalismo avançou mais, também mais organizados e combativos são os trabalhadores, e mais estreitos os limites à exploração.

(1) M. Castells - op. cit., pág. 97.

Assim, a fixação dos salários nos diversos lugares depende basicamente de dois fatores: de um lado o poder de luta e de organização da classe trabalhadora e de outro o preço das mercadorias que compõem o mínimo para a subsistência do trabalhador. Este piso, que também define a própria existência do trabalhador, também define o ponto de partida de uma luta para a conquista (incorporação) de níveis maiores de consumo e bem-estar.

Cabe ressaltar que, de uma maneira geral, o mecanismo de apropriação descrito é em larga medida utilizado nos países periféricos, ou naqueles que possuam internamente diferenças de produtividade acentuada em algum setor com relação ao resto da economia.

Claro está que o mecanismo inflacionário produzido pelas empresas com alto poder de determinação de seus preços, se constitui em uma forma mais de exploração do trabalho, isto porque, os controles de salários são sempre muito mais eficientes que os controles de preços.

A internacionalização do capital representa, além da exploração do trabalho mais barato, uma forma de controle da força dos sindicatos nos centros de capitalismo mais adiantados, na medida em que diminui a pressão sobre o mercado de trabalho local aumentando o desemprego. (Com a internacionalização do capital se forma, ao mesmo tempo, um exército industrial de reserva mundial).

A própria imigração de trabalhadores aos países capitalistas mais avançados produz efeito semelhante, num primeiro momento, quando aqueles trabalhadores recém chegados "aceitam" níveis de exploração (e condições piores de trabalho) maiores que os vigentes.

Como reforço à argumentação que os países menos desenvolvidos se "especializam" nas produções cujo fator predominante é o trabalho (barato) são apresentados a seguir dados relativos à competi-

dade dos produtos e países nos quais predominam os fatores: trabalho, matéria-prima ou capital-humano.

Q.13 COMPETIVIDADE DOS PAÍSES DA OCDE¹ EM SEU COMÉRCIO EM VINTE E SEIS GRUPOS DE PRODUTOS MANUFATURADOS COM OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS (1963-73)

Capítulo da CUCI e Fator de Grande Densidade ²	GRUPO DE PRODUTOS	VALOR DAS VRDs ²		
		1963	1970	1973
51***	-Elementos e compostos químicos	- 4,5	2,8	21,2
52***	-Alcatrão mineral de produtos químicos crus extraídos do carvão, petróleo e gás natural	- 60,7	- 12,0	- 6,8
53***	-Materiais para tingir e curtir	60,9	83,2	87,5
54***	-Produtos medicinais e farmacêuticos	83,3	68,2	65,9
55***	-Óleos essenciais e produtos de perfumaria e limpeza	- 4,8	19,3	19,3
57***	-Explosivos e prods. de pirotecnia	58,6	22,3	18,3
58***	-Matérias plásticas artificiais, celulose regenerada e resinas artificiais	92,7	93,4	89,7
59***	-Matérias e prods. químicos, n.e.p.	52,5	77,2	76,2
61**	-Couro, manufaturas de couro, n.e.p. e peles preparadas ou curtidas	- 65,4	- 61,4	- 66,8
62*	-Manufaturas de borracha, n.e.p.	83,2	68,9	58,2
63*	-Manufaturas de madeira (exceto móveis)	- 55,5	- 72,3	- 85,4
64*	-Papel, papelão e suas manufaturas	81,0	90,0	79,8
65**	-Tecidos, artigos confeccionados de fibras têxteis e produtos conexos	- 17,4	- 11,4	- 20,0
66*	-Manufaturas de minerais não metálicos, n.e.p.	- 15,8	- 16,3	- 21,2
67*	-Ferro e aço	67,7	54,3	56,3
68*	-Metais não ferrosos	- 77,2	- 77,3	- 72,8
69**	-Manufaturas de metais, n.e.p.	81,9	68,2	49,5
71***	-Maquinaria, exceto elétrica	92,3	89,2	83,4
72***	-Maquinaria, aparatos e utensílios elétricos	84,4	35,9	- 0,3
73***	-Material de transporte	84,1	90,9	83,5
81**	-Artigos sanitários, acessórios e artefatos para sistemas de condução de águas, calefação e iluminação	28,3	32,7	7,2
82**	-Móveis	- 11,0	- 16,9	- 32,9
83**	-Artigos de viagem, bolsas de mão e artigos similares	- 21,3	- 61,6	- 76,9
84**	-Vestuário	- 41,9	- 70,1	- 81,7
85**	-Calçado	- 18,8	- 54,9	- 77,6
86***	-Instrumentos profissionais, científicos e de controle; aparatos fotográficos e óticos e relógios	85,3	80,5	62,4
89	-Artigos manufaturados diversos, n.e.p.	- 6,9	- 28,2	- 29,2

FONTE: Hiemenz e Schatz, WP.7, op. cit.

¹ Com exceção da Austrália e Nova Zelândia. ² Fator de grande densidade:

* matéria-prima; ** mão-de-obra; *** capital humano.

² Vantagens relativas demonstradas.

Como se pode ver, à exceção dos setores de manufaturas de metais e artigos sanitários, acessórios e artefatos para sistema de condução de águas, calefação e iluminação, todos os demais onde há predominância do fator trabalho (mão-de-obra intensiva), os países da OCDE constituídos, em média, por países desenvolvidos, não possuem competitividade (apresentam sinais negativos no quadro).

O acelerado progresso tecnológico ocorrido depois da primeira guerra mundial induziu a uma obsolescência acelerada das máquinas e equipamentos, em suma, devido a esse fato, reduziu-se o prazo de reposição do capital fixo. Assim a crescente internacionalização do capital ocorrida no período, se fez, em grande parte, com a aplicação daqueles equipamentos já obsoletos na periferia, onde seus produtos eram "novidades". Este processo se conheceu como a produção para substituição de importações.

Do ponto de vista do capital internacional, este movimento funcionou com um eficiente barateador do capital fixo, dando início a uma fase de exploração nova, a exploração direta, em larga escala, pela produção na periferia - com capital já amortizado.

Assim, a fonte principal de acumulação, nos países periféricos, desloca-se para a esfera da produção de bens de consumo outrora importados.

Esta nova etapa do capitalismo corresponde a uma integração maior do capital a nível mundial, acompanhada pela consolidação das grandes empresas, seguindo o movimento próprio de concentração capitalista.

No entanto, a internacionalização crescente do capital, à medida em que incorpora novos locais à esfera de produção capitalista, também transfere a estes locais as consequências das crises periódicas que são, contraditoriamente, partes integrantes deste modo de produção.

É no contexto de uma crise que a economia capitalista se vê obrigada a redefinir seus esquemas de acumulação. De uma maneira ampla, esta redefinição passa pela questão de redescobrir, ou mesmo, recriar as condições (perdidas no centro do sistema) de exploração mais intensa do trabalho. Isto equivale à busca da apropriação de uma massa maior de mais-valia sem que se necessite de uma elevação da composição capital/trabalho.

Como isso se dá?

Ocorre pela utilização da mão-de-obra mais barata da periferia do sistema quando ^{ESTA É} colocada a produzir, agora para o mercado mundial. Então, a diferença fundamental reside na questão de que na nova divisão internacional do trabalho cabe um novo papel à periferia, a saber, esta que antes se limitava a produzir manufaturas para seu próprio mercado (reciclando as técnicas já obsoletas dos países desenvolvidos), passa a ser parte integrante da produção para o mercado mundial sem distinção.

Como se sabe, a produção capitalista leva à superespecialização, ao mesmo tempo que para poder exigí-la, fraciona todo o processo produtivo em uma série de operações, as mais simples possíveis. Com isso, além de obter a máxima produtividade, o capitalista também impede que o trabalhador conheça o processo produtivo como um todo. Tendo este sido quebrado em operações simples, viabiliza a transferência total ou parcial da fabricação para locais onde seja possível uma exploração maior da mão-de-obra. É lógico que para esta transferência outros fatores são necessários, como a facilidade de comunicação, transporte, para a integração dos mercados e a manutenção do controle centralizado.

Para que se tenha idéia das vantagens desta forma de produção basta ver que a empresa vai fabricar uma mercadoria sofisticada

da, com mão-de-obra barata, com todas as implicações sobre emprego, salários e preços já comentadas. Trata-se da transferência de uma fase (ou de todo) do processo produtivo dos países desenvolvidos para a periferia do sistema.

Esta forma de exploração não só tem a anuência dos governos locais como lhes tem incentivo. Prova disto foi a proliferação de zonas-francas paralelamente à criação de uma grande variedade de incentivos à exportação de manufaturas por países subdesenvolvidos.

Esta fase, que se delimita na internacionalização do capital e na divisão internacional do trabalho, difere das anteriores pelos aspectos levantados e deve suscitar estudos mais aprofundados de suas tendências e características futuras.

As zonas-francas constituem-se num manancial de trabalho disponível, controlados pela autoridades locais (que arcam com o ônus da assistência social - quando existem) e que apresentam um nível de consciência política e organização por certo bem menores do que os dos países exportadores do capital.

O processo de criação de zonas-francas e locais incentivados tem se alargado, conforme se pode comprovar dos dados a seguir:

VIDE QUADRO Nº 14, NA PÁGINA 94

Como não poderia deixar de ser, os governos dos países centrais também, em certa medida, incentivam esta prática, como é o exemplo dos Estados Unidos onde os produtos manufaturados em qualquer parte do mundo com componentes parcial ou totalmente norte-americanos podem retornar aos Estados Unidos pagando direitos de importação unicamente sobre o valor agregado no estrangeiro.

O quadro da página 95 mostra uma estatística deste valor agregado para produtos e fibras têxteis.

Q.14

PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: ZONAS FRANCAS DE PRODUÇÃO
E PRODUTORAS PARA EXPORTAÇÃO

ÁSIA	ÁFRICA	AMÉRICA LATINA E CARIBE
<u>ZONAS FRANCAS DE PRODUÇÃO EM OPERAÇÃO (1975)</u>		
Bahrazn*	Egito*	Brasil
Hong Kong	Maurício	Colômbia
Índia	Seengal*	República Dominicana
Jordânia	Togo*	El Salvador
Coreia do Sul	Túnis*	Guatemala
Líbano*		Haiti
Malásia		México
Filipinas		Panamá
Singapura		Porto Rico*
Síria		
Taiwan		
<u>PRODUTORAS DE EXPORTAÇÃO EM OPERAÇÃO (1975) FORA DAS ZONAS FRANCAS</u>		
Indonésia	Costa do Marfim*	Barbados
Irã*	Marrocos*	Costa Rica
Tailândia	Suazilândia*	Jamaica
Turquia		Antilhas Holandesas
		Nicarágua
		Santa Lúcia
		Trinidade e Tobago
<u>ZONAS FRANCAS DE PRODUÇÃO EM CONSTRUÇÃO (1975)</u>		
Samoa*	Libéria*	Chile*
		Honduras (a)
		Uruguai (a)
		Venezuela (a)
<u>PRODUTORAS DE EXPORTAÇÃO EM CONSTRUÇÃO (1975) FORA AS ZONAS FRANCAS</u>		
	Botswana*	Equador (a)
	Gana*	
	Lesotho*	
	África do Sul (a)	
<u>ZONAS FRANCAS PRODUTORAS DE EXPORTAÇÃO (1977) (b)</u>		
Gaza		Ilhas Virgens
Macao		São Vicente
		Antígua e dependências
		Bahamas
		Belize
		Bermudas
		Guiana Francesa
		Ilha Montserrat
<u>ZONAS FRANCAS E/OU PRODUTORAS DE EXPORTAÇÃO EM CONSTRUÇÃO (1975)</u>		
Bangladesh*	Gambia*	
Fiji*	Kenia*	
Paquistão (a)	Malawi*	
Sri Lanka (a)	Nigéria*	
Emirados Árabes Unidos(a)	Serra Leoa*	
Iemen do Norte (a)		
<u>PAÍSES DOS QUAIS NÃO SE OBTVEVE INFORMAÇÃO (1975)</u>		
Afeganistão (c)	Burundi	Argentina (c)
	Camerun	Bolívia
Iraque (c)	República Centroafricana	Guiana (c)
Kuwait	Chade	Paraguai
Maldivas	Madagascar	Peru (c)
Nepal	Mali (c)	
Oman	Mauritânia (c)	
Papua Nova Guiné	Níger	

FONTE: Vide página 96.

Q.15 PRODUÇÃO MUNDIAL PARA OS ESTADOS UNIDOS POR PAÍSES

FIBRAS TÊXTEIS

em US\$ mil

PAÍSES	VALOR TOTAL DO RETORNO			VALOR SUJEITO A IMPOSTO		
	1977	1978	Varia ção	1977	1978	Varia ção
PRODUTOS E FIBRAS TÊXTEIS						
- Alemanha Ocidental	152	111	- 41	119	106	- 13
- Austria	0	2	2	0	0	0
- Bélgica-Luxemburgo	193	0	- 193	66	0	- 66
- Canadá	875	1.813	938	396	768	372
- Dinamarca	1	0	- 1	0	0	0
- Filândia	2	0	- 2	2	0	- 2
- França	0	15	15	0	4	4
- Grécia	17	0	- 17	15	0	- 15
- Irlanda	2	0	- 2	2	0	- 2
- Israel	311	6.189	5.878	276	5.849	5.573
- Itália	91	103	17	49	87	38
- Japão	345	342	- 3	254	262	8
- Reino Unido	0	6	6	0	3	3
- Suíça	0	3	3	0	1	1
TOTAL PAÍSES DESENVOLVIDOS	<u>1.989</u>	<u>8.589</u>		<u>1.179</u>	<u>7.080</u>	
- Antígua e dependências	0	79	79	0	28	28
- Antilhas Holandesas (c)	44	0	- 44	15	0	- 15
- Argentina (f)	0	52	52	0	27	27
- Bahamas	80	84	4	33	54	21
- Barbados (c)	8.104	9.530	1.426	3.459	4.160	701
- Belize	7.693	7.703	20	2.505	2.390	- 115
- Bermudas	0	52	52	0	35	35
- Brasil (a) (c)	0	10	10	0	5	5
- Colômbia (a) (b)	14.134	20.572	6.438	5.382	7.928	2.546
- Coreia do Sul (a)	2.436	8.037	5.601	1.390	3.643	2.253
- Costa Rica (c)	22.659	27.922	5.263	7.419	10.110	2.691
- Equador (d)	1	0	- 1	1	0	- 1
- El Salvador (a)	18.911	26.433	7.522	6.122	9.253	3.131
- Filipinas (a) (b) (c)	18.753	18.941	188	15.022	16.810	1.788
- Guatemala (a)	0	33	33	0	13	13
- Guiana (f)	1.469	810	- 659	585	359	- 226
- Guiana Francesa	676	1.212	536	285	554	269
- Haiti (a) (c)	30.677	39.639	8.962	7.573	10.964	3.391
- Honduras (b)	1.606	2.929	1.323	533	937	404
- Hong Kong (a) (b)	1.219	7.924	6.705	693	4.370	3.677
- Índias Oc. Francesas	17	169	152	5	48	43
- Jamaica (b) (c)	6.972	7.989	1.017	3.116	3.970	854
- Jordânia (a) (b)	0	6	6	0	1	1
- Macao	0	4	4	0	2	2
- México (a) (c)	131.228	157.210	25.982	37.328	46.377	9.049
- Nicarágua (b) (c)	5.600	9.280	3.680	1.640	3.100	1.460
- Panamá (a)	67	55	- 12	22	21	- 1
- Peru (f)	0	81	81	0	41	41
- República Dominicana (a)	31.066	43.347	12.281	9.544	13.964	4.420
- Ilhas Sao Vicente	0	19	19	0	5	5
- Ilha Santa Lúcia (c)	49	250	202	27	162	135
- Singapura (a)	0	21	21	0	20	20
- Sri Lanka (e)	0	175	0	125	125	125
- Tailândia (b) (c)	0	614	614	0	595	595
- Taiwan (a) (c)	991	1.049	58	544	522	- 22
- Trindade e Tobago (c)	1.304	1.522	158	377	494	117
- Urugai (b)	6	0	- 6	2	0	- 2
- Venezuela (b)	7	0	- 7	2	0	- 2
- Ilhas Virgens	0	301	301	0	79	79
TOTAL DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS	<u>285.628</u>	<u>394.334</u>		<u>103.749</u>	<u>141.166</u>	

Vide observações na página 96.

FONTE: Idem quadro anterior.

Q.16

PRODUÇÃO MUNDIAL PARA OS ESTADOS UNIDOS POR PAÍSES

TUBOS ELETRÔNICOS - US\$ MIL

PAÍSES	VALOR TOTAL DO RETORNO			VALOR SUJEITO A IMPOSTO		
	1977	1978	Variação	1977	1978	Variação
<u>Tubos eletrônicos e suas partes:</u>						
Alemanha Ocidental	579	282	- 297	161	60	- 101
Austrália	8	4	- 4	7	4	- 3
Bélgica-Luxemburgo	211	3.857	3.646	105	2.925	2.820
Canadá	2.734	4.588	1.854	2.402	4.107	1.705
Dinamarca	0	13	13	0	6	6
França	0	375	375	0	134	134
Grécia	231	83	148	130	54	- 76
Irlanda	17.761	23.785	6.024	13.291	17.711	4.420
Israel	1.304	0	1.304	627	0	- 627
Itália	0	51	51	0	17	17
Japão	3.287	8.092	4.805	1.060	6.762	5.702
Portugal	640	274	- 366	549	230	- 319
Reino Unido	188	191	3	144	92	- 52
Suiça	0	4	4	0	2	2
<u>TOTAL PAÍSES DESENV.</u>	<u>26.943</u>	<u>41.599</u>		<u>18.476</u>	<u>32.104</u>	
Argentina	68	0	- 68	43	0	- 43
Barbados	2.015	4.948	2.933	595	2.031	1.436
Brasil	13.786	19.093	5.307	7.408	10.221	2.813
Colômbia	0	52	52	0	20	20
Coreia do Sul	213.774	199.757	- 14.017	82.734	74.719	- 8.015
El Salvador	39.103	41.325	2.222	20.767	20.039	- 728
Filipinas	61.274	122.647	61.373	21.142	37.602	16.460
Haiti	2.003	1.437	- 5.666	390	179	- 211
Hong Kong	77.137	82.800	5.663	41.448	39.488	- 1.960
Índia (a) (b) (c)	1.543	972	- 571	971	296	- 675
Índias Ocs. Francesas	296	563	287	77	130	53
Indonésia (a) (b) (c)	13.144	17.348	4.204	10.551	10.671	120
Iraque (f)	0	13	13	0	1	1
Jordânia	13	0	- 13	7	0	- 7
Macao	5	170	165	2	101	99
Madagascar (f)	0	23	23	0	11	11
Málaga	97	0	- 97	38	0	- 38
Malásia (a) (b) (c)	256.260	460.191	203.931	113.611	171.608	57.997
Maurício, Ilha (a) (b)	56	0	- 56	27	0	- 27
Maurício e Depend.	32	23	- 9	15	10	- 5
Mauritânia (f)	390	668	278	222	282	60
México	85.743	98.982	13.239	30.577	37.304	6.727
Paquistão (c)	17	0	- 17	9	0	- 9
República Dominicana	0	16.240	16.240	0	5.814	5.814
Singapura	250.553	306.088	55.535	116.741	124.291	7.550
Síria	0	10	10	0	9	9
Tailândia	15.915	50.814	34.899	6.358	19.104	12.746
Trinidade e Tobago	20	69	49	5	14	9
<u>TOTAL PAÍSES EM DES.</u>	<u>1.032.854</u>	<u>1.424.253</u>		<u>453.738</u>	<u>553.945</u>	

(a) Países em que operam zonas francas produtoras, para 1975.

(b) Países em que, em 1975, estavam construindo zonas francas de produção.

(c) Países em que existiam zonas produtoras para exportação, para 1975.

(d) Países em que estavam construindo parques industriais para zonas produtoras para exportação, para 1975.

(e) Países em que se estavam construindo zonas francas ou produtoras para exportação, também para 1975.

(f) Países para os quais não havia informação em 1975. Estes países não estão contidos na tabela 15.

FONTE: Idem quadro anterior.

Q.17 PRODUÇÃO MUNDIAL PARA OS ESTADOS UNIDOS POR PAÍSES
DESENVOLVIDOS E SUBDESENVOLVIDOS

PRODUTOS	VALOR TOTAL DO RETORNO		
	1977	1978	Variação
<u>Ferramentas manuais com motor não elétrico (1)</u>			
Países desenvolvidos	50.972	64.767	13.795
Países subdesenvolvidos	16.731	15.658	- 1.073
<u>Partes p/máqs. de escrever (2)</u>			
Países desenvolvidos	139.088	190.510	51.422
Países subdesenvolvidos	136.757	165.905	29.148
<u>Reprodutores de frequências (3)</u>			
Países desenvolvidos	35.173	65.506	30.333
Países subdesenvolvidos	25.479	23.531	- 1.948
<u>Motores elétricos até 1 HP (4)</u>			
Países desenvolvidos	25.697	26.208	511
Países subdesenvolvidos	59.375	80.203	20.828
<u>Aparelhos elétr.p/o cabelo (5)</u>			
Países desenvolvidos	54.455	56.302	1.847
Países subdesenvolvidos	44.575	33.290	- 11.285
<u>Transmissores e receptores elétricos (6)</u>			
Países desenvolvidos	144.355	226.904	82.549
Países subdesenvolvidos	788.041	1.103.050	315.009
<u>Televisores e suas partes (7)</u>			
Países desenvolvidos	25.589	68.274	42.685
Países subdesenvolvidos	399.249	675.925	276.676
<u>Outros aparelhos elétricos (8)</u>			
Países desenvolvidos	4.602	0	- 4.602
Países subdesenvolvidos	41.230	0	- 41.230
<u>Gravadores e suas partes (9)</u>			
Países desenvolvidos	5.561	13.864	8.303
Países subdesenvolvidos	16.643	26.128	9.485
<u>Capacitores fixos e variáveis(10)</u>			
Países desenvolvidos	783	267	- 516
Países subdesenvolvidos	62.265	77.276	15.011
<u>Contatos e retransmissores (11)</u>			
Países desenvolvidos	6.773	7.588	815
Países subdesenvolvidos	90.478	110.151	19.673
<u>Condutores elétricos isolados(12)</u>			
Países desenvolvidos	4.646	3.206	- 1.440
Países subdesenvolvidos	120.570	127.911	7.341
<u>Produtos diversos (13)</u>			
Países desenvolvidos	72.125	85.843	13.718
Países subdesenvolvidos	411.320	476.565	65.145
<u>Total das 13 classes de atividades + fibras têxteis + tubos eletrônicos e suas partes:</u>			
Países desenvolvidos	598.751	859.427	
Países subdesenvolvidos	3.531.395	4.734.176	

FONTE: Vide página seguinte.

Quadro 14

FONTE: (**) Corporaciones transaccionales y fuerza de trabajo en el mundo subdesarrollado: El caso de las maquiladoras de exportacion.

(**) Verônica Villarespe.

- a) Para 1977 os países se registram na "Produção Mundial para os Estados Unidos", por países - Banco de México.
- b) Estes países não se encontram registrados no trabalho elaborado por Otto Kreiye (op. cit.), mas estão registrados no trabalho acima citado.
- c) Estes países Otto Kreiye registrou-os sob a rubrica "Não há zonas-francas, nem produtoras para exportação em operação ou em construção ou ainda não se obteve nenhuma informação".

* Estes países não se encontram registrados no trabalho do Banco de México mas sim no trabalho de Kreiye.

Quadro 15

Observações:

- a) Países nos quais operavam zonas-francas de produção em 1975.
- b) Países nos quais, em 1975, se estavam construindo zonas-francas.
- c) Países no quais existiam produtoras para exportação.
- d) Países nos quais se estavam construindo parques industriais para empresas produtoras para exportação, em 1975.
- e) Países nos quais se estavam construindo zonas-francas ou produtoras para exportação, em 1975.
- f) Países para os quais não se tinha informação em 1975.

Quadro 17

FONTE: Banco de México S.A. - Balanza de Pagos, cuaderno 1970-78.

(1) Compreende 11 países desenvolvidos e 3 subdesenvolvidos.

(2)	"	13	"	"	21	"	.
(3)	"	12	"	"	7	"	.
(4)	"	13	"	"	18	"	.
(5)	"	9	"	"	8	"	.
(6)	"	18	"	"	33	"	.
(7)	"	8	"	"	7	"	.
(8)	"	6	"	"	9	"	.
(9)	"	5	"	"	5	"	.
(10)	"	7	"	"	9	"	.
(11)	"	9	"	"	22	"	.
(12)	"	12	"	"	19	"	.
(13)	"	18	"	"	35	"	.

De forma similar para tubos eletrônicos e suas partes que, apesar de se caracterizarem por uma tecnologia mais avançada do que o caso das fibras, representam um movimento ainda maior das exportações dos países menos desenvolvidos para os Estados Unidos. Este fato serve para comprovar que por mais sofisticada que seja a merccadoria, seu processo de produção (ou parte dele) pode se constituir de uma sequência de operações mais simples e transferido à periferia.

Na página 97 vimos, ainda para os Estados Unidos (por ser o capitalismo onde as tendências descritas são sempre mais fortes), o produto retornado ao país das zonas-francas e regiões incentivadas, dividido em dois grandes grupos - países desenvolvidos e subde
senvolvidos - por ramo de produção.

Não só os EUA, mas de uma maneira geral todos os países desenvolvidos, em seu comércio exterior, são grandes importadores do fator mão-de-obra e exportadores de capital-humano (tecnologia) cujo controle continua em poder destes países e se constituem num dos mais importantes fatores de dominação.

Q.18 DIVISÃO POR BLOCO ECONÔMICO (por densidade de fatores) DO COMÉRCIO DE MANUFATURAS DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS COM OS EM DESENVOLVIMENTO, 1973

PAÍSES DESENVOLVIDOS	IMPORTAÇÕES DE GRANDE DENSIDADE DE:			EXPORTAÇÕES DE GRANDE DENSIDADE DE:		
	Matéria Prima ¹	Mão de Obra ²	Capital Humano ³	Matéria Prima ¹	Mão de Obra ²	Capital Humano ³
Países da OCDE	32,6	44,6	22,8	16,4	14,0	69,6
Países da CEE	39,1	43,5	17,4	15,1	14,6	70,3
Repúbl.Federal Alema	27,5	56,5	16,0	10,3	12,1	77,6
Estados Unidos	23,1	45,9	31,0	11,0	10,2	78,8
Japão	45,9	41,8	12,3	22,0	17,0	61,0

FONTE: OCDE - Statistics of Foreign Trade, jan/dez-1973.
¹ Seção 6 (salvo capítulos 61, 65 e 69) da CUCI. ² Seção 8 (salvo capítulo 86) e capítulos 61, 65 e 69 da CUCI. ³ Seções 5 e 7 e capítulo 86 da CUCI.

Quando se considera um período mais amplo (64/74) transparece mais claramente a tendência à importação do trabalho, ao mesmo tempo que ocorre uma retração percentual nas importações de produtos agrícolas.

Com a questão da especialização do trabalho parcialmente contornada pelo fracionamento do processo produtivo, as empresas contam com uma reserva quase inesgotável de mão-de-obra em cuja realidade não foram incorporados alguns direitos que a tornam mais dócil e manipulável, ao mesmo tempo que cria, a nível internacional, mesmo para os trabalhadores dos países desenvolvidos uma ameaça sempre presente.

Não pretendemos afirmar no trecho acima que os trabalhadores das diversas nações têm interesses conflitantes, mas, ao contrário, estes possuem os mesmos interesses (e neste sentido discordamos de Arghiri Emmanuel em "El Intercâmbio Desigual") na medida em que a luta por melhores condições incorpora uma visão internacionalista, uma vez que o desenvolvimento harmônico de todas as regiões tenderia a anular as vantagens do capital em se deslocar.

Não podem ser confundidos interesses de curto prazo (visão imediatista) com os de longo.

A seguir o quadro demonstrativo (por um período de dez anos) da importação de alguns países industrializados por densidade de fatores:

VIDE PÁGINA SEGUINTE, QUADRO Nº 19

Dentre os países subdesenvolvidos e principais exportadores de manufaturas, todos "coincidentemente" possuem zonas-francas ou incentivadas para fomento às exportações, o que facilita muito a apropriação pelo capital a nível internacional do sobre-trabalho

Q.19 PROPORÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DE ALGUNS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS
 PROCEDENTES DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO - 1964/74
 (por densidade de fatores)
 - em % -

PAÍSES/ ANO	PRODUTOS BÁSICOS		MANUFATURAS DE GRANDE DENSIDADE DE:			T O T A L
	Produtos Agrícolas ²	Matérias primas, inclusive petróleo ³	Matéria prima ⁴	Mão de obra ⁵	Capital Humano ⁶	
Comunidade Econômica Europeia ¹						
1964	51,2	55,0	24,9	17,2	2,2	37,3
1970	49,8	58,2	29,9	25,4	3,4	38,4
1974	44,3	72,2	27,8	31,8	5,5	47,3
República Federal Alema						
1964	27,6	43,7	11,0	9,5	1,2	22,2
1970	24,7	40,1	11,5	11,8	1,6	17,5
1974	20,7	51,3	9,4	16,3	3,1	23,6
Estados Unidos						
1964	63,8	55,6	17,2	23,4	3,8	36,0
1970	56,5	47,4	15,5	29,1	6,0	26,3
1974	59,9	68,0	18,5	40,5	12,2	39,7
Japão						
1964	36,9	53,7	35,8	9,4	5,0	40,3
1970	38,2	52,0	45,9	25,2	2,8	39,7
1974	33,7	67,7	40,3	42,9	8,7	53,0
Reino Unido						
1964	27,7	47,7	16,8	28,7	6,6	28,8
1970	25,7	45,1	14,8	20,6	3,7	22,7
1974	23,9	59,3	8,3	22,4	3,8	26,9
Suiça						
1964	21,2	18,0	5,4	4,1	0,8	7,8
1970	22,6	26,0	3,2	5,9	0,8	7,7
1974	18,2	32,8	4,9	6,4	1,4	9,5

FONTE: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE): Trade by commodities. Market summaries: Imports, Statistics of foreign trade, série C, vários números.

¹ Importações dos seis países que constituíram originalmente a CEE (República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos), com exclusão do comércio entre os países da CEE, e assim mesmo dos Países Baixos para o ano de 1974. ² Seções 0, 1 e 4 da Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (CUCI) (veja-se Nações Unidas: Classificação Uniforme para o Comércio Internacional, modificada, Informes estatísticos, série M, num.34 (Nova Iorque, 1961; num.de venda 61.XVII.6)). ³ Seções 2 e 3 da CUCI. ⁴ Seção 6 (salvo capítulos 61, 65 e 69) da CUCI. ⁵ Seção 8 (salvo capítulo 5) e capítulos 61, 65 e 69 da CUCI. ⁶ Seções 5 e 7 e capítulo 86 da CUCI.

diretamente ou via intercâmbio desigual. O quadro a seguir indica os números referentes ao período 1965 e 1975:

Q.20 PRINCIPAIS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS EXPORTADORES DE MANUFATURAS
- 1965 e 1975 -

PAÍSES OU TERRITÓRIOS	VALOR US\$ MILHÕES		PORCEN TAGEM 1965	PARTICI PAÇÃO 1975
	1965	1975		
Hong Kong	989	5.590	21,5	15,8
incluídas as reexportações		4.464	-	-
excluídas as reexportações				
República da Coreia	104	4.136	2,3	11,7
Singapura	300	2.233	6,5	6,3
incluídas as reexportações		1.286	-	-
excluídas as reexportações				
Brasil	124	2.192	2,7	6,2
México	166	2.090	3,6	5,9
incluída a fronteira				
Índia	809	1.961	17,6	5,6
Argentina	84	723	1,8	2,0
Malásia	68	664	1,5	1,9
Paquistão	190	571	4,1	1,6
T O T A L	4.590	35.280	100,0	100,0

FONTE: Donald B. Keesing: World trade and output of manufactures; Structural trends and developing countries exports, documento de pessoal, num.316 (Washington, DC, Banco Mundial, 1979).

Na periferia do Sistema, o estabelecimento de regras de trabalho quase sempre fica a critério da empresa, o que permite uma intensificação do processo, incluindo práticas como aumento nas jornadas de trabalho.

Geralmente nas empresas montadoras de componentes eletrônicos, uma prática muito comum é o estabelecimento de cotas mínimas de produção, incentivos e prêmios para aqueles que ultrapassarem as metas. Ocorre então, que os trabalhadores para fazerem jûz aos prêmios intensificam, por sua própria conta, sua jornada, inclusive aumentando-a até os limites pouco recomendáveis à saúde física

ou mental. Com a intensificação a destreza vai aumentando e as cotas vão sendo reajustadas para cima.

Estas formas de apropriação de mais-valia se referem à fases anteriores do capitalismo - onde há extração de mais-valia absoluta. Segue-se daí que, para a empresa multinacional, a extração deste tipo de mais-valia é quase impossível nos seus locais de origem (exceção feita, em alguma medida, ao Japão), dada a organização e consciência política dos trabalhadores. Entretanto, na periferia torna-se possível aquele tipo de exploração a um capital cuja forma de produzir é criada nos moldes mais desenvolvidos utilizando-se de expedientes próprios a fases anteriores do capitalismo.

No quadro a seguir estão inseridos os dados relativos à jornada de trabalho nas zonas-francas:

Q.21 MÉDIA DE HORAS TRABALHADAS NA SEMANA NAS ZONAS FRANCAS OU PRODUTORAS DE EXPORTAÇÃO - POR PAÍSES SELECIONADOS - 1975

P A Í S	HORAS	P A Í S	HORAS
Asia		África	
Hong Kong (b)	48-60	Bostswana	45
Índia (b)	48	Egito	42
Indonésia (b)	40	Gana (c)	45-48
Jordânia	48	Costa do Marfim	40
Coreia do Sul	48-60	Mauritânia	45
Malásia	48	Marrocos	48
Filipinas	48	Senegal (c)	40
Singapura (b)	44	África do Sul	45
Taiwan	48	Suazilândia (b)	48
Samoa	40	Tunisia	48
América Latina e Caribe			
Barbados (b)	40	Panamá	48
Brasil	48	Porto Rico (b)	48
Colômbia (a)	48	Santa Lúcia (c)	46
Costa Rica	48	Trinidade e Tobago (b)	40
República Dominicana(b)	44	Uruguai	48
Equador	44	Venezuela	48
El Salvador	44		
Guatemala	45		
Haiti	48		
Honduras	44		
Jamaica	48		
México	48		
Nicarágua	48		

FONTE: Otto Kreye, World Market- Oriented Industrialization of Developing Countries - Max Planck Institut, mimeo, op. cit., quadro 18, p. 175.

(a) 1973 (b) 1974 (c) 1976

A par de toda intensificação e aumento de jornada levado a termo pelo capital nos locais mais atrasados, sobressai o diferencial de salários pagos, em comparação ao preço do mesmo trabalho em um país desenvolvido como os EUA:

Q.22 REMUNERAÇÃO MÉDIA POR HORA TRABALHADA
NAS ZONAS FRANCAS OU PRODUTORAS PARA EXPORTAÇÃO

	REMUNERAÇÃO MÉDIA POR HORA		Taxa de remuneração por hora nos EUA / remuneração p/hora outros países
	Dólar p/hora - outros países	Dólar p/hora - EUA	
<u>Produtos eletrônicos de consumo</u>			
México	0,53	2,31	4,4
Hong Kong	0,27	3,13	11,8
Taiwan	0,14	2,56	18,2
<u>Maquinaria de oficina</u>			
México	0,43	2,97	6,2
Brasil	0,38	2,75	7,2
Taiwan	0,38	3,67	9,8
Coreia do Sul	0,28	2,78	10,1
Hong Kong	0,30	2,92	9,7
Singapura	0,29	3,36	11,6
<u>Semicondutores</u>			
México	0,61	2,56	4,2
Jamaica	0,30	2,23	7,4
Antilhas Holandesas	0,72	3,33	4,6
Hong Kong	0,28	2,84	10,3
Singapura	0,29	3,22	11,1
Coreia do Sul	0,33	3,32	10,2
<u>Indústria do Vestuário</u>			
México	0,53	2,29	4,3
Belize	0,28	2,11	7,5
Costa Rica	0,34	2,23	6,7
Honduras	0,45	2,27	5,0
Jamaica	0,35	2,26	5,0
Trinidade	0,40	2,49	6,3
<u>Indústria de brinquedos</u>			
México	0,65	2,59	4,0
Taiwan	0,12	2,59	21,6
Hong Kong	0,16	2,59	16,2
<u>Instrumentos científicos</u>			
México	0,85	3,01	3,6

FONTE: Minian, Isaac, "Rivalidad Intercapitalista e industrialización en el sul desarrollo, notas para un estudio sobre la división internacional del trabajo", Economía de América Latina, semestre nº 2, março de 1979, pág. 89.

Em Taiwan (1969), por exemplo, a diferença de salários chegou a ser 21,6 vezes menor que os pagos nos EUA na produção de brinquedos, ou 18,2 vezes na indústria de eletrodomésticos.

Os dados acima apresentados dão uma idéia das vantagens para uma empresa que transfere parte de seu processo produtivo a um destes "mercados exteriores de trabalho".

No Brasil, além da existência da zona-franca de Manaus, as exportações têm merecido, por parte do Estado, um tratamento especial, notadamente a exportação de manufaturas.

Da ampla gama de incentivos destinados ao setor exportador merecem destaque algumas modalidades pela sua representatividade no montante do comércio exterior brasileiro:

- a) o draw-back: é uma forma de incentivo à exportação que atua reduzindo o custo de importação dos componentes ou matérias-primas que irão compor uma mercadoria a ser exportada.

O produto importado sob este regime fica isento dos impostos sobre importação, Imposto sobre Produtos Industrializados, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e demais taxas que incidem sobre uma importação normal. Ficam livres também do exame de similaridade com mercadorias produzidas no país, e dispensadas do transporte obrigatório sob bandeira brasileira.

Para que haja a operação é necessário que o valor FOB da mercadoria exportada seja no mínimo 40% superior ao valor da FOB da importação dos insumos. No entanto, percentuais menores (20% ou menos) podem ser aceitos "em caráter de exceção".

- b) BEFIEX: trata-se de um programa destinado ao incentivo à exportação de manufaturas, e conta com os seguintes benefícios:

- . as empresas poderão importar máquinas, equipamentos, aparelhos novos ou usados, bem como conjuntos, partes, peças e acessórios, inclusive matérias-primas e produtos intermediários, com incentivos fiscais. As máquinas, equipamentos, aparelhos e ferramentas poderão ser importadas com isenção ou redução de 70 a 90% dos Impostos de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Para matérias-primas isenção e redução de 50% nos mesmos impostos;

No caso de isenção daqueles impostos a empresa fica automaticamente isenta do ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

- . os produtos importados são dispensados do exame de similaridade;
- . as empresas podem transferir para outras empresas participantes do Befiex, os créditos fiscais acumulados;
- . podem incluir como exportação o frete sob bandeira nacional e o seguro quando coberto por seguradora nacional;
- . podem amortizar em 10 anos as despesas pré-operacionais ou pré-industriais;
- . podem compensar prejuízo no exercício, com lucros reais de 6 períodos subsequentes;
- . podem deduzir do lucro tributável a parcela proporcional ao valor das exportações/receita total da empresa no cálculo do Imposto de Renda;
- . podem utilizar durante os três períodos subsequentes os benefícios fiscais gerados pelo programa;
- . o IPI recolhido e não devido pode ser utilizado no pagamento de qualquer imposto federal ou transferido para outra empresa participante do programa.

Podem pleitear os benefícios do Befiex as empresas produtoras de manufaturas que possuam um programa de exportação vinculado às suas importações, por um período de, normalmente 10 anos. (*)

(*) Informações coletadas junto à Fundação Centro de Pesquisas do Comércio Exterior.

Q.23 PARTICIPAÇÃO BEFIEX/EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
(em US\$ milhões)

ANO	TOTAL	MANUFA TURADOS	BEFIEX	% MANUFA TURADOS	% DO TOTAL
1972	3.991	898	2	0,23	0,05
1973	6.199	1.434	70	4,86	1,12
1974	7.951	2.263	214	9,50	2,69
1975	8.670	2.585	368	14,23	4,24
1976	10.128	2.776	492	17,72	4,85
1977	12.139	3.845	708	18,44	5,83
1978	12.651	5.083	1.015	19,97	8,20
1979	15.244	6.683

FONTE: CACEX/BEFIEX

c) Demais: existe no Brasil, além dos incentivos já mencio-
nados, uma relação grande de outros benefícios fiscais e
de crédito (com algumas especificidades) que de uma ma-
neira geral visam incentivar as exportações de manufatu-
ras como: Programa CIEX, Financiamento à Produção para Ex-
portação - Res. 602, do Banco Central, Financiamento à
Trading Companys - Res. BACEN 329, Financiamento a Produ-
tos Entrepastados - Res. 330, do BACEN, Financiamento à
Produção para Exportação - FUNDECE - Decreto nº 54.105,
Financiamento à Exportação - Operações Especiais, Adian-
tamento sobre Contratos de Câmbio - Comunicado GECAM nº
331, Financiamento de Apoio e Longo Prazo - FINEX - Res.
68, do CONCEX.

Fica desnecessário ressaltar as facilidades que encontram as
empresas com os incentivos relacionados, pois eles são por demais
claros e parecem mesmo que foram criados por encomenda.

3. Os salários e os lucros

O que propõe este tópico é a análise dos efeitos das varia-
ções nos salários e seus reflexos nos lucros. Se busca naturalmen-
te, explicar como e porque as diferenças de salários entre os

diversos locais podem produzir composições capital/trabalho aptas a auferirem lucros superiores ao lucro médio, demonstrando a importância, para o capitalismo mundial, dos diferenciais de salários.

O ponto de partida, no entanto, é o de uma situação onde há concorrência entre os capitais, na qual a ocorrência de lucros acima do lucro médio atrai para o setor novos capitais e as taxas de lucro acima da média tendem a retornar à ela.

Os esquemas de "O Capital" são nossos instrumentos para mostrar estas relações salários/lucros. (*)

Na suposição de um ramo de produção cuja composição média do capital tem a seguinte forma: 80 de capital constante (C), 20 de capital variável (V) e 20 de lucro (L), demonstrar-se-á quais as consequências para os lucros no contexto de modificações para mais e para menos nos salários:

Situação I - aumento nos salários de 25%

- Capital de composição média: $80C + 20V + 20L = 120$

- Taxa de Lucro = $L/C+V = 20/100 = 20\%$

- Após o aumento de 25% nos salários: $80C + 25V + 15L = 120$

- Taxa de Lucro = $L/C+V = 15/105 = 14,3\%$

O Preço de Produção = Preço de Custo (C+V) + Preço de Custo x Taxa de Lucro, continua a ser 120, mesmo após o aumento de salários, porque o preço de produção das mercadorias produzidas pelo capital de composição média ($80C+20V+20L$) coincide com o valor delas.

1) Preço de Produção Inicial

Preço de Produção = $(80 + 20) + (80 + 20) \times 0,20 = \underline{120}$

(*) Exemplo retirado de "O Capital" - Livro 3 - Vol. 4 - divs.págs.

2) Preço de Produção com o aumento de 25% nos salários

$$\begin{aligned}\text{Preço de Produção} &= (80 + 25) + (80 + 25) \times 0,143 = \\ &= 105 + 15 = \\ &= 120\end{aligned}$$

Para o capital de composição média o aumento de salários produziu uma queda na taxa de lucro e no lucro, sem que, no entanto, variasse o preço de produção.

Para o capital de composição média o lucro (L) coincide com a mais-valia (m).

- Capital de composição inferior: $50C + 50V + 20m$ (inicial)
- Taxa de Lucro = $m/C+V = 20/100 = 20\%$
- Após o aumento de 25% nos salários: $50C+62,5V+7,5m = 120$
- Taxa de Lucro = $m/C+V = 7,5/112,5 = 6,7\%$

Aí está o efeito de um aumento de salários para um capital de composição inferior - uma queda considerável do lucro. Eis então uma das razões da tendência ao aumento da composição orgânica do capital, como forma de refrear o efeito produzido pelos aumentos nos salários.

No entanto, como se sabe, tal procedimento (elevação do capital constante em relação ao variável) é contraditório, pois tem um subproduto - a tendência à queda nas taxas de lucro - que se apresenta ao capital como uma ameaça sempre presente.

Calculando com a nova taxa média de lucro (depois do aumento de 25% nos salários) o preço de produção para o capital de composição inferior seria:

$$\begin{aligned}\text{Preço de Produção} &= (50 + 62,5) + (50 + 62,5) \times 0,143 = \\ &= 112,5 + 16,1 \\ &= 128,6\end{aligned}$$

- Capital de composição superior: $92C+8V+20m = 120$ (inicial)
- Taxa de Lucro = $m/C+V = 20/100 = 20\%$
- Após o aumento de 25% nos salários: $92C+10V+18m = 120$
- Taxa de Lucro = $m/C+V = 18/102 = 17,6\%$

Como as composições superiores são próprias de locais mais desenvolvidos, recebem com menor impacto a alta de salários e dela se defendem aumentando ainda mais a parte constante do capital (traduzidas em novas técnicas poupadoras de mão-de-obra, ou, como já foi visto, pela transferência da produção a outros locais de salários menores).

A elevação em 25% teve por consequência:

- 1) o capital de composição média tem o preço de produção de suas mercadorias inalterado, mudando apenas o lucro e sua taxa;
- 2) para o capital de composição inferior, elevou-se o preço de produção das mercadorias, em menor proporção do que decresceu o lucro;
- 3) para o capital de composição superior cai o preço de produção das mercadorias, embora não na mesma proporção que o lucro (que cai mais).

Em resumo temos:

CAPITAIS	PREÇO DE PRODUÇÃO	LUCRO (I)	TAXA DE LUCRO (II)	PREÇO DE PROD. P/TX LUCRO MEDIA (III)	I	II	III
A- Médio 80C+20V+20L	120	20	20%	120			
B- Médio c/25% 80C+25V+15L	120	15	14,3%*	120	-25,0%	-28,5%	0
A- Inferior 50C+50V+20L	120	20	20%	120			
B- Infer.c/25% 50C+62,5+7,5L	120	7,5	6,7%	128,6	-62,5%	-66,5%	+ 7,2%
A- Superior 92C+8V+20L	120	20	20%	120			
B- Super.c/25% 92C+10V+18L	120	18	17,6%	116,6	-10,0%	-12,0%	- 2,8%

OBSERVAÇÕES:

- (I) - Acréscimo ou diminuição% de "A" para "B" do lucro pelo aumento dos salários.
- (II) - Acréscimo ou diminuição% de "A" para "B" das taxas de lucro pelo aumen-
to dos salários.
- (III) - Acréscimo ou diminuição% de "A" para "B" dos preços de produção pelo aumento dos salários.
- (*) Taxa média de lucro após o aumento de 25% nos salários.

A seguir os esquemas semelhantes para uma diminuição dos salários em 25% e suas implicações nos lucros.

Situação II - diminuição dos salários em 25%

- Capital de composição média: $80C + 20V + 20L = 120$ (inicial)
- Taxa de Lucro = $L/C+V = 20/100 = 20\%$
- Após a diminuição de 25% nos salários: $80C + 15V + 25L = 120$
- Taxa de Lucro = $L/C+V = 25/95 = 26,3\%$
- Preço de produção inicial = $(C+V) + (C+V) \times \text{Taxa de Lucro}$

$$= 95 + 95 \times 0,263$$

$$= 120$$

Para o capital de composição média o preço de produção não se altera com a variação dos salários.

- Capital de composição inferior: $50C + 50V + 20m = 120$ (inicial)
- Taxa de Lucro = $m/C+V = 20/100 = 20\%$
- Após a diminuição de 25% nos salários: $50C + 37,5V + 32,5m =$

$$= 120$$
- Taxa de Lucro = $m/C+V = 32,5/87,5 = 37,1\%$

Para o capital de composição inferior, o novo preço de produção calculado à nova taxa de lucro média (26,3%) passa a ser o seguinte:

$$\begin{aligned} \text{Preço de Produção} &= 50 + 37,5 + (50 + 37,5) \times 0,263 \\ &= 110,5 \end{aligned}$$

Quanto mais intensiva a utilização de mão-de-obra (composição capital/trabalho menor), uma redução de salários eleva os lucros em uma proporção maior que a queda dos salários.

- Capital de composição superior: $92C+8V+20m = 120$ (inicial)
- Taxa de Lucro = $m/C+V = 20/100 = 20\%$
- Após a diminuição de 25% nos salários: $92C+6V+22m = 120$
- Taxa de Lucro = $m/C+V = 22/98 = 22,4\%$

Se utilizada a taxa de lucro média (26,3%), o novo preço de produção calculado para o capital de composição superior passa a ser:

$$\begin{aligned}\text{Preço de Produção} &= 92 + 6 + (92 + 6) \times 0,263 \\ &= 123,8\end{aligned}$$

Em resumo:

CAPITAIS	PREÇO DE PRODUÇÃO	LUCRO (I)	TAXA DE LUCRO (II)	PREÇO DE PROD. P/TX LUCRO MÉDIA (III)	I	II	III
A- Médio 80C+20V+20L	120	20	20%	120			
B- Médio c/ 25% 80C+15V+25L	120	25	26,3%*	120	+25,0%	+31,5%	0
A- Inferior 50C+50V+20L	120	20	20%	120			
B- Infer.c/ 25% 50C+37,5V+32,5L	120	32,5	37,1%	110,5	+62,5%	+85,5%	- 7,9%
A- Superior 92C+8V+20L	120	20	20%	120			
B- Super.c/ 25% 92C+6V+22L	120	22	22,4	123	+10,0%	+12,0%	+ 2,5%

(I) - Acréscimo ou diminuição% de "A" para "B" do lucro pela diminuição dos salários.

(II) - Acréscimo ou diminuição% de "A" para "B" das taxas de lucro pela diminuição dos salários.

(III) - Acréscimo ou diminuição% de "A" para "B" dos preços de produção pela diminuição dos salários.

(*) Taxa média de lucro após a diminuição de 25% nos salários.

Considerando-se (como fez Marx) a taxa de lucro média (26,3%) temos, com a redução de salários, o seguinte quadro:

- 1) para o capital médio, a taxa de lucro e o lucro sobem em proporções diversas, mas o preço de produção fica inalterado;
- 2) para o capital de composição inferior, a taxa de lucro e o lucro aumentam (também em magnitudes diferentes) enquanto que o preço de produção cai em proporção menor que o incremento no lucro;
- 3) para o capital de composição superior cresce o lucro enquanto cresce também o preço de produção, no entanto, a taxas menores que o lucro.

Dos esquemas apresentados transparece a tendência ao nivelamento das taxas de lucro ao nível das taxas médias, o que, de fato existiu e existe no capitalismo. No entanto, a luta de todo o capitalista é contra esta tendência, na direção dos superlucros.

Para Marx que viveu uma fase anterior (onde certamente havia uma concorrência entre os capitais muito maior) não existia barreiras intransponíveis à nivelação daquelas taxas.

"Vimos que a concorrência iguala as taxas de lucro dos diversos ramos de produção, gerando a taxa de lucro média e justamente por isso converte os valores dos produtos desses diferentes ramos em preços de produção. Isto acontece porque o capital se transfere sem cessar de um ramo para outro onde momentaneamente (*) o lucro está acima da média". (1)

Na verdade o referencial prático de Marx demonstrava isto, o que, entretanto, não mais ocorre no capitalismo monopolista de ho

(*) Grifo nosso.

(1) K.Marx - Livro 3 - Vol. 4 - págs. 234 e 235.

je, onde as taxas de lucro são forçadas a se desviarem das taxas médias para a própria estabilidade do sistema. Trata-se dos lucros de monopólio, dos superlucros.

Há no poder de monopólio um desvio entre o valor e o preço de uma mercadoria.

Os setores com lucratividade menor não possuem, na atual fase do capitalismo, a capacidade de alterar esta condição, pela simples mudança de ramo, pois tal comportamento envolveria a supressão de uma série de barreiras representadas por controles tecnológicos, marcas, patentes, magnitude dos capitais, etc. .

Marx, apesar de vivenciar uma fase diferente do capitalismo, não ignorava tais dificuldades, que já estariam surgindo em sua época, para se constituírem, hoje, em fatores fundamentais. "Mas em todos os ramos da produção propriamente dita - indústria, agricultura, mineração, etc. - a transferência de capital de um ramo para outro oferece dificuldades consideráveis, especialmente em virtude do capital fixo empregado". (1)

Assim, o desvio do preço de produção em relação ao valor das mercadorias, cuja origem está no grau de controle do mercado que cada capital possui, determina taxas de lucro nos diversos ramos, diferentes das taxas médias. Tal fato proporciona lucros maiores que o lucro médio.

Como os salários têm limites colocados pelas necessidades mínimas dos trabalhadores, a contraposição à pressão exercida pelo capital com vistas à baixa de salários, está condicionada pela organização da classe trabalhadora em cada local.

(1) Karl Marx - "O Capital" - Livro 3 - Vol.4 - pág. 235.

Na medida em que esse limite mínimo varia de país para país (pela incorporação histórica das conquistas dos trabalhadores), percebe-se a importância para o capital a busca de locais onde o desenvolvimento da consciência de classe, e portanto suas conquistas, situam-se em níveis menores.

A teoria do valor, apesar de sua ênfase à tendência das taxas de lucro à média, não exclui a possibilidade dos superlucros, que se não eram comuns no tempo em que se escreveu "O Capital", por certo estavam contidos em sua análise na exata medida de sua importância no momento.

"Na realidade, o interesse particular que um capitalista, ou um capital de determinado ramo, tem na exploração dos trabalhadores que ocupa diretamente, está limitado à possibilidade de obter um lucro extraordinário acima do lucro médio, seja fazendo os operários trabalharem em excesso, ou reduzindo os salários abaixo da média, ou aumentando excepcionalmente a produtividade do trabalho empregado". (1)

E continua,

"A análise precedente revelou como o valor de mercado (e o que se disse a respeito estende-se, com as restrições necessárias, ao preço de produção) compreende um superlucro para os que produzem nas melhores condições em cada ramo particular de produção (...).

Pode ainda haver superlucro quando certos ramos de produção estão capacitados para evitar que os valores das mercadorias se transformem em preços de produção e por conseguinte que seus lucros se reduzam ao lucro médio". (2)

(1) Karl Marx - op. cit. pág. 222. Falando sobre mais-valia absoluta (... trabalhar em excesso) e mais valia-relativa (... aumentando excepcionalmente a produtividade do trabalho).

(2) Idem, pág. 224.

A isso entendemos por controle de mercado ou grau de monopólio.

A importância deste fato é que quando um capital se vê impelido a aumentar sua composição para defender-se de uma alta de salários, pode, ao invés, transferir parte ou todo seu processo produtivo para locais de salários menores, obtendo assim, o mesmo efeito (e uma contratendência à queda nas taxas de lucro).

Como se depreende do quadro demonstrativo da redução de 25% dos salários, para um ramo industrial é mais vantajoso tal diminuição (o que é obtido com a internacionalização do capital) que um aumento na composição orgânica. Enquanto que o capital de composição inferior obteve, com a baixa de salários, um incremento na taxa de lucro da ordem de 17,1% (passou de 20% para 37,1%), o capital de composição superior obteve apenas 2,4% (passando de 20% para 22,4%).

Já tivemos oportunidade de ressaltar as dificuldades em compatibilizar os dados estatísticos disponíveis à teoria do valor. Entretanto, a nosso ver, conquanto persistam aquelas dificuldades, os conceitos teóricos de Kalecky "traduzem" suficientemente bem a perspectiva daquela teoria. Traduzem porque, ao tratar os temas com um discurso aparentemente semelhante ao Keynesianismo, consegue analisar a economia e os dados (produzidos - como diria Marx - para os economistas burgueses) na perspectiva crítica da teoria do valor. (*)

Segundo Kalecky, o valor da produção se reparte entre W (salários), M (insumos) e P (o montante de lucros).

$$VBP = M + W + P$$

Daí, a parcela relativa a salários no valor agregado pode ser representada por:

(*) Vide página seguinte.

$$w = \frac{W}{W + (k-1)(W+M)}$$

onde k representa o grau de monopólio

Como $k = VBP/M+W$ e se indicarmos por "j" a razão entre o custo das matérias-primas dividido pelo custo da mão-de-obra, conclui-se que a participação dos salários na renda (w) é determinada pelo grau de monopólio (k) e (j):

$$j = M/W \quad e \quad w = \frac{1}{1 + (k-1)(j+1)}$$

A importância da relação acima está no fato de esta representar a repartição da renda gerada entre salários e lucros, baseada no grau de monopólio, ou seja, na capacidade das empresas ou ramos produzirem com taxas de lucros acima da taxa média, e portanto possuírem certo controle sobre o mercado.

"Uma elevação do grau de monopólio ou dos preços das matérias-primas em relação aos custos dos salários por unidade provoca uma queda da parcela relativa aos salários no valor agregado". (1)

Se o valor da produção se divide em salários, insumos e lucros, uma queda nos salários, ou do preço das matérias-primas em relação aos salários, faz com que se elevem os lucros.

"Veremos assim que, em termos gerais, o grau de monopolização, a razão entre preços de matérias-primas e custos de salários por unidade e a composição industrial são os determinantes da parcela relativa dos salários na renda bruta do setor privado". (2)

Pudemos comprovar que de fato o "grau de monopólio" (k) (**) apresenta no Brasil uma tendência geral a aumentar a longo prazo,

(*) Não é do objetivo deste texto analisar a influência de Marx na obra de Kalecky (mesmo porque há muita controvérsia no assunto), mas, tão somente lançar mão da substancial contribuição do último para o entendimento (a partir dos esquemas de Marx) da fase monopolista do capitalismo.

(**) Calculado conf. J. Miglioli in "Acumulação de Capital e Demanda Efetiva" - págs. 253 a 256.

(1) Michal Kalecky - Teoria da Dinâmica Econômica - pág. 71.

(2) Idem pág. 72.

reduzindo a "participação dos salários na renda" (w) (**). No entanto, a diminuição da participação dos salários na renda depende também da relação entre "preço das matérias-primas/preço dos salários" (j) (**), que age de maneira oposta ao grau de monopólio, isto é, aumentando a participação dos salários na renda.

Para o Brasil foram calculados "j", "k" e "w" cujos resultados se seguem:

Q.24		INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO									
	56	58	60	62	64	66	68	70	72	74	76
w	100	94	ND	88	81	75	78	72	78	69	66
k	100	101	ND	103	109	115	111	108	104	101	102
j	100	107	ND	110	106	98	104	129	125	177	184

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - vários anos.
1956 = 100

"É possível dizer algo mais específico quanto a mudanças na parcela relativa dos salários na renda no decurso do ciclo econômico. Verificamos que o grau de monopólio tende a aumentar um pouco durante as depressões. Nessa fase, os preços das matérias-primas caem em relação aos salários. A primeira influência apontada tende a reduzir a parcela relativa dos salários na renda, enquanto a segunda tende a aumentá-la". (1)

Para os ramos da indústria de transformação, os números mostram uma queda do preço das matérias-primas em relação aos salários durante a crise 65/68 ("j" diminui para a quase totalidade dos

(**) Idem página anterior.

(1) M.Kalecky - op. cit., pág.72.

ramos da indústria de transformação), o que poderia ter resultado num aumento da participação dos salários na renda (w), não fosse o efeito contrário do grau de monopólio (k) que, tendo apresentado crescimento, anulou aquela tendência.

São apresentados a seguir os valores referentes a "j", "k" e "w" na Indústria de Transformação, por ramos:

Q.25 "j" - PREÇO DAS MATÉRIAS PRIMAS / PREÇO DOS SALÁRIOS

RAMO DE ATIVIDADE	56	58	60	62	64	66	68	70	72	74	76
Química	100	104	ND	114	117	124	126	153	161	327	464
Material de Transporte	100	112	ND	101	100	100	97	129	127	253	254
Mecânica	100	120	ND	129	116	105	120	135	143	176	167
Material elétrico, eletrônico, etc.	100	96	ND	84	85	69	67	83	71	111	129
Metalúrgica	100	121	ND	116	104	110	113	223	185	283	292
Produtos Alimentares	100	110	ND	104	103	77	109	139	128	147	151
Prod. Medicinais e Farmacêuticos	100	88	ND	33	24	29	26	44	30	35	49
Borracha	100	97	ND	97	100	90	87	93	81	107	140
Celulose, Papel e Papelão	100	111	ND	95	87	106	98	99	94	173	164
Textil	100	105	ND	136	124	118	130	143	141	239	266
Transf. Materiais não Metálicos	100	149	ND	163	146	164	165	175	167	215	257
Madeira	100	118	ND	122	123	104	141	168	174	217	178
Diversos	100	124	ND	111	117	101	98	136	124	114	188
Fumo	100	107	ND	94	73	69	80	93	103	136	151
Bebidas	100	103	ND	109	103	86	88	113	112	154	184
Vestuário, Calçados, etc.	100	103	ND	127	116	105	109	145	128	162	167
Editorial e Gráfica	100	105	ND	120	107	102	107	118	95	148	126

FONTE: Anuário Estatístico do IBGE - vários anos.

Merecem destaque os anos, após 1973, onde fica ressaltado o início do choque do petróleo, elevando de maneira intensa os valores de "j".

Esta espetacular alta nos preços das matérias-primas teve seus efeitos tanto no grau de monopólio (k) quanto na participação dos salários na renda.

Com relação a "k", apresentado a seguir, nota-se que o aumento intenso de "j" produziu uma queda no grau de monopólio de 68/74, sendo que em 76 já se percebe uma retomada em seu crescimento.

Q.26	"K" - GRAU DE MONOPÓLIO, POR SETORES										1956=100
RAMOS INDUSTRIAIS	56	58	60	62	64	66	68	70	72	74	76
Química	100	102	ND	92	104	108	101	98	92	87	90
Material de Transporte	100	107	ND	106	107	108	99	104	95	93	96
Mecânica	100	98	ND	90	103	116	112	105	106	97	103
Material Elétrico, Eletrônico, etc.	100	99	ND	111	127	118	114	112	109	102	107
Metalúrgica	100	97	ND	102	99	106	104	94	95	94	89
Produtos Alimentares	100	100	ND	102	108	115	108	105	102	100	104
Produtos Medicinais e Farmacêuticos	100	102	ND	132	136	165	169	170	142	132	145
Borracha	100	97	ND	108	111	117	114	118	119	107	101
Celulose, Papel e Papelão	100	100	ND	104	107	107	136	105	103	107	103
Têxtil	100	99	ND	104	109	117	112	109	109	101	101
Transform.de Mats.não metálicos	100	102	ND	94	105	109	118	116	112	112	116
Madeira	100	105	ND	107	111	123	115	104	108	111	108
Diversos	100	96	ND	107	110	120	117	112	114	98	118
Fumo	100	104	ND	140	137	113	127	130	123	126	120
Bebidas	100	101	ND	104	121	118	118	108	113	109	112
Vestuário, Calçados, etc.	100	101	ND	106	114	114	110	106	104	104	108
Editorial e Gráfica	100	102	ND	99	105	116	111	120	118	124	126

FONTE: Anuário Estatístico IBGE - vários anos.

Esta queda pode ser explicada, em grande medida, pelo fato de que a economia brasileira estar vivendo o "milagre", e os salários, após o arrocho que sobreveio ao golpe de 1964, se mantiveram mais ou menos estáveis no período.

Assim, apesar do grande incremento de "j", a participação dos salários na renda (w) não recuou na mesma proporção, o que induziu a alguma diminuição do grau de monopólio.

A seguir os dados referentes a "w":

Q.27 "W" - PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NA RENDA, POR SETORES

1956=100

RAMO DE ATIVIDADE	56	58	60	62	64	66	68	70	72	74	76
Química	100	43	ND	110	81	71	81	76	86	62	38
Material de Transporte	100	80	ND	86	86	86	103	80	100	69	63
Mecânica	100	95	ND	110	88	76	76	80	78	83	76
Material elétrico, eletrônico, etc	100	103	ND	90	69	90	93	90	100	90	72
Metalúrgica	100	94	ND	88	100	85	88	70	79	61	70
Produtos Alimentares	100	92	ND	88	75	79	71	67	75	75	63
Prods.Medicinais e Farmacêutico	100	95	ND	110	119	86	86	62	100	105	76
Borracha	100	108	ND	83	79	75	83	75	79	83	79
Celulose, Papel e Papelão	100	93	ND	93	93	83	55	90	97	59	66
Têxtil	100	100	ND	77	74	67	67	67	67	59	54
Transf.Materiais não Metálicos	100	82	ND	92	79	71	63	63	68	58	50
Madeira	100	86	ND	81	76	70	65	73	65	54	65
Diversos	100	97	ND	86	64	75	78	72	72	97	56
Fumo	100	84	ND	58	68	100	74	63	63	53	53
Bebidas	100	96	ND	88	71	82	82	82	75	64	54
Vestuário, Calçados, etc.	100	97	ND	79	69	74	79	72	82	72	64
Editorial e Gráfica	100	93	ND	93	89	78	83	70	78	61	63

FONTE: Anuário Estatístico IBGE - vários anos.

Em resumo, as quedas de "w" e "k" resultaram da explosão de "j" determinada pelo choque da alta das matérias-primas. Como a economia vinha aquecida (69 em diante), os salários não recuaram ou recuaram muito pouco. Ao mesmo tempo o aumento do custo de alguns insumos (notadamente os derivados do petróleo) produziu leve recuo no grau de monopólio.

Por não termos podido conhecer a metodologia utilizada pelo IBGE no período em causa, consideramos precários os cálculos e sabemos que as explicações neles embasadas, sem o rigor científico desejável, tem caráter provisório. Entretanto, por mostrarem guardar coerência com a teoria permitiu-nos conduzir as análises que fizemos em bases razoáveis.

A par destas considerações ressalte-se que no período considerado (56/76), o grau de monopólio "k" apresentou tendência a ele

var-se na crise (64/68) e baixar na recuperação, e ainda apresentar, no período considerado como um todo, uma tendência altista, uma vez que a média dos índices situou-se acima do nível do ano base.

Já em relação aos salários e sua participação na renda gerada, os cálculos indicaram, ainda em concordância teórica com Kalky, certa rigidez na crise, decrescendo ao tempo em que aumentava o grau de monopólio "k". Este índice (w) em seu relacionamento com "j" (preço das matérias-primas/preço dos salários) apresentou tendência oposta, isto é, na crise quando o preço das matérias-primas caem mais que os salários, "j" diminui enquanto "w" pode subir, dependendo do que ocorra com o grau de monopólio.

Quisêramos possuir os dados relativos a um período maior (incluindo a crise hoje vivida) para uma avaliação mais segura.

Isto posto, apesar de todas as ressalvas, nos foi possível demonstrar, com os cálculos efetuados, certas características comuns do ciclo econômico sob o capitalismo, o que basta aos nossos objetivos.

*

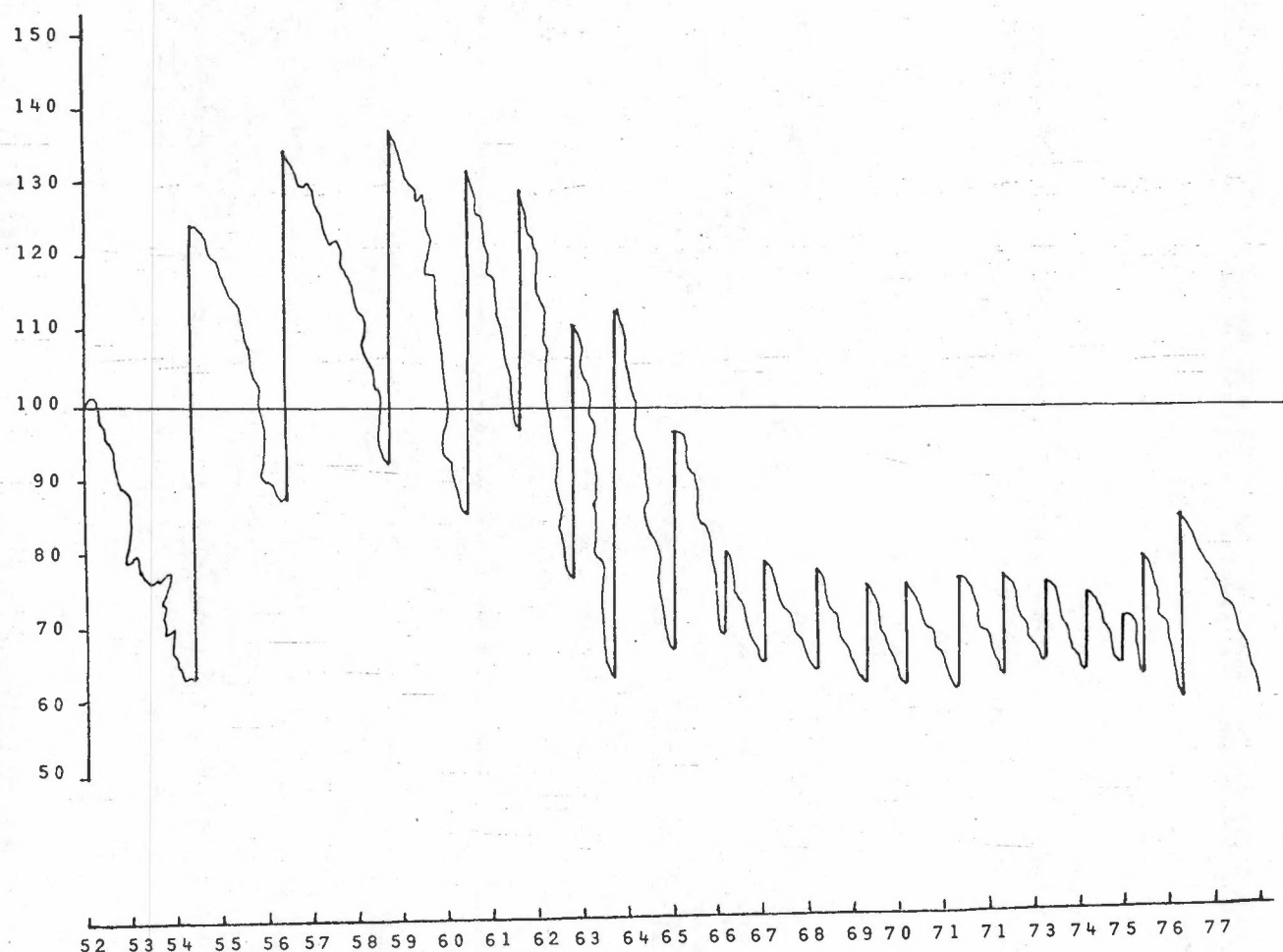
Com o golpe militar de 1964 instaurou-se no país um rígido controle do movimento sindical que teve como consequência um profundo arrocho que não permitiu que os salários reais crescessem a níveis superiores aos de 1952 (vide gráfico a seguir).

Cabe notar que a contenção salarial após 64 derruba bruscamente os salários e os mantém fixos a níveis muito baixos.

Os efeitos dessa política pós 1964, que tendo quebrado a resistência das forças populares, consolidaram o Brasil como importante local receptor de capitais externos como investimentos diretos e empréstimos.

SALÁRIO MÍNIMO REAL: JANEIRO 1952 A ABRIL 1977

ANO-BASE: JANEIRO 1952=100



FONTE: Salários Mínimos Nominais incluindo o 13º salário e o abono de 10% a partir de dezembro de 1974, deflacionados pelo índice de custo de vida da F.G.V. Elaboração de B.Malusá, R. Ajona, N.Medeiros e E.Cechin, UNICAMP, 1978, Trabalho Inédito.

No caso brasileiro, dado o número de trabalhadores que recebem ou têm seus reajustes baseados nas variações do salário mínimo, pode-se perceber com que facilidade os capitalistas produziram seus lucros, e de como foram repartidos os frutos do "desenvolvimento" alcançado no período.

Se analisarmos detidamente a incontestável industrialização do país frente às condições de vida da maioria da população pode-se chegar, sem nenhum esforço, à conclusão de que não foram protegidos, em nenhum momento, os interesses daqueles que criaram o milagre. Concentrou-se a renda para viabilizar a indústria importada, consolidou-se no país a posição das grandes empresas com forte poder de mercado, que condicionaram as políticas econômicas do país a seus próprios interesses e de seu restrito e bem servido mercado.

Enfim, mais uma vez salta aos olhos a certeza de que ao Brasil coube, na divisão internacional do trabalho, um papel que foi desempenhado sob a regência dos interesses maiores do capitalismo a nível mundial.

É neste contexto de mercados de fatores produtivos que o capital determina, a nível das relações que estabelece, seus espaços de acumulação.

É interessante observar que os trabalhadores da maioria dos países menos desenvolvidos vem acumulando perdas reais em seus salários, o que significa dizer que há uma intensificação ou mesmo um aumento da jornada de trabalho às avessas nestes locais, uma vez que, via preços as empresas tomam parte da jornada de trabalho dos trabalhadores.

Nota-se nas estatísticas a seguir que em grande parte dos países subdesenvolvidos o salário mínimo tem caído em termos reais (na melhor das hipóteses tem se mantido constante):

VIDE PÁGINA SEGUINTE

Como a produtividade do trabalho tem aumentado continuamente em virtude de novas tecnologias, etc., a queda ou mesmo a manutenção dos salários reais significa uma maior exploração da mão-de-obra a nível mundial.

Q. 28 SALÁRIOS MÍNIMOS NOMINAIS E REAIS (preços de 1970), POR PAÍSES (1966-77)

PAÍSES	SI- GLA	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
AMÉRICA LATINA													
Argentina (pesos p/mês)	SM IPC SMR	158 55 287	* 70 226	* 82 193	200 88 227	220 100 220	317 135 235	446 213 209	842 342 246	1.275 425 300	2.692 1.202 224	7.608 6.539 116	20.125 18.050 112
Brasil (cruzeiros p/mês)	SM IPC SMR	81 43 188	102 54 189	126 67 191	149 83 180	171 100 171	210 118 178	255 135 189	298 153 194	355 205 173	481 269 179	690 389 177	994 557 178
Colômbia ¹ (pesos p/mês)	SM IPC SMR	364 74 491	* 80 453	* 85 428	407 94 435	450 100 450	* 109 413	542 125 435	589 153 385	823 190 432	1.040 239 435	1.170 281 417	1.573 365 431
Costa Rica ² (colones p/mês)	SM IPC SMR	310 88 351	* 89 347	318 93 342	341 96 357	350 100 350	375 103 364	385 108 357	415 124 334	501 161 310	585 190 309	650 196 331	700 204 342
Equador (sucres p/mês)	SM IPC SMR	- - -	- - -	600 90 670	* 95 630	* 100 600	750 108 692	* 117 641	* 132 568	1.167 163 716	1.333 188 709	1.500 208 721	* 235 638
El Salvador ³ (colones p/mês)	SM IPC SMR	90 94 96	96 95 101	* 98 99	* 97 99	* 100 96	* 103 93	* 102 94	123 109 113	154 127 121	186 151 123	* 162 115	* 181 105
Guatemala ⁴ (quetzales p/mês)	SM IPC SMR	47 93 50	* 94 50	* 96 49	* 98 48	* 100 47	* 100 47	* 100 47	48 114 41	57 133 43	* 150 38	* 166 34	* 187 30
México (pesos p/mês)	SM IPC SMR	650 88 741	* 90 720	735 92 799	* 95 772	832 100 832	* 105 789	989 111 893	* 124 798	1.427 153 930	1.648 176 934	2.044 204 1.000	2.766 264 1.049
Panamá (balboas p/mês)	SM IPC SMR	83 93 90	* 94 89	* 95 87	* 97 86	* 100 83	* 102 81	104 107 97	* 115 91	111 134 83	114 142 81	* 145 79	* 157 73
Perú (soles p/mês)	SM IPC SMR	1.200 69 1.749	1.274 75 1.693	1.500 90 1.674	* 95 1.576	1.860 100 1.860	1.980 107 1.854	2.225 115 1.943	2.400 125 1.914	2.850 147 1.945	3.270 181 1.805	4.020 242 1.663	4.875 333 1.463
Uruguai (pesos p/mês)	SM IPC SMR	- - -	- - -	- - -	- - -	10,4 100 10,4	16,5 124 13,3	26,0 219 11,9	53,0 431 12,3	95,2 763 12,5	165,2 1.385 11,9	229,2 2.086 11,0	312,2 3.300 9,5

Fonte e observações vide página seguinte.

FONTE: Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe: Asalaria do de bajos ingresos y salários mínimos em América Latina. (Santiago, Documento de trabalho PREALC/170) maio/79.

- = não há dados, ou não são relevantes

* = sem alteração

SM: Salário Mínimo

SMR: Salário Mínimo Real a preços de 1970

IPC: Índice de Preços ao Consumidor

Se considerarmos a abrangência dos salários mínimos no mundo (e sabe-se que nos países subdesenvolvidos a maioria da força de trabalho se submete de alguma maneira a ele) poderemos ter a noção de como o trabalho anda explorado.

"Mas não nos esqueçamos que para o capital total o sustento da classe operária é um mal necessário, um rodeio para chegar ao próprio objetivo da produção: a criação e realização da mais-valia. Se se consegue extorquir a mesma quantidade de mais-valia ser ter que fornecer à força de trabalho a mesma quantidade de meios de subsistência, tanto mais brilhante será o mercado. No momento, o resultado é o mesmo se o capital tivesse conseguido - sem encarecer os meios de subsistência - rebaixar os salários em dinheiro sem diminuir o rendimento dos operários". (1)

4. A produção em escala mundial e o controle dos mercados

Há, necessariamente, uma tendência à se igualarem os preços e os lucros, o que, no entanto, é combatido (com certo êxito) pelos capitais a nível mundial.

É claro que determinada empresa em um país desenvolvido pode estar sofrendo uma concorrência muito maior que por certo sofre

(1) Rosa Luxemburg - op. cit., pág. 405 e 406.

ria em outro menos desenvolvido, e se lá instalada poderá gozar de certo grau de controle sobre o mercado.

Vimos como o capital se apodera dos "mercados externos" e como faz disso sua possibilidade de obtenção de superlucros.

A produção capitalista é contraditória em si, pois na medida em que aumenta continuamente sua produtividade, não faz crescer na mesma proporção o consumo das classes trabalhadoras, porque o próprio poder de controle de mercado tende a concentrar a renda. Neste contexto as crises se sucedem - crises de realização, de superacumulação, enfim, crise de impossibilidade para o capital encontrar, em seus limites, oportunidade de novos investimentos.

Vimos anteriormente que a internacionalização do capital foi, e continua sendo, uma das formas de ampliar e criar novas esferas de acumulação, retardando, por algum tempo mais, uma nova crise (sempre ampliada) como vão sendo ampliados os domínios do capital.

Não somos da mesma opinião de Rosa Luxemburg quanto à velocidade do esgotamento de seus "mercados externos", pois acreditamos na capacidade do capitalismo em recriá-los, se bem que não com os diferenciais de composição capital/trabalho e produtividade, da magnitude encontrada nas relações estabelecidas entre uma produção capitalista e uma pré-capitalista, mas funcionando de forma similar.

Marx nos ensinou a entender o capitalismo, e traçou em sua obra as bases para seu entendimento futuro, e é por esta razão que tivemos como fio condutor desta monografia a teoria do valor, fazendo, por vezes, incursões por outros autores mais ou menos marxistas, mas que a nosso juízo, em alguma medida, puderam contribuir para o esclarecimento de um ou outro ponto.

A produção em escala mundial e o controle dos mercados nos parece ser o único caminho a seguir pelo Sistema Capitalista e com isto a integração de todos os locais onde a conjugação capital/trabalho produza lucros privados.

Rosa Luxemburg indicou esta tendência, porém, talvez por sua militância política, tivesse antevisto o fim do capitalismo muito mais próximo do que ele realmente estaria.

Tal como ela, não acreditamos que a constante ameaça da queda nas taxas de lucro leve o Sistema ao seu fim, mas, ao contrário, nos parece um incentivo a mais na busca de novas esferas de acumulação. No entanto, nesta busca, que ocorre com a integração da produção a nível mundial, é que o capital também reproduz todas suas contradições e leva a crise a locais antes inimaginados, dando a ela um caráter cada vez mais internacionalista.

Começaremos por definir valor e preço de mercado na perspectiva da concorrência entre os capitais (na tendência dos lucros ao lucro médio) para caminharmos para as situações de oligopólio e superlucros.

"Antes de mais nada, o que a concorrência leva a cabo num ramo é estabelecer valor e preço de mercado iguais, a partir dos valores individuais das mercadorias. Mas, é a concorrência dos capitais nos diferentes ramos que dá origem ao preço de produção que uniformiza neles a taxa de lucro". (1)

O sistema capitalista, por dividir a sociedade em classes, tem em contrapartida um perfil de demanda por seus produtos que é ponderado por esta divisão que, em última análise, é determinada pela

(1) K. Marx - O Capital - Livro 3 - Vol.4 - pág. 204.

repartição do produto gerado por estas diversas classes e subclases, ressaltando, entretanto, que a única capaz de apropriar-se do trabalho das demais é a dos detentores da propriedade dos meios de produção.

Sendo assim, as quantidades demandadas pelos diversos segmentos sociais dependem dos preços a que estas mercadorias são ofertadas, e a determinação destes preços depende, por sua vez, dos valores e das condições de produção das empresas em seus respectivos ramos.

Vejamos como se formam os valores (nas condições de concorrência explicitadas anteriormente) e preços de mercado, e como as empresas realizam suas mercadorias e seus lucros.

"A troca das mercadorias exata ou aproximadamente por seus valores supõe condições bem mais atrasadas (*) que a troca aos preços da produção, a qual exige determinado nível de desenvolvimento capitalista". (1)

O que está dito no trecho acima é que as mercadorias se trocam regidas pelos seus valores, mas não pela sua exata medida. Como já foi visto, em uma economia (em concorrência) há uma taxa de lucros média (do capital de composição média) que determina os preços de produção no mercado.

"A fim de que os preços por que se trocam as mercadorias correspondam aproximadamente (**) aos valores basta que: 1) a troca das diferentes mercadorias deixe de ser meramente fortuita ou ocasional, 2) que, se considerarmos a troca direta de mercadorias, produzam-se elas aproximadamente nas proporções adequadas às necessida-

(*) Grifo do autor.

(**) Grifo nosso.

(1) K. Marx - O Capital - Livro 3 - Vol. 4 - pág. 201.

des recíprocas dos dois lados, o que vem com a experiência mútua de venda e resulta da própria troca continuada; e 3) que, no tocante à venda, nenhum monopólio natural ou artificial capacite uma das partes contratantes a vender acima do valor, ou a force a vender abaixo dele". (1)

É nosso objetivo demonstrar que os itens 2 e, principalmente, o 3 não ocorrem, ou ocorrem apenas em alguns setores concorrenciais das economias capitalistas contemporâneas.

Antes, porém, cabe ressaltar que Marx considerava que o valor era apenas "o centro em torno do qual gravitam os preços" e para o qual tenderiam. Por esta razão distinguia ele um valor de mercado diferente do valor individual de cada mercadoria produzida.

Assim, por valor de mercado entende-se o valor médio das mercadorias produzidas nas condições médias de um ramo, onde se situa o maior número de unidades produzidas. Este valor médio determina o valor de mercado, e proporciona para os capitais que conseguem produzir abaixo dele um lucro extra. De forma oposta ocorre com os produtos cujo valor está acima do valor de mercado, que apenas podem realizar parte da mais-valia neles contida, uma vez que, em condições normais (de concorrência) o valor de mercado delimita a possibilidade de realização das mercadorias.

Há casos onde o valor de mercado (determinado pelas condições médias de produção) não mais determina o preço das mercadorias. Tais situações, que fugiam à regra (para Marx), estão presentes no capitalismo de hoje de forma intensa e regular. Vamos a elas:

- a) quando a demanda não é capaz de realizar toda a massa de mercadorias, o preço de mercado tenderá a regu

(1) K.Marx - O Capital - Livro 3 - Vol.4 - pág. 201.

lar-se pelo valor das mercadorias produzidas em melhores condições;

- b) quando a oferta não é suficiente para suprir a demanda, o preço de mercado é dado pelo valor das mercadorias produzidas nas piores condições.

Estas duas situações que representam exceções para Marx, passaram a ter significado no capitalismo contemporâneo, nas estruturas de mercado oligopolizadas.

Em "a", nas situações de superprodução ou subconsumo as empresas detentoras de um grau maior de controle de mercado conseguem fazer com que os preços se regulem pelo menos pelo valor de produção de suas mercadorias que, relativamente ao mercado, são produzidas nas melhores condições. Já em "b", por que a demanda não está plenamente satisfeita, as empresas que detêm as melhores técnicas e, portanto, produzem de forma mais eficiente conseguem superlucros (uma vez que o preço de mercado se faz pelas mercadorias produzidas nas piores condições).

A situação "a" se assemelha a uma época de crise, onde se reforçam os graus de monopólio (*) pela queda geral da demanda, que produz queda nos salários e no preço das matérias-primas de maneira mais intensa (maior que nos salários).

A situação "b" se compara às épocas de acumulação acelerada, de superlucros para empresas e/ou setores mais oligopolistas, mas também acumulação nos demais setores que conseguem realizar seus produtos com pelo menos a taxa de lucros média. Os salários sobem, porém em ritmo menor que o preço das matérias-primas e o grau de monopólio (*) tende a estacionar ou mesmo a cair em alguma medida.

(*) Vide cálculo e comentários no Item 3.

Os superlucros (resultantes do controle sobre o mercado) podem induzir novas empresas a entrarem no ramo, ou ainda, as demais empresas aumentarem suas instalações, o que provocaria uma reafirmação do ciclo expansivo indicado na situação "b".

"Examinadas as mudanças de tecnologia (...) temos observado que reduções de custo por inovações técnicas se traduzem em redução de preços unicamente se tratar-se de inovações acessíveis a todas as categorias de empresas" (*). (1)

Para a manutenção dos preços acima dos valores há que a empresa possuir o controle de técnicas de produção que permitam uma economia dos custos em relação ao ramo no qual se acha inserida.

"Em geral, as reduções de custo podem traduzir-se:

- 1) em menores preços; o que, no oligopólio, sucede somente quando as reduções de custo consernem a todos os tipos de empresas;
- 2) em maiores lucros 'capitalistas', a preços constantes;
- 3) em maiores salários, a preços constantes". (2)

Tanto o item 1 quanto o 3 são mais fáceis de ocorrer quando a empresa produz em um sistema onde:

- a) a produção de tecnologia é mais "permeável" e há um maior rodízio de capital humano. Onde as indústrias mantêm centros de pesquisa que "desvendam" cada novo produto lançado no mercado, fazendo com que a novidade se torne, com maior rapidez, de domínio das demais empresas do ramo;
- b) a ação dos sindicatos de trabalhadores se traduz em pressões suficientemente efetivas que logram repartir com os operários os ganhos decorrentes dos aumentos de produtividade.

(*) Grifo do autor.

(1) Paolo Sylos Labini - Oligopólio y Progreso Técnico - pág. 109.

(2) Idem, pág. 114.

Como estas não são características de regiões subdesenvolvidas, suas ausências, por si sô, constituem-se em fortes atrativos ao capital multinacional.

A inserção em locais menos desenvolvidos de técnicas avançadas, que não podem, senão ao final de longo período, serem copiadas, garantem lucros excepcionais.

Assim é que, quanto maiores forem as diferenças de produtividade entre os capitais, maiores também serão as diferenças de seus preços e lucros.

No entanto, medir estes graus de controle de mercado(*) envolve não poucos complicadores, e mesmo a tentativa de Kalecky sofreu várias críticas (ver Paolo S. Labini - op.cit., pág. 107).

A par das críticas, entretanto, surgem algumas sugestões quanto a melhores parâmetros para medir o grau de monopólio de uma empresa como: "Mais apropriado, por exemplo, parece o critério sugerido por Bain (**), que propõe considerar o nível de lucro como um possível índice do grau de monopólio (com a condição de que em cada caso a taxa 'contábil' seja corrigida através de uma cuidadosa análise de custos e valores patrimoniais)". (1)

Diante da impossibilidade de desta forma proceder com os dados coletados, optou-se por um cálculo que ao relacionar o valor bruto da produção (V) com o valor total dos insumos (M) acrescido do montante de salários (W) chegasse em algo próximo de uma medida de controle de mercado (obtido pela divisão deste produto por M e W).

(*) Quando calculamos "grau de monopólio" de Kalecky no item anterior, fizemos questão de ressaltar todas as limitações com as quais nos deparamos e, conseqüentemente, não esperamos que aqueles cálculos sejam mais que um reforço de argumentação em favor de nossas teses, isto é, não se afirmará nada em definitivo neles baseados.

(**) J.Bain, The Profit Rate as a Measure of Monopoly Power - pág. 271/93.

(1) Paolo S. Labini - op. cit., pág. 104.

Se $V = M + W + P$ (lucro bruto)

$$k = \frac{V}{M + W} \quad \text{onde } V = k \cdot (M+W)$$

então

$$k \cdot (M+W) = M + W + P$$

$$k = \frac{M+W+P}{M+W} = \frac{M+W}{M+W} + \frac{P}{M+W}$$

$$k = 1 + \frac{P}{M+W}$$

onde k é equivalente ao grau de monopólio calculado por Ka
lecky.

Nota-se que esta medida se aproxima de uma margem de lucro ao relacionar o lucro bruto (P) com o total de custos ($M+W$), logicamente de uma forma não tão criteriosa com a sugerida por Bain.

Procuramos deixar claro, em diversas ocasiões, que não consideramos diferenças entre capitais "nacionais" e "estrangeiros" quanto à sua lógica de acumulação e objetivos. Entretanto, pelo fato de haverem grandes diferenças nos níveis de desenvolvimento alcançados pelos países capitalistas, as comparações que temos feito referem-se a países e não entre regiões de um mesmo país que também possuem suas diferenças de desenvolvimento. Esta predileção explica-se basicamente por:

- a) não existirem muitos dados sobre o assunto (da forma como é aqui abordado) para um mesmo país;
- b) o fato de um capital deixar seu país de origem e se enca minhar para outro "desconhecido", ressalta, com maior intensidade, a essência do processo da busca do superlucro. Em um mesmo país a relativa mobilidade dos fatores de produção pode atenuar os diferenciais de produtividade.

O controle dos mercados a nível mundial é responsável por grande parcela da acumulação do capitalista, e o domínio dos seto

res mais dinâmicos dos países menos desenvolvidos pelas empresas multinacionais é cada vez maior. (Estimativas brutas indicam que a participação do capital externo nos setores latino-americanos mais dinâmicos já atinge a proporção situada entre 50 e 75% - C. Vaitsos - op. cit., pág. 15).

"Entre 1955 e 1964 o montante total de vendas efetuadas por empresas multinacionais de capital norte-americanos ampliou-se em 170% no restante do mundo, contra apenas 50% no mercado interno. Verifica-se assim, facilmente, a importância econômica da renda gerada pelas atividades de subsidiárias de países exportadores de capital dentro dos mercados de países importadores de capitais". (1)

A seguir, os 10 países que mais receberam investimentos diretos até o fim de 1977:

Q. 29 OS DEZ PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO LÍDERES
NA RECEPÇÃO DE INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS

PAÍSES	US\$ MILHÕES	PORCENTAGEM
Brasil	10.700	26,0
Indonésia ²	5.160	12,6
México ²	5.070	12,4
Bermudas ³	4.065	9,9
Venezuela ²	3.300	8,1
Argentina	2.850	6,9
Panama ³	2.750	6,7
Malásia	2.700	6,6
Índia	2.450	5,9
Antilhas Holan ³	2.000	4,9
T O T A L	41.045	100,0

FONTE: Baseado no OECD: Development co-operation
(Paris, 1979), pp.254-56

¹ São considerado mais de 50% do total dos investimentos diretos externos em todos os países em desenvolvimento.

² Produtores de petróleo.

³ Exceto os centros bancários.

(*) C.Vaitsos - op. cit., pág. 15.

O caso brasileiro não foge à regra, reafirma-a quando constata-se que o país lidera a recepção de investimentos diretos e que tais investimentos são dirigidos, principalmente, para os setores mais dinâmicos da economia (a Indústria de Transformação), e nesta para os ramos também mais dinâmicos, como pode ser comprovado a seguir:

Q.30 INVESTIMENTOS E REINVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Posição em 31.03.82

em US\$

RAMOS INDUSTRIAIS	INVESTIMENTOS	RE INVESTIMENTOS	TOTAL	%
Química	1.831.608	828.705	2.660.313	13,8
Material de Transporte	1.741.388	867.034	2.608.422	13,6
Mecânica	1.409.081	430.631	1.812.712	9,4
Mat.Elêtr.,Eletrôn.e de comunicação	943.418	512.897	1.456.315	7,6
Metalúrgica	1.043.035	374.065	1.417.100	7,4
Produtos Alimentares	328.340	501.265	829.605	4,3
Prods.Medicin.,Farmac.e Veterinários	538.278	255.175	793.453	4,1
Borracha	240.166	258.420	498.586	2,6
Celulose, Papel e Papelão	284.415	159.361	443.776	2,3
Têxtil	221.035	144.553	365.588	1,9
Transform.de Mats.não Metálicos	177.903	172.131	350.034	1,8
Madeira	319.059	26.581	345.640	1,8
Diversos	151.277	46.217	197.494	1,0
Fumo	149.729	25.991	175.720	0,9
Bebidas	96.007	25.365	121.372	0,7
Vestuário, Calçados e Artefs.Tecidos	90.454	20.339	110.793	0,6
Editorial e Gráfica	20.437	21.814	42.251	0,2
T O T A L	9.585.630	4.643.544	14.229.174	74,0

FONTE: Banco Central do Brasil.

Como se vê, a indústria de transformação como um todo responde com 74,0% do total dos investimentos e reinvestimentos diretos realizados no país.

Esta abertura ao capital estrangeiro tem para qualquer país uma série de consequências, nem sempre desejáveis, conforme teremos a oportunidade de mostrar.

Tais consequências situam-se em diversos níveis, como por exemplo, na criação de padrões de consumo inacessíveis à maioria da população do país; a destinação de grande parte do esforço produtivo para atender estas áreas de produção que visam suprir apenas segmentos privilegiados; a inclusão do país em uma dinâmica de acumulação diferente e muito acima de suas possibilidades, que conduz à crescente submissão tecnológica (que vem da necessidade de manter-se sempre atualizado) e ao endividamento externo. Tudo isso traz, em alguma medida, uma submissão também política, de vez que, grande parte do setor produtivo (e o mais dinâmico) está controlado por interesses estranhos ao país e a seus problemas.

No caso brasileiro há setores importantes, e porque não dizer estratégicos, totalmente nas mãos do capital multinacional, como é o caso da indústria farmacêutica, por exemplo.

É interessante que estas empresas, por serem as mais intensivas em capital, são as mais produtivas e em consequência exercem forte controle sobre seus mercados, realizando seus produtos com altas margens de lucro.

VEJA QUADRO NA PÁGINA SEGUINTE

Afora o fato de deterem o controle do mercado do país receptor, essas empresas submetem o país à sua lógica de acumulação a nível internacional, isto é, baseadas nas posições relativas em todos os locais onde produzem, elas traçam sua estratégia de investimento, emprego, preços, etc., que nem sempre coincide com os interesses dos países onde se encontram instaladas.

Q. 31 BRASIL: INDICADORES COMPARATIVOS NOS SETORES MANUFATUREIROS
ONDE ESTÃO, OU NÃO, PRESENTES AS EMPRESAS MULTINACIONAIS

SETOR	Proporção do Capital Es- trangeiro (a)	Produ- tivi- dade (b)	Intensi- dade de Capital (c)	Crescimen- to Anual do Emprego 1970-73	Distribui- ção do Emprego % 1970 (d)
EMN presentes					
- Farmacêutica	100,0	274	110	14,0	1,2
- Tabaco	98,7	226	135	9,9	0,6
- Equipams. Transporte	88,2	127	140	11,6	6,3
- Equipam. Elétrico	83,7	118	83	15,9	4,6
- Cosméticos., sabões, etc.	81,5	210	86	9,9	0,7
EMN ausentes					
- Madeira	23,2	50	55	8,9	4,8
- Móveis	16,0	55	33	6,3	3,6
- Editorial e Gráfica	3,5	98	61	7,7	3,8

FONTE: Dados retirados de M.L.Possas, op. cit. pág. 82.

- (a) Porcentagem na produção (1970) nas principais indústrias por setor de uma amostra de 1.528 empresas.
(b) e (c) Referentes a toda a indústria (1970 = 100).
(d) Total do pessoal empregado nas empresas (inclusive pessoal administrativo - 1970.

No caso chileno (que não deve, neste aspecto, diferir do brasileiro), o capital estrangeiro ocupa a liderança no mercado. "(...). uma amostragem composta de subsidiárias de empresas fabris controladas do exterior revelou que 50% ocupavam posições de monopólio ou duopólio no mercado do país 'receptor'. 36,4% operavam em um mercado oligopólico e nele ocupavam posições de liderança. Apenas 13,6% das subsidiárias consideradas na amostragem controlavam menos de 25% do mercado local". (1)

A par do poder de monopólio relativo ao controle de alguma técnica ou processo produtivo, marca, patente, as multinacionais aprofundam este controle vinculando a venda de pacotes de produ-

(1) CORFO, Comportamiento de las Principales Empresas Industriales Extranjeras escojidas al DFL 258, Publicação nº 9-a 170, Santiago, Chile, p.16 in - C. Vaitsos - op. cit., pág. 31.

tos que, além de incluírem aqueles cujo domínio é exclusivo da em presa, agregam outros produtos que poderiam obter-se no mercado a preços menores. Esta vinculação permite ao produto indiferenciado vender-se como se não o fosse, preservando e gerando renda de mono pólio.

No que respeita a apropriação a nível mundial da renda gerada, dependendo da forma de "controle" exercida pelo país receptor, as multinacionais adotam sua política de transferências, podendo variar de país para país, nas mais diversas formas de pagamento como: royalties, dividendos, assistência técnica e, principalmente, via preços - maiores nas importações vindas da matriz e/ou para onde se quer transferir recursos, e menores nas exportações para onde se quer transferir.

Assim é que, para a empresa multinacional, o que importa é a maximização de seus níveis de lucros globais, não sendo relevante a performance de cada unidade em separado, que, eventualmente devido a alguma política específica, pode apresentar baixa rentabili dade.

Há ainda outras formas de "acordos" celebrados entre empresas e governos de países receptores que condicionam importações e/ou exportações de mercadorias ou partes, a contratos que resguardam posições monopolistas.

"Concluimos daí que os frutos do monopólio em mercados de produtos finais, desfrutados nos estágios iniciais do ciclo produativo em consequência de predominância tecnológica, podem ser parcial ou totalmente preservados por períodos posteriores através de mecanismos institucionais de fluxos coletivos de fatores e produtos dentro do quadro caracterizado pelo modelo centrado no investimen

to externo. Desta forma, um monopólio tecnológico é transformado em monopólio institucional. (*)" (1)

Com todo o domínio na produção e transferência da renda, as multinacionais (representantes mais acabadas do capital de composição superior) virtualmente controlam seus insumos produtivos nas diversas partes do mundo, contando porisso com ampla margem de manobra "vís-à-vís" seus opositores de qualquer natureza. Podem, via preços, principalmente, transferir de um local para outro, em pouco tempo, grandes somas de dinheiro.

Para que se tenha idéia da magnitude destes diferenciais de preços de transferência, são apresentadas, a seguir, os exemplos do Chile e Peru, na indústria farmacêutica, a mesma que no Brasil é totalmente dominada pelo capital multinacional.

Q.32

C H I L E

PORCENTAGEM DE OVERPRICING	Nº DE PRODUTOS
0	11
1 - 30	9
31 - 100	14
101 - 500	12
acima de 500	2

FONTE: Distribuição de Renda e Empresas Multinacionais - CONSTANTINE V. VAITSOS, pág. 66.

OBS.: Preços internacionais de 50 produtos correspondentes às importações de 39 empresas.

Quanto à estrutura de propriedade das firmas importadoras:

- overpricing de 0 a 30% foi indicado por 13 empresas nacionais e 6 estrangeiras;
- overpricing de 31 a 100% foi indicado por 13 empresas nacionais e 3 estrangeiras;
- overpricing igual ou superior a 100% foi indicado por uma empresa nacional e 10 estrangeiras.

(*) Grifo do autor.

(1) Constantine V.Vaitsos - op. cit., pág. 29.

Estes números são uma prova a mais de como estas empresas transferem ao exterior, via preços, grandes valores.

A seguir os números observados no Perú:

Q.33

P E R U		
PORCENTAGEM DE OVERPRICING	Nº DE EMPRESAS NACIONAIS	Nº DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS
0 - 20	4	3
20 - 50	1	5
50 - 100	1	2
100 - 200	1	2
200 - 300	0	2
300 ou mais	0	1

FONTE: Idem quadro anterior.

Ao desenvolverem-se, as sociedades vão incorporando em seu consumo nos novos produtos do capital fazendo crescer (por esse motivo) as necessidades mínimas naturais (que são variáveis dependendo do desenvolvimento histórico de cada local) dos trabalhadores.

Eis aí outra contradição do capitalismo, que na medida em que transforma em mercadorias todos seus produtos, incorporando ao consumo corrente dos indivíduos, faz com que se elevem as condições mínimas de sobrevivência do trabalhador e, por consequência, os salários.

O capitalista, para contornar a alta dos salários, tem que elevar a produtividade do trabalho pela aplicação de novas técnicas e capital (promover o aumento da extração da mais-valia relativa) ao mesmo tempo que promove um incremento no emprego de mão-de-obra mais barata que "aceite" elevações da intensidade e/ou jornada de trabalho (aumento da mais-valia absoluta). Como foi visto anteriormente, a extração de mais-valia absoluta não é própria de locais de capitalismo mais desenvolvido, pois em tais lugares os sindicatos são

fortes e não permitem tais expedientes. Surge desta dificuldade um dos maiores incentivos à internacionalização do capital - a busca de trabalho barato e classe trabalhadora desorganizada que se submeta a condições piores de exploração.

A melhor prova disto é a predominância dos investimentos estrangeiros diretos nos setores manufatureiros (quadro nº 34) onde a aplicação de mão-de-obra é intensiva e pode ser, com certa facilidade, transferida de um local para outro pelos mecanismos já discutidos.

"Historicamente, o modo de produção capitalista expande-se em sua articulação (desigualmente estruturada) com outros modos de produção precedentes. Chamamos de formação social a esta estrutura histórica composta. Uma formação social encontra-se sempre sob a dominação de uma determinada fase de um determinado modo de produção.

Historicamente, a expansão, o desenvolvimento e a existência do modo de produção capitalista foi, desde o início, um processo mundial". (1)

"No sentido da doutrina marxista, a solução é encontrada nessa contradição dialética; a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio ambiente de formações não-capitalistas; avança em constante troca de matérias com elas e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio ambiente." (2)

Rosa Luxemburg teve o mérito de perceber a necessidade, para a acumulação ampliada, da incorporação de áreas pré-capitalistas, que, como tivemos ocasião de demonstrar, contribuem com todas as contratendências à queda nas taxas de lucro importantes. No entanto, entendemos ser o sistema capitalista capaz recriar (em algu

(1) Manuel Castells - op. cit., pág. 77.

(2) Rosa Luxemburg - op. cit., pág. 315.

Q.34

ESTOQUE DE INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS EM
SELECIONADOS TERRITÓRIOS E PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO
POR MAIORES SETORES INDUSTRIAIS, EM ANOS SELECIONADOS

PAÍSES OU TERRITÓRIOS E ANO		Total do Investimen to Direto US\$ milhões	DISTRIBUIÇÃO POR SETORES (em %)			
			Setor Extrativo	Setor Manu fatureiro	Setor de Serviços	Outros
<u>América Latina</u>						
Argentina	1973	2.275,2	5,6	65,0	24,5	4,5
Brasil	1971	2.911,0	0,9	81,8	14,9	1,4
	1976	9.005,0	2,5	76,5	18,6	2,0
Colômbia	1971	692,0	27,3	50,0	19,0	3,7
	1975	965,0	36,0	44,2	18,3	1,5
México	1971	2.297,4	5,9	75,2	16,4	2,5
	1975	4.735,8	4,1	77,5	18,1	0,2
Panamá	1969	214,1	21,1	27,0	51,7	-
	1974	353,5	16,1	37,4	46,4	-
<u>Ásia</u>						
Hong Kong	1971	759,5	-	100,0	-	-
	1976	1.952,4	-	100,0	-	-
Índia	1974	1.682,8	4,2	92,0	3,7	-
	1977	-	-	64,2 ^a	-	-
Indonésia	1970	1.581,4	74,9	19,2	5,5	-
	1976	7.077,0	37,5	57,0 ^b	10,3	-
	1978	-	-	59,3 ^b	-	-
Filipinas	1973	146,0	5,7	39,2	52,5	2,6
	1976	513,0	12,6	48,7	34,0	4,7
Rep.da Coréia	1973	582,2	1,3	76,9	21,8	-
	1975	926,9	1,4	80,1	18,5	-
Singapura	1971	1.575,0	47,7	52,2	-	-
	1976	3.739,0	40,6	59,3	-	-
Tailândia	1969	70,2	0,1	97,3	2,5	-
	1975	174,7	-	93,1	6,8	-
<u>África</u>						
Nigéria	1968	999,2	53,7	24,5	18,8	2,0
	1973	1.998,6	63,3	25,2	10,3	1,2
Zaire	1976	-	-	49,8 ^c	-	-

FONTE: Nações Unidas: Transnational corporations in world development: A re-examination (New York, 1978), Quadro III-50, p.259, exceto para:

^a V.N. Balasubramanyan: "Foreign private investment in India" in J.S. Uppal (ed.): India's economic problems: An analytic approach (New Delhi, Tata McGraw-Hill, 1970), p. 372.

^b Yasuo Kuwahara, Teruo Harada e Yoshiro Mizuno: Employment effects of foreign direct investment in ASEAN countries, Multinational Enterprises Programme Working Paper nº 6 (Gênova, ILO, 1979) Quadro 3, p. 13.

^c Daniel Vandersteen and Jean-Claude Williame: Les multinationales e l'emploi: le cas du Zaire (ILO unpublished component study prepared for this project), which refers to Bank of Zaire data.

ma medida) os diferenciais de salários e produtividade existentes entre regiões capitalistas e pré-capitalistas, que irão responder pela continuidade da acumulação. A isso que denominamos "mercados externos recriados" e correspondem às regiões subdesenvolvidas no sentido mais amplo da palavra.

Desenvolvimento, assim, adquire uma perspectiva histórica e relativa, isto é, se define como algo mutável e em constante transformação, incorporando a cada momento histórico as conquistas do homem.

Outro mérito de Rosa foi o de refutar a queda das taxas de lucro como inexorável a ponto de destruir diretamente o Sistema. Para ela o capitalismo teria seu fim devido à criação, a nível mundial, de um proletariado que não mais se submeteria às condições desordenadas da produção capitalista que tem como único objetivo a reprodução ampliada do capital. Por isso criticou severamente a visão mecanicista de alguns marxistas como Otto Bauer (no trecho citado no capítulo II-2), no que respeita a visão deste quanto ao fim do capitalismo pela queda nas taxas de lucro.

CONCLUSÃO

Quando nos propusemos a uma visão que incorporasse as con tradições que são partes constitutivas da sociedade capitalista, tí nhamos consciência de que as conclusões e receitas "definitivas" ten dem a perder atualidade conforme caminha a história.

Não se trata de fugir à responsabilidade de definições cla ras e percepção real dos fatos, mas, antes, trata-se de não perder algum aspecto essencial (a perspectiva histórica por exemplo) quan do se analisa separadamente algum fato retirado de um contexto maior e mais rico.

É até compreensível que nos sintamos tentados, vez por outra, abandonar o método a que nos propusemos para "provar" em definitivo uma ou outra questão surgida. No entanto estivemos todo o tempo com a preocupação voltada para não deixar que tal ocorresse, o que não quer dizer que não ocorreu.

Entretanto, esperamos que nas questões fundamentais pudemos manter-nos fiéis a ele (método) preservando, assim, os objetivos ini ciais.

*

É no âmbito de uma crise do capitalismo que as con tradições do sistema se agudizam e os diferentes interesses emergem fi cando mais simples entender o sistema a partir dessas contradições e da luta para resolvê-las.

Assim, como a crise é, contraditoriamente, parte constitutiva do modo de produção capitalista, a busca e a submissão de novas áreas à esfera do capital também o é. Procuramos mostrar que esta busca é a própria resposta à crise, uma forma de superá-la temporariamente, até que uma nova crise ampliada surja.

Neste movimento de busca de novas esferas de acumulação, vão sendo definidos os papéis de cada local ficando para os países periféricos do Sistema o de supridor de matérias-primas, mão-de-obra barata e processos produtivos poluidores e de alto consumo de energia. Assim, quanto mais as economias periféricas se inserem na divisão das tarefas a nível internacional, maior também será sua parcela no contexto de uma crise.

Um bom exemplo disto é o que ocorre com países como o Brasil que se vincularam profundamente em suas relações com o capital internacional.

Estas economias vêm acumulando crescentes deficits de balanço de pagamentos (produto das enormes remessas de lucros, royalties e pagamentos diversos ao exterior) e uma persistente deterioração dos termos de intercâmbio entre as mercadorias de sua produção e as que importa.

Esta forma de submissão (própria do papel desempenhado por estas regiões na divisão internacional do trabalho) é auto-alimentada, na medida em que a necessidade de crescentes recursos externos (tecnológicos e financeiros) faz com que sejam "aceitas" condições que levam em consideração apenas os interesses de comunidades de banqueiros e capitalistas. O país passa a ser apenas uma peça do Sistema e deve desempenhar seu papel de acordo com a lógica do capital sem pátria, relegando as necessidades da maioria de sua população a um plano secundário.

Nesta perspectiva, o capitalismo estabelece com a periferia do sistema uma relação orgânica, isto é, produz nestes locais a pobreza para produzir capital. Consegue isso via:

- . rebaixamento de salários;
- . concentração da renda;
- . concentração do capital;
- . polos de acumulação com altos graus de controle mercado, que, na troca desigual que estabelece com os demais setores daquela economia, auferem superlucros.

Em síntese, países ou regiões em fases anteriores do desenvolvimento capitalista produzem para o Sistema todas as contratendências que atenuam momentaneamente uma crise.

Cabe ressaltar que não há diferenças fundamentais na lógica de exploração entre capitais de diferentes países, (pois como vimos as fronteiras são meramente geográficas) o que há são diferentes graus de produtividade e desenvolvimento entre os diversos capitais. Logicamente o fato de as histórias dos países terem sido diferentes e, em consequência, o grau de desenvolvimento atingido por cada um deles, é natural que capitais formados em locais mais desenvolvidos devam também serem mais produtivos e dominem técnicas melhores de produção.

Houve ocasiões onde a classe trabalhadora foi levada a fazer alianças com os capitalistas "nacionais" para atender aos interesses dos últimos, que no momento seguinte (quando já não mais interessava a amizade) voltaram a mostrar os seus verdadeiros objetivos. Isto vem mostrar que a classe trabalhadora deve ser solidária sim, mas entre si nos diversos países, a par da internacionalização do capital.

A busca de novas esferas de acumulação (dado um estado de excesso relativo de capital acumulado e a impossibilidade de novos

investimentos que não alterem a composição do capital) que promova uma taxa de lucro compatível com aquelas estabelecidas pelo grau de monopólio de uma economia é talvez a principal tarefa para um capitalista, ou seja, ao empresário não interessa apenas aumentar sua massa de lucros (o que poderia ser obtido mesmo com taxas decrescentes de lucro), mas sim aumentar suas taxas de lucros como resposta à equalização destas no contexto de uma concorrência (oligopolista ou não) entre os capitais.

A obtenção de superlucros, ou lucros de oligopólio, através da exploração de regiões ou países em fases anteriores de produtividade, tem sua expressão sintetizada na busca de salários menores que são reflexo de dada organização produtiva. Então quando um país ou região mais desenvolvida consegue comprar trabalho em outra menos desenvolvida, estará comprando por um preço médio menor um trabalho ^{que} posto a produzir gerará um superlucro decorrente da obtenção de uma taxa de mais-valia superior à média vigente nos locais onde aquele capital realiza suas mercadorias.

Este é o caso típico e largamente empregado por empresas multinacionais que se instalam em países menos desenvolvidos para produzir para o mercado mundial:

"Quando a produção capitalista de mercadorias conquistou e unificou o mercado mundial, ela não criou um sistema uniforme de preços de produção, mas um sistema diferenciado de preços de produção nacionais variáveis e preços unificados no mercado mundial. Isso permitiu que o capital dos países capitalistas mais desenvolvidos conseguissem superlucros, pois suas mercadorias podiam ser vendidas acima de seu 'próprio' preço nacional de produção e, no entanto, abaixo do preço nacional de produção do país comprador. Em última análise, esse sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de valores diversificados de mercadorias é explicado por um sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de níveis variá

veis de produtividade do trabalho. O imperialismo, longe de nivelar a composição orgânica do capital em escala internacional - ou de conduzir a uma equiparação internacional de taxas de lucro - congelou e intensificou as diferenças internacionais na composição orgânica do capital e no nível das taxas de lucro". (1)

Mandel, no trecho acima, sintetiza com grande felicidade o sentido internacionalista da acumulação de capital, e mostra como a unificação do mercado mundial realiza as mercadorias que foram produzidas por diferentes relações de produção que fornecem também diferentes níveis de lucratividade.

Tais diferenças de desenvolvimento e de produtividade correspondem também, e organicamente, a diferentes níveis salariais que tendem, numa relação dinâmica, a perpetuar-se, quando não a aprofundar-se.

François Perroux observa que quando uma região com uma firma dinâmica se articula a uma região sem este tipo de firma (isto é, uma região subdesenvolvida) dentro do mesmo país, esse fato, indubitavelmente, conduz a uma diferença cada vez maior em seus níveis de desenvolvimento (Mandel). Se tal fato ocorre dentro de um mesmo país (onde a mobilidade dos fatores é muito maior) o que não dizer de uma empresa multinacional num país subdesenvolvido.

Assim, o sistema capitalista mantém e cria novas relações de submissão com áreas menos desenvolvidas como forma de perpetuar as condições necessárias à acumulação ampliada, sendo o imperialismo a forma fenomênica que representa esta fase do desenvolvimento do capitalismo.

(1) E.Mandel - op. cit., pág. 57.

Se esta é a sua última fase é difícil prever, pois, como vimos, os limites à acumulação não são de ordem econômica simplesmente, mas social, dado o caráter contraditório do sistema que produz ao mesmo tempo riqueza e pobreza.

O rompimento nas amarras com o capital a nível de suas relações internacionais significa uma ruptura da ordem política, que só se dará com o desmantelamento dos diversos interesses que compõem as estruturas de poder dos estados capitalistas.

Tal rompimento, para países como o Brasil, significará uma opção por uma organização diferente do capitalismo (que por suas características submete a grande maioria da população a condições de vida muito abaixo das elites bem representadas), onde as decisões sobre o que produzir e para quem produzir passarão necessariamente por formas democráticas de decisão.

TABELAS

I	- Participação percentual dos salários no PIB, nos países da OCDE - 1960-78.....	44
II	- Inversão direta dos Estados Unidos - em porcentagem - Taxas de crescimento anual (1960-68).....	60
III	- Inversões diretas dos Estados Unidos na América Latina - Distribuição por países e setores - em porcentagem - 1968.....	62
IV	- Crescimento das inversões dos EUA no estrangeiro (1950-68) e capacidade de produção do país na indústria manufatureira.....	64
V	- Investimento e reinvestimento externos no Brasil Distribuição por ramo industrial - posição em 31.03.82.....	66
VI	- Investimento e reinvestimento externos no Brasil Distribuição por ramo de atividade - posição em 31.03.82.....	67
VII	- Estrutura (1968) e crescimento (1950-68) dos ramos industriais segundo o domínio do capital local ou estrangeiro.....	68
VIII	- Brasil - Participação do capital estrangeiro nos ramos da indústria manufatureira - porcentagem do capital externo.....	70
IX	- Proporção de novas filiais de multinacionais dos EUA estabelecidas no Brasil por absorção de empresas locais.....	71
X	- Remunerações e salários anuais médios nas indústrias manufatureiras de seis países da América Latina, para as filiais de empresas estadounidenses e para todas as empresas, em 1966.....	82
XI	- Remunerações e salários anuais médios nas indústrias manufatureiras de alguns países industrializados, para todas as empresas e para as filiais das empresas estadounidenses, em 1966.....	83

XII - Remunerações e salários anuais médios nas indústrias manufatureiras de três países da Ásia, para as filiais de empresas estadounidenses e para todas as empresas, em 1966.....	84
XIII - Competividade dos países da OCDE em seu comércio em vinte e oito grupos de produtos manufaturados com os países em desenvolvimento (1963-73).....	90
XIV - Países subdesenvolvidos: zonas-francas e produtoras para exportação.....	94
XV - Produção mundial para os Estados Unidos, por países - fibras têxteis.....	95
XVI - Idem, tubos eletrônicos.....	96
XVII - Idem, países desenvolvidos e subdesenvolvidos.....	97
XVIII - Divisão por bloco econômico (por densidade de fatores) do comércio de manufaturas dos países desenvolvidos com os em desenvolvimento, 1973.....	99
XIX - Proporção das importações de alguns países industrializados procedentes dos países em desenvolvimento - 1964/74 (por densidade de fatores).....	101
XX - Principais países menos desenvolvidos exportadores de manufaturas (1965 e 1975).....	102
XXI - Média de horas trabalhadas na semana nas zonas-francas ou produtoras de exportação - por países selecionados - 1975.....	103
XXII - Remuneração média, por hora, de trabalhadores nas zonas-francas ou produtoras para exportação.....	104
XXIII - Participação BEFIEX/Exportações Brasileiras - 1972/79.....	107
XXIV - Grau de monopólio, participação dos salários na renda, relação entre o preço das matérias-primas/salários na indústria de transformação brasileira, 1956-76.....	118
XXV - Relação entre o preço das matérias-primas / salários por ramo da indústria de transformação brasileira, 1956-76.....	119

XXVI	- Grau de monopólio por ramo da indústria de transformação brasileira, 1956-76.....	120
XXVII	- Participação dos salários na renda, por ramo da indústria de transformação brasileira, 1956-76....	121
XXVIII	- Salários mínimos nominais e reais (a preços de 1970), por países (1966-77).....	125
XXIX	- Os dez países em desenvolvimento líderes na recepção de investimentos diretos estrangeiros (no final de 1977).....	135
XXX	- Investimento e reinvestimento na indústria de transformação brasileira - posição em 31.03.82....	136
XXXI	- Brasil: Indicadores comparativos nos setores manufatureiros onde estão, ou não, presentes as empresas multinacionais.....	138
XXXII	- Porcentagem de overpricing no Chile.....	140
XXXIII	- Porcentagem de overpricing no Perú.....	141
XXXIV	- Estoque de investimentos diretos estrangeiros em selecionados territórios e países em desenvolvimento, por maiores setores industriais, em anos selecionados.....	143

GRÁFICO

I	- Salário Mínimo Real - de janeiro de 1952 a abril de 1977 - ano base: janeiro/52 = 100.....	123
---	--	-----

BIBLIOGRAFIA

- AMIN, Samir; BETTELHEIM, C.; EMMANUEL, A.; PALLOIX, C.. Imperialismo Y Comércio Internacional: El Intercâmbio Desigual. México. Siglo Veintiuno. 1976.
- AMIN, Samir. La Acumulación a Escala Mundial: Crítica de la teoría del Subdesarrollo. México. Siglo Veintiuno. 1974.
- BACHA, Edmar L. Os Mitos de Uma Década. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.
- BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. Capitalismo Monopolista. Rio de Janeiro. Zahar. 1978.
- BARANSON, Jack. O Desafio Japonês à Indústria Norte-Americana. Rio de Janeiro. Zahar. 1982.
- BOCCARA, Paul. O Capitalismo Monopolista de Estado. Portugal. Seara Nova. 1976.
- BROWN, Michael Barrat. A Economia Política do Imperialismo. Rio de Janeiro. Zahar. 1978.
- CASTELLS, Manuel. A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979.
- CASTRO, Ana Célia. As Empresas Estrangeiras no Brasil: 1860 - 1913. Rio de Janeiro. Zahar. 1979.
- FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1974.
- HIEMENZ, V. & SCHATZ, K.W. Intercâmbio en Vez de Migración. Geneva - Suíça. OIT. 1979.
- KALECKY, Michal. Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, São Paulo. Hucitec. 1977.
- KALECKY, Michal. Seleção de Textos (Os Pensadores). Organização de Paul I. Singer. São Paulo. Abril Cultural. 1978.

- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.
- LABINI, Paolo Sylos. Oligopólio Y Progreso Técnico. Espanha. Ediciones Oikos-Tau. 1966.
- LÊNIN, V.I. Sobre el Problema de os Mercados. Espanha. Siglo Veinteuno. 1974.
- LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação de Capital. Rio de Janeiro. Zahar. 1976.
- MACHADO, Celuta Moreira Cesar. Linguagem Científica e Ciência. Instituto de Economia Rural. Ministério da Agricultura.
- MAGDOFF, Harry. A Era do Imperialismo. São Paulo. Hucitec. 1978.
- MAGDOFF, Harry. Imperialismo: da Era Colonial ao Presente. Rio de Janeiro. Zahar. 1979.
- MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo. Abril Cultural. 1982.
- MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo. Ciências Humanas. 1979.
- MARX, Karl. Textos Econômicos. São Paulo. Martins Fontes. 1973.
- MARX, Karl. O Capital - Livro I - Capítulo VI (inédito). São Paulo. Ciências Humanas. 1978.
- MARX, Karl. O Capital - Livro III - Volume IV. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- MARX, Karl. O Capital - Livro I - Volume II. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- MARX, Karl. Formas de Propriedad Precapitalistas. El método de la Economía política. El maquinismo automatizado. México. Ediciones de Cultura Popular. 1978.
- MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. São Paulo. T.A. Queiróz. 1981.

- OIT. Remuneraciones y Condiciones de Trabajo em las Empresas Multi
nacionales. GENEBRA, Suíça. 1977.
- OIT. Empleo, Comércio Internacional y Cooperación Norte-Sur. Coor
denación de Geoffrey Renshaw. GENEBRA, Suíça. 1981.
- OIT. Employment Effects of Multinational Enterprises in Developing
Countries. GENEBRA, Suíça. 1981.
- O'CONNOR, James. USA: A Crise do Estado Capitalista. Rio de Janei
ro. Paz e Terra. 1977.
- POSSAS, Mário Luiz. Efectos de las Empresas Multinacionales sobre
el Empleo em el Brasil. UNICAMP/Brasil. GENEBRA, Suíça. OIT. 1979.
- ROBINSON, Joan. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janei
ro. Zahar. 1981.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São
Paulo. Cortez & Moraes. 1979.
- SOUZA, Paulo Renato. Emprego, Salários e Pobreza. São Paulo. Huci
tec. 1980.
- STARR, Gerald. La Fijación de los Salários Mínimos. GENEBRA, Suíça.
OIT. 1981.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Ca
pitalismo Financeiro. Rio de Janeiro. Zahar. 1978.
- TORRES, João Carlos Brum. Valor e Forma Valor. São Paulo. Símbolo.
1979.
- VAITSOS, Constantine V. Distribuição de Renda e Empresas Multinacio
nais. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978.
- VILLARESPE, Veronica. Corporaciones Transnacionales y Fuerza de Tra
bajo en el Mundo Subdesarrollado: El Caso de las Maquiladoras de
Exportación. II Congresso de los Economistas del Tercer Mundo. Ciu
dad de la Habana, Cuba. Abril de 1981.
-
- . Memórias: Segundo Congresso de la Asociacon de
Economistas del Tercer Mundo. Habana, Cuba. Ciências Sociais. 1982.

Empresas Multinacionais e Internacionalização do Capital - Com uma aproximação do caso português. CEDEP - Centro de Estudos da Dependência do Instituto Superior de Economia - 5. Lisboa, Portugal. Iniciativas Editoriais. 1977.